

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÕES E ARTES**

**PODER LEGISLATIVO E JUVENTUDE NO BRASIL:
UMA ABORDAGEM EDUCOMUNICATIVA
– uma proposta para a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo –**

Jair Pires de Borba Junior

EDIÇÃO REVISADA EM JULHO/2007

**Orientador: Prof. Dr. Ismar de Oliveira Soares
São Paulo
2007**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÕES E ARTES

PODER LEGISLATIVO E JUVENTUDE NO BRASIL:
UMA ABORDAGEM EDUCOMUNICATIVA
– uma proposta para a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo –

Jair Pires de Borba Junior

Trabalho apresentado junto ao
Departamento de Comunicações e Artes da
Escola de Comunicações e Artes da USP
como requisito parcial para obtenção do
título de especialista em nível de especialização
em Gestão da Comunicação

Orientador: Prof. Dr. Ismar de Oliveira Soares

São Paulo

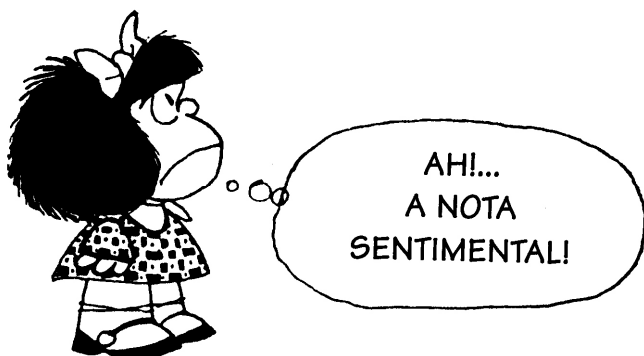
2007

BANCA EXAMINADORA

Agradecimentos

A Deus sempre, que me dá a vida e orienta meus passos.
Ao prof. Dr. Ismar de Oliveira Soares, orientador desse trabalho.
A minha esposa Maria por todas as palavras de ânimo e pela ajuda na finalização.
Aos meus pais, irmãos e família pela compreensão nos momentos de ausência.
Aos amigos Ricardo e Claudia.
Às valiosas amigas Juliane e Erica do Gestcom18
pela companhia, solidariedade e grande ajuda.
Aos professores, a secretaria do curso e aos colegas do Gestcom18
pelo convívio e amizade.
Aos tantos colegas da Assembléia Legislativa
que contribuíram de inúmeras formas:
Antonio Carlos, Sônia, Pereira, João Batista,
Neilor, Norival, Carlos e Luis Fernando da gráfica;
Ivone (prima da Sônia) e Neusinha da SGA;
Sônia Hernandes do Parlamento Jovem;
Maurício, Celinha, Regina, Haidee e Isa do DRH;
Olívia, Juliana, Josélia, Vitória e Dainis da Comunicação Social;
Guilherme e Nancy do Departamento de comunicação;
Maurílio Maldonado da Procuradoria;
Dr. Auro Augusto Caliman, Yeda, Cíntia e Neli da SGP;
Carminha (STAM) e sr. Massarani (Sup. Patrimônio Cultural)
Patrícia, Sandra e Norma do DDI;
Ana Luisa e Yara;
Braga e Laerte da TV Assembléia;
Eliane do Instituto Mensageiros e
aos deputados Estevam Galvão e Mauro Bragatto pelas entrevistas.

Agradeço também aos jovens:
Anderson, Karoline, Carolina, Sidney, Aline, Felipe, Robson,
Regiane, Paula, Camila, Tânia, Wellington, Patrícia e Simone.
Aos companheiros da comunidade S. João Batista:
Yvany, Cleusa, seu José Correa, Francisca e Carlos Domingues e padre Edílson.
À Evelin, Bob, Claudia e todo pessoal do *Câmara Ligada*.
Aos acompanhantes do PJP2006 e
aos deputados jovens participantes
de 2005 e 2006 que colaboraram (Renan,
Demétrio, 'Vittin', Luis).
A dona Alice pela ajuda na revisão e
Ao Gravador MP3 por estar presente,
imortalizando a maioria dos momentos
desde o primeiro dia de aula, nas
entrevistas, junto aos jovens, e além de
transportar os preciosos arquivos.
Ao meu primo Tiago.
Ao Quino por ter inventado a Mafalda,
que tomei emprestada pra dar um pouco
mais de graça a este trabalho.



Resumo

O Poder Legislativo no Brasil tem uma comunicação limitada com os milhões de jovens do país. No geral, o contato se resume a programas educativos, culturais e sociais isolados, fragmentados, desarticulados e de pequeno alcance. A partir de um estudo de caso junto à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) e, tomando em conta os fundamentos teóricos da educomunicação, o presente trabalho propõe uma revisão dos processos da Gestão da Comunicação por parte do Poder Legislativo, adotando uma política de maior aproximação com o segmento jovem da população. Entre as ações sugeridas, destaca-se a criação de canais permanentes de diálogo, entre os quais: 1º) um novo programa na TV Assembleia e 2º) uma nova seção no portal www.al.sp.gov.br para o público jovem. Tal proposta expandirá gradativamente a relação comunicacional entre o Poder Legislativo e a juventude, estimulando o aprofundamento da relação e contribuindo no processo de formação crítica com vistas à emancipação cidadã, que enxergue o jovem com suas pluralidades culturais, como um sujeito que está em processo de formação, que tem direito a um presente digno e que tem capacidade de participar da discussão dos problemas que vive e de suas soluções.

Palavras-chave

Gestão da Comunicação, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Poder Legislativo, juventude, educomunicação política, protagonismo juvenil, formação política, participação.

Abstract

The Legislative Power in Brazil has a limited communication with millions of youths in the country. In general, this contact is limited to educative, social, cultural programs, taking a minimal reach to the young's. Studies organized by Legislative Power of São Paulo State has taking in consideration theory's fundamentals work of Educommunication, assuming a recall of Communication Gestion process from the Legislative Power, adapting its own mean of press to communicate more suitably to the young's. Considering some suggested actions to be taken such as creating permanent talk channels: 1º) a new program at the Parliament TV and 2º) a new section at the portal www.al.sp.gov.br to the young public. They can with this proposal expand step by step the communication relationship between Legislative Power and the young's, creating better dialogue and contributing to its formation process, critics on the citizen emancipation that can deal with multiple cultures of the young's in its own formation process, and the right to speak about its problems, lives to aim solutions.

Keywords

Communication Gestion, Legislative Power of São Paulo State, Legislative Power, youth, political educommunication, youth protagonism, political formation, participation.

Sumário

Introdução	8
Capítulo I: O Poder Legislativo	10
Capítulo II: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, a ilustre desconhecida	18
Capítulo III: As Juventudes do Brasil e de São Paulo	44
Capítulo IV: As experiências de comunicação entre o Poder Legislativo e a Juventude	51
Capítulo V: Dialogando com as juventudes – uma experiência de coleta de dados com jovens da periferia da Grande São Paulo	67
Capítulo VI: As contribuições da inter-relação: educação e comunicação para uma gestão comunicativa	79
Capítulo VII: Projeto de Gestão Comunicativa, na relação da Alesp com a juventude, em São Paulo	88
Referências Bibliográficas	99
Anexos	103

Introdução

Desde meados dos anos 1990, em minhas ações junto às comunidades católicas, na Pastoral Social e na Pastoral da Juventude, próximas ao local onde nasci (na Grande São Paulo, divisa entre Embu e a Capital), venho me perguntando por que a maioria das pessoas, em especial os jovens, se recusam a participar de eventos organizados para discutir política, problemas do bairro a eles relacionados e outros temas correlatos.

Desde 2002, trabalho no Departamento de Comunicação da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), mais precisamente no Serviço Técnico de Editoração e Produção Gráfica (Gráfica da Alesp), como Agente Legislativo de Serviços Técnicos e Administrativos (técnico em editoração gráfica). Na condição de técnico, convivendo com os temas e procedimentos concernentes ao poder legislativo no Estado de São Paulo, percebi que muitas pessoas, em especial os jovens, demonstram não ter clareza sobre a função do parlamentar e do poder Legislativo, com destaque para o Legislativo estadual. Muitas, sequer sabem de sua existência ou onde se localiza. Estão alienadas, distantes e isoladas do complexo processo político, dificultando a conquista e o acesso aos seus direitos e dando margem ao clientelismo e à corrupção. A falta de confiança nas instituições políticas gera desesperança e incredulidade, impedindo que o poder legislativo seja considerado como caminho para se alcançar uma vida mais justa e mais digna.

Da intersecção entre minha história de vida, minha presença na Alesp e a perspectiva auferida pelo curso *lato-sensu* em Gestão da Comunicação, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), percebi que uma das causas do desestímulo e da indiferença reside na falta de comunicação entre o Poder Legislativo e a juventude. Na verdade, a comunicação praticada se resume a programas educativos e sociais isolados, fragmentados, desarticulados e de pequeno alcance. Fica pois a pergunta: **como expandir a relação comunicacional entre o Poder Legislativo e a juventude paulista, viabilizando um diálogo permanente e produtivo?**

O presente trabalho é uma tentativa de resposta a esta pergunta. Para tanto, está estruturado da seguinte forma:

- O capítulo I, *O Poder Legislativo*, dará ao leitor uma idéia do que é o Poder Legislativo, como surgiu, sua razão de ser e como está estruturado no Brasil.

- O capítulo II, com o título *Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, a ilustre desconhecida*, informará o leitor sobre a vida do segundo maior parlamento do país, sua história, sua organização, seus canais de comunicação e, principalmente, oferecerá uma análise dos dados coletados numa pesquisa de opinião inédita sobre a percepção da população a respeito da instituição e seus deputados.
- Construído o retrato do poder legislativo, o capítulo III, sobre *As juventudes do Brasil e de São Paulo*, permitirá que o leitor conheça as principais características que definem a condição juvenil, e como vive, o que pensa e o que quer a juventude brasileira.
- O capítulo IV, sobre *As experiências de comunicação entre o Poder Legislativo e a juventude*, apresenta o resultado de uma sondagem sobre como as Assembléias Legislativas dos estados, a Câmara Legislativa do Distrito Federal e o Congresso Nacional implementam experiências de comunicação com a juventude.
- O capítulo V é dedicado a uma pesquisa empírica junto a juventude paulista (*Dialogando com as juventudes – uma experiência de coleta de dados com jovens da periferia da Grande São Paulo*). O diálogo ocorreu através de 4 encontros.
- O capítulo VI (*As contribuições da inter-relação: educação e comunicação para uma gestão comunicativa*) dedica-se a construir um referencial teórico que possibilite melhor compreender o problema em questão e construir um projeto que facilite uma mais adequada gestão comunicativa da Assembléia Legislativa com a juventude.
- No capítulo VII (*Projeto de Gestão Comunicativa, na relação da Alesp com a juventude, em São Paulo*) apresentamos nossa proposta no campo da gestão comunicativa para a Alesp, juntamente com a apresentação do papel do gestor da comunicação na aplicação do projeto.

Com certeza, esse trabalho não esgota o assunto que aqui abordamos e aproveitamos para incentivar outros e outras que se debrucem sobre este tema tão pouco pesquisado no Brasil. Espero que essas reflexões possam servir de alicerces para construir as pontes necessárias para interligar os caminhos dos legislativos e das juventudes deste país.

Capítulo I

O Poder Legislativo

Como futuro gestor de comunicação, colocamo-nos o desafio de “construir pontes”, neste caso, entre o Poder Legislativo e as Juventudes. O primeiro passo é conhecer quem são os sujeitos envolvidos na relação comunicacional desejada para depois verificarmos por que ela é importante e se há indícios que sinalizem a necessidade desta comunicação.

Neste primeiro capítulo, propomos a você, caro(a) leitor(a) a conhecer quem é o Poder Legislativo, como se originou, sua razão de ser, como está estruturado no Brasil.

1. Todo poder emana do povo...

Na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, em seu artigo 1º, encontramos em seu parágrafo único que: *Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.* E seguindo, em seu artigo 2º *São poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.*

Pois bem, essa forma de organizar o Estado em três poderes (o Executivo, o Legislativo e o Judiciário) não foi uma invenção da nossa atual Constituição. Por isso, vamos conhecer um pouco das principais influências e idéias que sustentam esta forma de organização e por que ela é importante para garantir a democracia em nossa nação.

2. O que está por trás da separação dos poderes

Já ouvimos falar e alguns até vivenciaram os governos geridos por governantes tiranos e ditadores que tinham em suas mãos não só o poder de administrar o Estado e realizar obras (poder Executivo), como também criavam as leis que lhes convinham (poder Legislativo) e tinham forte influência no julgamento do que era certo ou errado (poder Judiciário). Um dos exemplos clássicos que transmitem a idéia da confusão entre a vontade do Estado e a vontade do governante é a frase do rei absolutista Luis XIV: *l’Etat c’est moi*, isto é, *O Estado sou eu*. Em nosso país, a contar da proclamação da república, o Congresso Nacional (poder Legislativo Federal) foi fechado seis vezes por governos autoritários. Segundo o historiador

Marco Antonio Villa (apud. CARNEIRO & PEREIRA, 2007, p. 54), *foram períodos de violações aos direitos humanos e intensificação da corrupção.*

Segundo DANTAS (2004), a idéia da separação dos poderes advém justamente da necessidade de dividir o poder absoluto e concentrado nas mãos de um soberano para evitar a tirania e manter a liberdade.

2.1. A influência grega

Voltemos à Grécia, cidade-estado de Atenas, berço da democracia. Segundo Vamireh CHACON (2007), no início da democracia ateniense, não havia a separação dos três poderes, todo poder provinha do Legislativo. Primeiro veio a *boulé* (significa deliberação), um conselho deliberativo formado por menos de cem membros eleitos pelo voto direto dos cidadãos¹. A *boulé* se expandiu e chegou a ter mais de quinhentos membros, foi então subdividida originando a *ecclesia*, a assembléia geral do povo ateniense. Cabia a *boulé* a organização da minuta dos assuntos a serem discutidos e deliberados na *ecclesia*.

Na Atenas clássica antes de Cristo, tempo do grande líder ateniense Péricles, a *ecclesia* elegia e controlava a *boulé*, referendando ou não suas principais decisões. A *boulé*, com aprovação da *ecclesia*, designava os membros que compunham o areópago (mais alto tribunal) e os arcontes (governantes executivos). Percebe-se então que há uma divisão de poderes, mas muito concentrado ainda no Legislativo que escolhe e referenda os demais.

Um fato que considero importante ser ressaltado é que, segundo JÄGER (apud CHACON, 2007), para fazer esse sistema funcionar, viabilizando a democracia direta, foi **necessário cultivar a virtude ética e cívica da cidadania através de uma educação equivalente (Paidéia)**. O sistema funcionou, mas foi se deteriorando por vários fatores. Durou até o último líder democrático Demóstenes, quando foi derrubado com o domínio de Atenas pelo rei Filipe da Macedônia, pai de Alexandre, o Grande².

2.2. A influência romana

Segundo MISPOULET (apud CHACON, 2007), o Senado representava o Poder Legislativo, semelhante aos atenienses, e designava os cônsules (Poder Executivo) e os juízes

¹ Só era considerado cidadão, o grego livre, do sexo masculino, com idade condizente com a definida na legislação vigente.

² JÄGER, 1985 apud. CHACON, 2007.

e magistrados em geral (Poder Judiciário). A maior ou menor influência do Senado foi tão importante seja nos tempos dos reis, quanto dos imperadores, que sua crise é apontada por ROSTOVZEFF (apud. SILVA, 1999), como uma das causas do declínio do Império Romano.

2.3. A influência inglesa

Avançando no tempo, CHACON (2007) nos mostra que a hegemonia do Legislativo também está presente no Parlamento inglês do medieval ao moderno, em que a Câmara dos Comuns (*House of Commons*) elegia e fiscalizava o Primeiro-Ministro (Poder Executivo) e, a Câmara dos Nobres (*House of Lords*) encarnava a última instância judiciária.

O inglês **LOCKE** (1632-1704), um dos principais teóricos da separação dos poderes, defende que *para que a lei seja imparcialmente aplicada é necessário que não sejam os mesmos homens que a fazem, a aplicá-la* (LOCKE apud DANTAS, 2004). Porém para o teórico, o principal poder é o Legislativo e os outros devem estar subordinados a ele, neste caso o Executivo e o Federativo. O Poder Federativo concebido por Locke como atrelado ao Executivo e podendo até ser exercido pela mesma pessoa, confere a responsabilidade de gerir as relações internacionais (guerra, paz, tratados, alianças...)³.

2.4. A influência francesa

Outro importantíssimo teórico é o filósofo iluminista francês **MONTESQUIEU (1689-1755)**. Influenciado por Locke, Montesquieu foi uma das grandes influências da *Grande Revolução de 1789* e da *Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão*⁴. Ele é o grande responsável por incluir expressamente o poder de julgar, dentre os poderes fundamentais do Estado. Para o filósofo,

quando, na mesma pessoa ou no mesmo corpo de Magistratura, o Poder Legislativo é reunido ao Executivo, não há liberdade. Porque pode temer-se que o mesmo Monarca ou mesmo o Senado faça leis tirânicas para executá-las tiranicamente. Também não haverá liberdade se o Poder de julgar não estiver separado do Legislativo e do Executivo. Se estivesse junto do Legislativo, o poder sobre a vida e a liberdade dos cidadãos seria arbitrário: pois o juiz seria o legislador. Se estivesse junto do Executivo, o juiz poderia ter a força do de um opressor. Estaria tudo perdido se um mesmo homem, ou mesmo um corpo de principais ou nobres, ou do Povo, exercesse esses três poderes: o de fazer leis (Legislativo); o

³ MELLO, 1991, p. 87.

⁴ Ibid., p. 89.

de executar as resoluções públicas (Executivo); e o de julgar os crimes ou as demandas dos particulares (Judiciário) (MONTESQUIEU apud. DANTAS, 2004, p. 20).

2.5. A influência norte-americana

Preocupados com a possibilidade de tirania do Legislativo, os federalistas americanos **MADISON (1751-1836)**, **HAMILTON (1755-1804)** e **JAY (1745-1829)** criaram um modelo que equilibra mais os poderes, limitando mais a força do Legislativo (com sua divisão em duas casas como, o Senado e a Câmara) e fortalecendo o Executivo, através, por exemplo, do poder de veto, que possibilita a este barrar decisões do Legislativo.

Para manter a separação dos poderes, que todos assentam ser essencial à manutenção da liberdade, é de toda necessidade que cada um deles tenha uma vontade própria; e, por consequência, que seja organizado de tal modo que aqueles que o exercitam tenham a menor influência possível na nomeação dos depositários dos outros poderes (MADISON, HAMILTON, JAY apud DANTAS, 2004, p. 20).

A partir de 1803, o Judiciário recebe força equilibrada através da competência de definir se os atos do Legislativo estão em conformidade com a Constituição do país e podem ser considerados leis ou não (DANTAS, 2004, p. 21).

2.6. Sistema de freios e contrapesos (*check and balances*)⁵

Antes de concluirmos o tópico referente à separação dos poderes, é importante entender o sistema de freios e contrapesos (*check and balances*) que flui na inter-relação dos poderes a fim de aperfeiçoar o equilíbrio entre eles.

O Balance surgiu na Inglaterra, como sistema utilizado pela Câmara dos Lordes (nobreza e clero) para evitar que projetos de leis formulados pela Câmara dos Comuns (povo) de caráter demagogo ou formulados sob o impulso momentâneo das pressões populares, fossem aprovados. O objetivo implícito era conter o povo. O próprio Montesquieu, defensor do sistema bicameral legislativo, orienta que uma deve ter o poder de frear os impulsos da outra. No Brasil, o Senado tem o direito de apreciar matérias da Câmara e vice-versa.

O veto e o *impeachment* fazem parte de sistemas de freios e contrapesos, uma evolução do sistema político inglês. O primeiro consiste numa forma do Executivo barrar algumas decisões do Legislativo e o segundo permite que o Legislativo possa controlar os atos do

⁵ MALDONADO, 2003.

Executivo, culminando na derrubada do chefe do poder Executivo. Segundo DANTAS (2004), Fernando Collor de Mello foi o primeiro caso de *impeachment* no mundo.

Já o *check* surge nos Estados Unidos, como citamos anteriormente como forma de controle do Judiciário sobre os outros poderes, através do julgamento da constitucionalidade das ações dos outros poderes.

A Constituição Brasileira de 1988 também prevê mecanismos de controle nas relações entre os poderes. Cada poder tem sua função específica, e é fundamental a influência de um sobre o outro para o pleno funcionamento do Estado.

2.7. A separação dos poderes se torna fundamental...

Segundo Humberto DANTAS (2004), *a separação dos poderes, enquanto técnica para limitação do poder é posta em prática nas Revoluções Liberais Burguesas dos séculos XVII e XVIII: Revolução Gloriosa, na Inglaterra 1688/89, Independência Norte-Americana, em 1776, e Revolução Francesa, 1789. E no dia 26 de agosto de 1789, em Assembléia Nacional, o povo francês deixou registrado na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) em seu artigo 16 que a sociedade em que não esteja assegurada a garantia dos direitos nem estabelecida a separação dos poderes não tem Constituição. A partir de então, a separação dos poderes passou a ser considerada fundamental em qualquer constituição.*

2.8. A formação do Estado moderno

Segundo KRAMMER (2003), o Estado moderno tem sua origem no século XVI, *o Estado passa a ser o único legitimado a utilizar-se da coerção para manutenção da ordem em seu domínio.*

O Estado detém a força e o poder sobre o povo. Surgem as leis, para ordenar o exercício desse poder e teoricamente ser uma garantia contra arbitrariedades. Nascia o Estado de Direito cujo princípio da legalidade abarcava sob o governo das leis, governados e governantes, contrapondo-se ao governo da vontade dos homens.

O Estado de Direito nasceu vinculado ao liberalismo (Estado Liberal de Direito), passou por transformações provocadas por movimentos sociais do século XIX e XX (Estado Social de Direito) até alcançar o que conhecemos hoje por Estado Democrático de Direito, que

traz como características básicas a submissão às leis, a divisão de funções estatais, bem como o enunciado e a garantia dos direitos individuais, mas busca, sobretudo, a justiça social e a autêntica participação democrática do povo em seu processo político, respeitando sempre as diferenças estruturais existentes entre as pessoas, tais como etnias, diferentes crenças e cultura, situação social etc.

Porém não basta obedecer às leis, elas devem ser legitimadas e o que respalda isso é a vontade do povo expressada por intermédio da *participação na formação da vontade estatal, individualmente, ou por meio de organizações sociais ou profissionais. Isto porque é a participação que proporciona à população a oportunidade de manifestar livremente, sem restrições, sua própria vontade* [grifo meu].

Quando falamos de Estado Democrático, a democracia pode ser exercida de forma:

direta ou participativa, em que os próprios cidadãos exercem o poder e tomam as decisões referentes à esfera pública, ou

indireta ou representativa, em que os representantes do povo exercem o poder delegado pelos cidadãos. O Brasil, através de sua Constituição, escolheu a democracia **semidireta**, caracterizada por uma democracia representativa com alguns mecanismos de participação direta do povo no exercício do poder. Entre os vários mecanismos previstos, encontram-se o plebiscito, o referendo (em 2005, os brasileiros foram consultados sobre a comercialização de armas de fogo) e a iniciativa popular.

Com o passar dos anos, novas formas de participação popular vem surgindo como, por exemplo, o orçamento participativo e a criação de Conselhos Sociais, *que podem ser definidos como entidades organizadas para deliberar sobre assuntos ligados a áreas sensíveis da atividade social, das liberdades públicas e dos direitos relativos às políticas de desenvolvimento.*

2.9. A separação dos poderes no Brasil⁶

As origens da divisão de poderes no Brasil remontam a Constituição de 1824, durante o Império. Nela consta a divisão dos poderes em quatro: Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador. O quarto poder conferia ao Imperador (chefe do Executivo), o direito de manter a independência, o equilíbrio e a harmonia entre os três poderes, o que na verdade desequilibrava a relação entre os demais.

⁶ DANTAS, 2004, p. 21-22.

A primeira Constituição republicana adota os três poderes e o presidencialismo norte-americano. Até 1937, as constituições não alteraram de forma significativa a clássica divisão de poderes. Porém, no governo do presidente Getúlio Vargas, foi instalada a ditadura do Estado Novo, e a Constituição de 1937 dava ao presidente autoridade suprema para dissolver a Câmara dos Deputados em caso de não aprovação de medidas tomadas pelo Executivo durante o estado de guerra ou emergência; o Judiciário foi enfraquecido, com a possibilidade do presidente poder solicitar apoio parlamentar para derrubar eventuais decisões contrárias dos juízes; o Senado foi substituído por um conselho de representantes estaduais e membros nomeados pelo presidente. Como consequência, o Congresso Nacional, as Assembléias Legislativas e as Câmaras Municipais acabaram dissolvidas. Em 1946, com o fim do Estado Novo, acontece a retomada do modelo democrático, dos preceitos constitucionais da separação dos poderes.

Durante a segunda ditadura brasileira, surge uma novidade com a Constituição de 1967: a instituição do decreto-lei. Este recurso dava ao chefe do Executivo o poder de legislar.

Atualmente, vivemos sob a égide da Constituição de 1988, como dissemos anteriormente. Alguns detalhes, presentes em seu texto, fortalecem a inter-relação destes poderes:

a possibilidade de edição de medidas provisórias por parte do Executivo, o que lhe confere características legislativas; a concentração exagerada de matérias reservadas ao legislativo federal, por força da repartição vertical entre União, estados e municípios; e o reforço do Poder Judiciário e do Ministério Público na tutela dos interesses das mais diferentes naturezas (DANTAS, 2004, p.22).

3. O Poder Legislativo no Brasil

Pelo que expusemos até aqui, podemos concluir que as principais atribuições do Poder Legislativo são criar, revisar e extinguir leis e fiscalizar e cobrar as ações do Poder Executivo.

O Legislativo Federal Brasileiro, ou seja, o Congresso Nacional, é bicameral. Composto pela Câmara dos Deputados (os deputados federais são os representantes do povo⁷) e pelo Senado (os senadores são os representantes dos Estados e do Distrito Federal⁸).

⁷ BRASIL. Constituição (1988), artigo 45.

⁸ BRASIL. Constituição (1988), artigo 46.



Fonte: Senado Federal

Congresso Nacional (2004). Sede do legislativo federal.

Os legislativos dos Estados, dos Territórios, do Distrito Federal e dos Municípios, ou seja, as Assembléias Legislativas (formadas por deputados estaduais), a Câmara Legislativa do Distrito Federal (formada pelos deputados distritais) e as Câmaras Municipais (formada pelos vereadores), respectivamente são unicamerais.

Todos os membros do Legislativo são eleitos pelo voto direto e possuem um mandato de quatro anos, com exceção dos senadores que possuem um mandato de 8 anos⁹ e todos têm possibilidade ilimitada de reeleições. A eleição de senadores é alternada de quatro em quatro anos, elegendo-se um terço e dois terços.

No próximo capítulo, iremos aprofundar um pouco mais no legislativo estadual, conhecendo a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

⁹ BRASIL. Constituição (1988), artigo 46, §1º.

Capítulo II

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, a ilustre desconhecida

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) está sediada no Palácio 9 de Julho, na cidade de São Paulo, próximo ao Parque Ibirapuera e, como dissemos anteriormente, congrega o Poder Legislativo estadual. A Assembléia é uma instituição de representação política dos variados interesses da sociedade paulista e podemos dizer que tem como grande objetivo garantir o bem-estar comum da população, através dos atos de debater e legislar sobre políticas públicas, de acordo com as constituições federal e estadual e através da fiscalização e cobrança de ações do Executivo do Estado.



Fonte: Foto de Ricardo Mansho

Foto aérea da Alesp, com prédio anexo incluído através de computação gráfica – 2006.

1. Histórico

Verificamos nos estudos de Caliman (2005) e Silva (1999) que a história da Alesp está intimamente ligada à história nacional. Um dos fatores desta imbricação é o fato que, mesmo depois do Império com a formação da República Federativa, os Estados não conquistaram a

autonomia de gestão que o conceito de unidade federativa implica, como o exemplo dos Estados Unidos da América.

Ela surge como Assembléia Legislativa Provincial, em 1835, durante o Império, através da reforma constitucional do ano anterior. Cabia-lhe a maior parte da ação legislativa referente à administração provincial: saúde, educação, obras públicas, civilização dos índios, colonização, segurança e Igreja. Além disso, deliberava sobre as proposições municipais. Era composta por 36 deputados que faziam parte do Partido Conservador e do Partido Liberal. Só no início de 1870, surge um terceiro, o Partido Republicano.



Fonte: Foto de Thomas Ender

Aquarela do Pátio do Colégio (1817). O local abrigou a Assembléia Legislativa Provincial.

Com a Proclamação da República, a Assembléia foi fechada pela primeira vez. Neste período denominado de República Velha (1889-1930), foi promulgada a primeira Constituição do Estado e a Assembléia se transformou no Congresso Legislativo Paulista organizado numa estrutura bicameral formada pela Câmara com 40 membros (mandato de 3 anos) e o Senado com 20 (mandato de 6 anos, renovando-se a metade trienalmente). Houve mais duas alterações no número de deputados e senadores alcançando 60 e 30 representantes, respectivamente. Durante 13 legislaturas, o Partido Republicano Paulista (PRP) permaneceu soberano e único no poder. Somente na 14ª Legislatura (1928/1930) foram eleitos cinco deputados do Partido Democrático, o PD. No Senado paulista, durante toda a República Velha, só deu PRP.



Fonte: Militão Augusto de Azevedo

Casarão do João Mendes na Praça João Mendes (1880). Sede do legislativo entre 1879 e 1937.

Na década de 1930, a Revolução fechou os legislativos estaduais por cinco anos. Ao retomar o poder, o Legislativo voltou a ser unicameral e fora denominado Assembléia Legislativa Estadual. O Partido Republicano deixou de ser absoluto. Surgiu o pluripartidarismo e diversas siglas estavam representadas: Partido Constitucionalista, Partido Socialista Brasileiro de São Paulo e até a Ação Integralista Brasileira conseguiu eleger um representante. Uma nova Constituição foi promulgada. Porém, antes do final da década, a Assembléia foi fechada, novamente, agora pelo Estado Novo, até 1947. Ao retomar seus trabalhos, a Assembléia se instala no Palácio das Indústrias, localizado no parque D. Pedro II. As eleições para a Assembléia Constituinte Estadual foram marcantes, alcançando mais de um milhão de eleitores inscritos. Formaram-se grandes blocos da esquerda e da direita estimulados pela “Guerra Fria”, o que resultava em grandes embates político-ideológicos na elaboração da Constituição. Uma nova Constituição foi promulgada e muitas matérias legislativas passaram à alçada do Executivo.

Com o regime autoritário imposto em 1964, progressivamente, as prerrogativas do Poder Legislativo foram sendo limitadas e uma nova Constituição foi outorgada. Introduziu-se o bipartidarismo (Arena e MDB), os governadores passaram a ser eleitos indiretamente e parlamentares foram cassados. Porém era o único poder que tinha eleições diretas em todos os níveis. Em 1968, é inaugurada a atual sede do Legislativo: o Palácio 9 de Julho, no Ibirapuera. Em 1969, um ato da ditadura pôs a Assembléia em recesso. Ao reabrir em 1970, os deputados não podiam mais legislar sobre questões financeiras ou administrativas, que se tornaram iniciativas exclusivas do Executivo. Em São Paulo, as sucessivas vitórias da oposição assinalavam o descontentamento da sociedade brasileira como o regime. Paralelamente, a Tribuna da Assembléia Legislativa tornou-se um canal de luta pela redemocratização. A

transição democrática, a partir de 1974, foi marcada pela Anistia, regresso dos exilados, fim do bipartidarismo e outras medidas. Um movimento que se iniciou na Assembléia nesta década, com a participação de sindicatos, entidades estudantis, movimentos populares, associações de moradores, entre outros culminou em 1984 com a Campanha das Diretas-Já.

Com o afastamento dos militares que estavam no poder desde 1964, o restabelecimento da ordem democrática nacional foi alcançado com a promulgação da Constituição Federal, em 1988 e no ano seguinte, nasceu a nova Constituição do

Estado. Nesta última, entre outras coisas, foi instituído um mecanismo de iniciativa popular em que as pessoas podem participar da elaboração das leis, apresentando emendas, propondo revisões, participando dos debates nos Plenários das Comissões. De 1999 para cá, ampliaram-se as mediações com a sociedade como o Parlamento Jovem, o Instituto do Legislativo Paulista, as audiências públicas do orçamento em várias regiões do Estado, o portal na Internet, a comissão interna para readequação da resolução 776/96, o SOS Racismo, entre outras. Em 15 de março de 2007, tomaram posse os deputados da 16ª legislatura (pós-1945), foram eleitas a Mesa Diretora e a Mesa Substituta, tendo como presidente o deputado Vaz de Lima do PSDB. De 1946 até hoje, o número de deputados também mudou diversas vezes variando de 67 a 115 deputados.

2. Gestão da Assembléia

Todo o funcionamento e as atividades da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo são regidas pelas constituições federal e estadual, pelo regimento interno, pelas resoluções e atos da Mesa.

A nova legislatura teve início em 15 de março de 2007 e conseqüentemente, uma nova Mesa Diretora foi eleita com um **mandato de dois anos** sem reeleição imediatamente subsequente,



Fonte: DAH-ALESP (Acervo Histórico)
Palácio das Indústrias (1968),
sede da Alesp entre 1947 e 1968.

composta pelo presidente e 1º e 2º secretários. Foi também eleita a Mesa substituta, composta pelos 1º e 2º vice-presidentes e 3º e 4º secretários.

cargo	Mesa Diretora	idade	área de atuação
Presidente	Dep. Vaz de Lima (PSDB)	n/d	Área Fiscal
1º Secretário	Dep. Donisete Braga (PT)	37	Desenvolvimento Sustentável, Educação, Juventude , Saúde
2º Secretário	Dep. Edmir Chedid (DEM)	41	Comunicação, Educação, Transportes
cargo	Mesa Substituta	idade	área de atuação
1º Vice-presidente	Dep. Waldir Agnello (PTB)	43	Educação, Saúde, Social
2º Vice-presidente	Dep. Luis Carlos Gondim (PPS)	59	Educação, Saúde da Mulher
3ª Secretária	Dep. Vanessa Damo (PV)	25	Desenvolvimento Social, Geração de Empregos e Renda, Meio-Ambiente
4ª Secretária	Dep. Maria Lúcia Prandi (PT)	n/d	Agricultura, Criança e Adolescente , Meio-Ambiente, Pesca, Promoção Social

Fonte: www.al.sp.gov.br em 20/5/2007

Mesa Diretora e Substituta eleita em 15 de março de 2007.

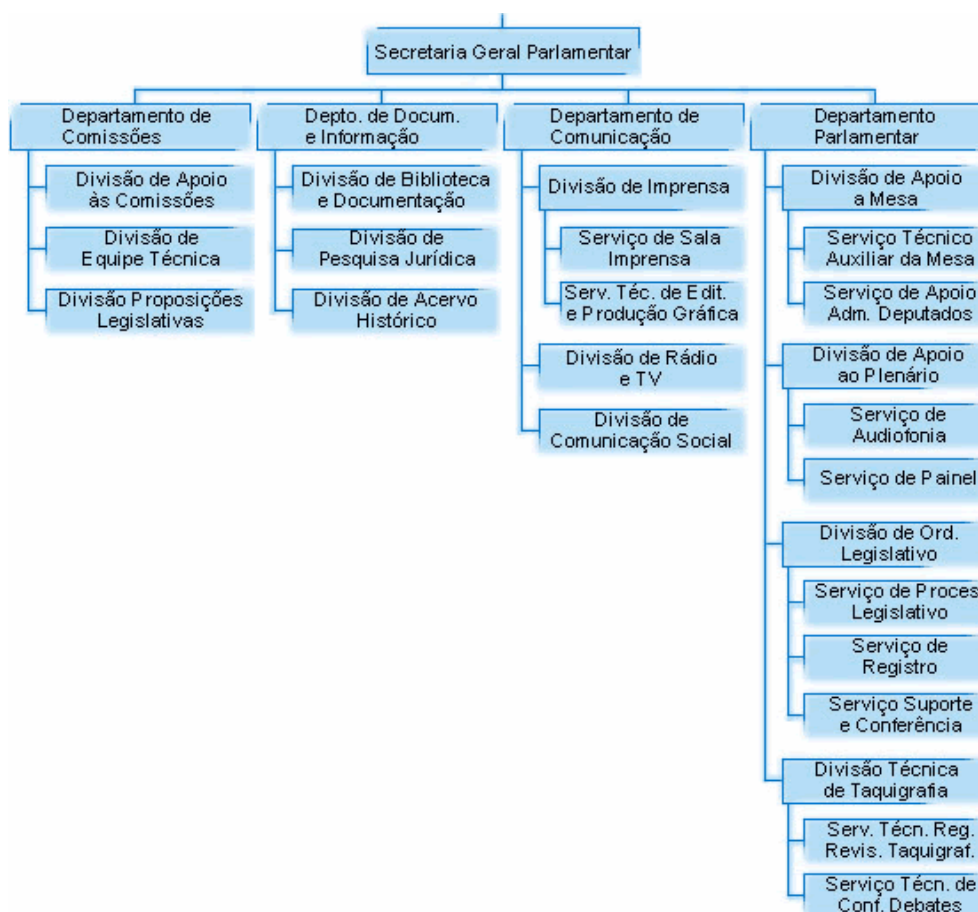
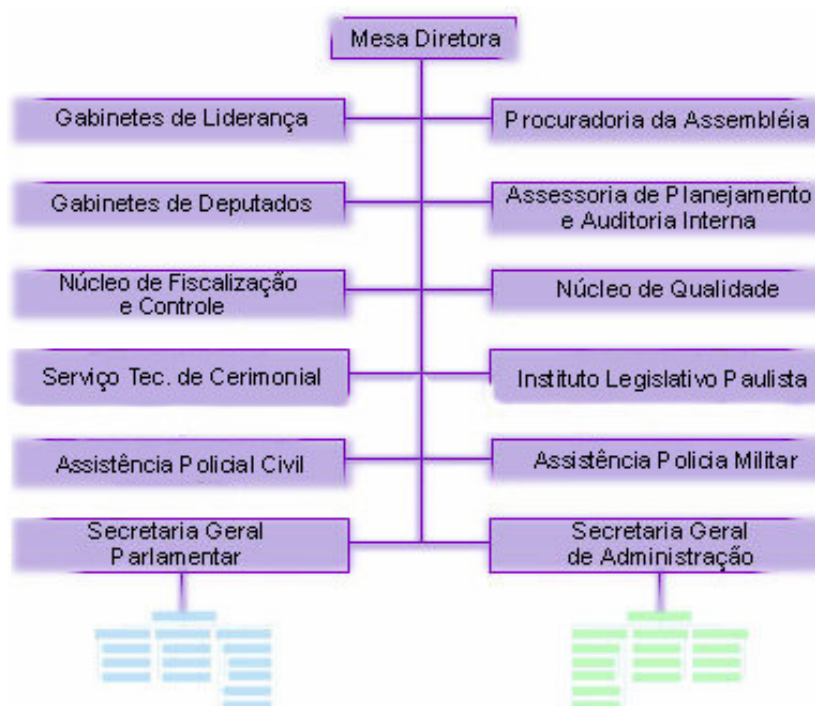
De acordo com o regimento interno da Assembléia Legislativa (2005), cabe à Mesa Diretora, *a direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos*. Em outras palavras, cabe a ela a gestão da Casa, além de outras atribuições constantes no regimento. A possibilidade de livre nomeação de cargos de confiança, trazendo, muitas vezes, profissionais que não compõe o quadro de efetivos da Alesp associada a esse curto mandato de gestão provoca também uma **grande rotatividade de diretores** em seus diferentes níveis hierárquicos, como no Departamento de Comunicação, por exemplo, **dificultando o desenvolvimento de programas de médio e longo prazo**. Nesse caso, **uma possibilidade** de garantir, ou de pelo menos, aumentar as chances de um projeto ou programa não ser descontinuado **é transformando-o em lei (resolução)**. Mesmo assim, a continuidade não é garantida totalmente, pois dependerá da “boa vontade política” do(s) sucessor(es) para dar as condições e apoio necessários.

3. Quem faz parte

A Assembléia Legislativa caracteriza-se como uma instituição de grande porte, tendo em seu quadro de funcionários 1986 pessoas ocupantes de cargos em comissão, 978 efetivos e 2 contratados pela CLT por tempo indeterminado, totalizando 2966 servidores¹⁰ que trabalham em função dos deputados estaduais e da própria organização e manutenção da instituição. A estrutura de organização da Casa foi reformulada com as Resoluções 776, de 14

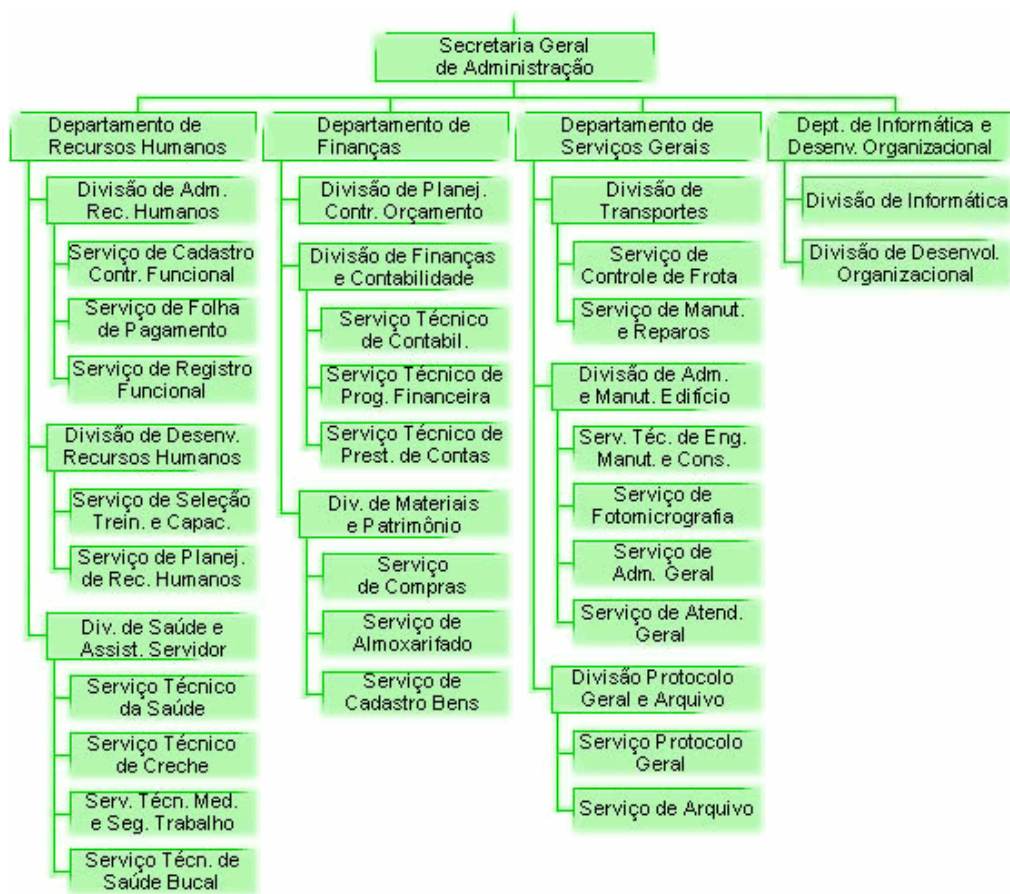
¹⁰ Dado atualizado em 31.dez.2006 e publicado no *Diário Oficial do Estado*, São Paulo, 28.abr.2007.

de outubro de 1996, e 783, de 1º de julho de 1997. A anterior, que existiu por vinte anos, centralizava as funções numa única Diretoria Geral.



Fonte: www.al.sp.gov.br

Organograma da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.



Fonte: www.al.sp.gov.br

Organograma da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – continuação.

Cada unidade da federação possui um número de deputados que leva em consideração o número de habitantes e as regras de cálculo estão estabelecidas na Constituição Federal nos artigos 27 e 45 e na Lei Complementar nº 78 de 1993. De acordo com essas regras, por ser o estado mais populoso, São Paulo possui o maior parlamento estadual do país, composto por **94 deputados estaduais** de diferentes partidos e ideologias, eleitos pela população das mais diversas regiões do Estado de São Paulo em eleições diretas para exercer um mandato representativo de quatro anos (conforme o artigo 27, §1º da Constituição Federal) com direito à reeleição. Ao fazermos as contas, verificamos a proporção de mais de 425 mil habitantes e mais de 297 mil eleitores por deputado.

O trabalho dos deputados não se limita a apresentação e votação de projetos nas sessões do plenário.

Cabe, também, ao parlamentar: discutir a proposta de Orçamento elaborada pelo Executivo, apresentar emendas e definir onde serão aplicados os recursos do Estado. Ele participa das reuniões das Comissões Permanentes e das Comissões Parlamentares de Inquérito [quando existem], apresenta projetos de lei, de decreto legislativo e de resolução, propostas de emenda à Constituição Estadual e analisa propostas



Fonte: www.al.sp.gov.br

Posse dos deputados em 15/3/2007 no plenário Juscelino Kubitschek.

encaminhadas por outros deputados, pelo governador, Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e pelos cidadãos¹¹.

Segundo a análise dos dados veiculados no portal da Assembléia, em maio de 2007, os 94 deputados estaduais estavam

distribuídos entre 13 partidos, sendo as maiores bancadas as do PSDB, do PT e do DEM (Democratas, antigo PFL), com 22%, 21% e 13%, respectivamente. Em questão de gênero, apenas 11,7% são mulheres. Deputados com até 29 anos compõe 9,57% do parlamento. Com relação à área de atuação, 6,38% declaram que atuam explicitamente com a adolescência e a juventude. Além disso, uma deputada é paraplégica e um deputado é deficiente visual.

partidos	deputados	%	governo	oposição	cargos na Mesa
PSDB	21	22%	21	0	presidência
PT	20	21%	0	20	1ª e 4ª secretarias
DEM	13	14%	13	0	2ª secretaria
PV	8	9%	8	0	3ª secretaria
PDT	5	5%	5	0	
PPS	5	5%	5	0	2ª vice-presidência
PTB	5	5%	5	0	1ª vice-presidência
PMDB	4	4%	4	0	
PSB	4	4%	4	0	
PR	3	3%	3	0	
PSOL	2	2%	0	2	
PSC	2	2%	2	0	
PP	2	2%	2	0	
Total	94	100%	72	22	

Fonte: <http://www.al.sp.gov.br> - acesso em 14/5/2007

Ocupação dos partidos no parlamento paulista – 16ª Legislatura – biênio 2007-2009.

4. A comunicação da Alesp

A comunicação da Assembléia é responsabilidade do Departamento de Comunicação (subordinado à Secretaria Geral Parlamentar), formado pela Divisão de Imprensa, Serviço de Sala de Imprensa, Serviço Técnico de Editoração e Produção Gráfica, Divisão de Rádio e TV

¹¹ Cf. Atribuições dos deputados em: SÃO PAULO (ESTADO), nov. 2006, p. 10-11.

e Divisão de Comunicação Social. Além disso, há um comitê interdepartamental responsável pelo portal da Internet.

4.1. A política de comunicação

Falar da política de comunicação da Alesp não é fácil neste momento, pois com a mudança da gestão da Casa, somente agora no mês de maio que um novo diretor assumiu o departamento de comunicação. Em tese, ela é elaborada pelo departamento com base nas diretrizes da Mesa Diretora. A política de comunicação da gestão anterior tinha como objetivos gerais¹²:

- Criação da Secretaria Geral de Comunicação e Relações Institucionais;
- Apoiar o trabalho de comunicação de cada parlamentar e do conjunto da Assembléia Legislativa;
- Ampliar os canais de comunicação e a abrangência e a eficiência na oferta da informação pertinente ao exercício parlamentar.

Os objetivos específicos focavam os seguintes meios de comunicação da Alesp: imprensa, portal, rádio Assembléia, TV Assembléia, Cerimonial e eventos. Em entrevista para este gestor, o então diretor do departamento Guilherme Wendel de Magalhães ressaltou alguns pontos na política de comunicação: transparência; falar com o interior, com o estado inteiro e ampliar a quantidade de informação.

Nos últimos anos, uma preocupação importante tem sido a de ampliar os canais de comunicação com a sociedade paulista, através de diversas mediações.

4.2. Canais de comunicação

É comum ao falarmos de comunicação, só pensar nos grandes meios, nos *mass media*, nas tecnologias, ainda mais quando pensamos numa instituição, como a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, que congrega os interesses de milhões de cidadãos paulistas. Mas, não devemos nos esquecer da comunicação que começa no diálogo entre dois sujeitos, entre dois grupos, entre duas instituições... É por isso que ao listar os canais de comunicação da Alesp, iremos além da TV e do jornal, por exemplo.

¹² SÃO PAULO (ESTADO). Assembléia Legislativa, 2005.

Comunicação interna: *clipping* diário de jornais e revistas; memorandos, lista telefônica interna; intranet; mensagens pela rede interna de computadores; serviço de audiofonia (alto-falantes distribuídos na Casa transmitem as sessões e os principais fatos/avisos internos); sindicato e associações de funcionários; mural; placas, totens, mapas e letreiros de identificação externos e internos.

Comunicação externa: mandatos dos deputados; Revista “Parlamento Paulista” (impresso e internet); Diário Oficial – Poder Legislativo (impresso e internet); portal www.al.sp.gov.br; TV Assembléia (TV a cabo, parabólica e internet); Rádio-web (não está em funcionamento atualmente); cartazes, *folders*, convites, cartas; Parlamento Jovem; visitas monitoradas de instituições de ensino; e-mail; publicações de vários departamentos como o de Documentação e Informação (DDI), Procuradoria e ILP, por exemplo; Interlegis - Comunidade Virtual do Poder Legislativo para modernização e integração do Legislativo brasileiro (de responsabilidade federal e da qual a Assembléia faz parte); SOS Racismo (atendimento no local, por e-mail sosracismo@al.sp.gov.br e pelo disque denúncia **0800-77-33-886**); Assembléia Popular; Conselho Estadual Parlamentar de Comunidades de Raízes e Culturas Estrangeiras – CONSCRE; Espaço das Cidades; Instituto do Legislativo Paulista; Conselho Parlamentar pela Cultura de Paz; balcões de informação; exposições artísticas; sessões e atos solenes; audiências públicas, seminários, palestras, cursos.

A seguir, vamos conhecer um pouco mais de alguns desses canais. Dedicaremos um capítulo mais adiante sobre a comunicação da Assembléia com o jovem.

4.2.1. A TV Assembléia (AL TV)

A TV Assembléia foi criada em 1996, instalada nas dependências do Palácio 9 de Julho, com o objetivo primordial de veicular informações referentes aos trabalhos parlamentares da instituição e sobre sua própria função. Em segundo lugar, estava o oferecimento de uma programação alternativa, à da rede comercial, com programas educativos e culturais.

Após mais de 10 anos de história, conta hoje com uma equipe de 89 profissionais, entre jornalistas, radialistas e outros técnicos, responsável pelas 24 horas de programação,

recepcionadas através da TV a cabo, por parabólica¹³ e também pela Internet (www.al.sp.gov.br). Há um processo tramitando em Brasília, no Ministério das Comunicações, para que o canal seja transmitido também pela TV aberta¹⁴.

Seu trabalho é viabilizado através de um contrato mantido com a Fundação Padre Anchieta, responsável pela TV Cultura de São Paulo. Segundo Braga, supervisor de operações da TV Assembléia, a parceria inclui o compromisso de produzir 100 horas mensais de programas inéditos, o fornecimento de funcionários e o *know-how* necessário. Seu orçamento em 2006 é da ordem de 9 milhões de reais (aproximadamente 2,2 milhões a menos do que a TV Câmara da Câmara dos Deputados)¹⁵.

Os canais legislativos foram criados pela Lei da TV a Cabo, de janeiro de 1995. A lei estabelece que as Assembléias e as câmaras municipais devem compartilhar o horário da programação. Como as TVs a cabo têm concessão de âmbito municipal, a Alesp deve negociar a divisão do espaço com cada câmara¹⁶ [24 no total].

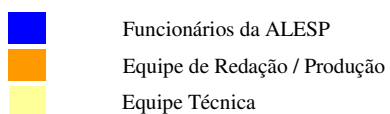
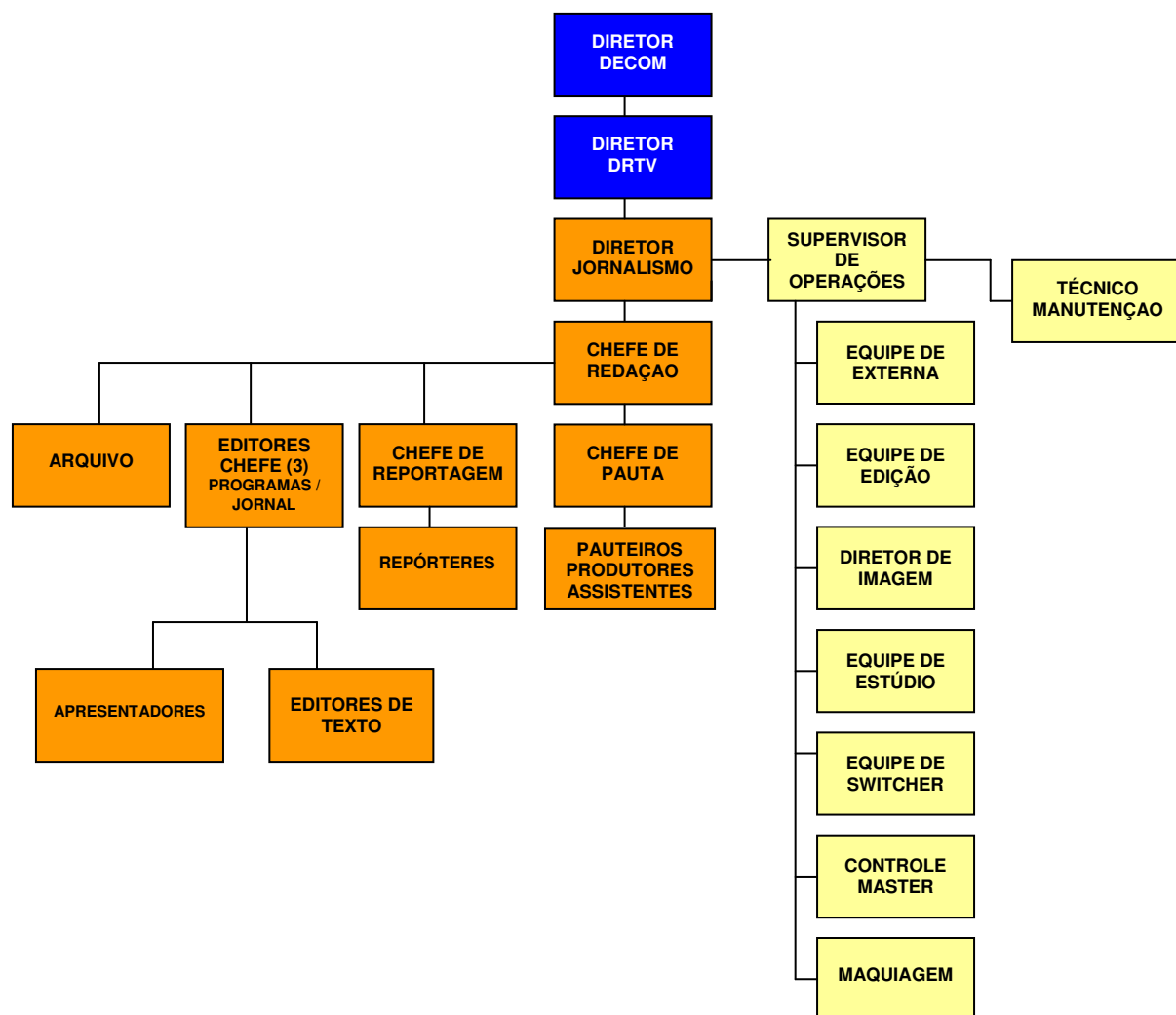
Na cidade de São Paulo, de segunda a sexta-feira das 13h00min às 20h00min e aos finais de semana das 8h00min às 12h00min, o sinal da TV Assembléia é cortado e entra o sinal da Câmara Municipal. O corte acontece apenas naquela cidade durante o horário acordado entre as partes e nunca corta um programa pela metade. O controle do sinal é efetuado pela TV Assembléia.

¹³ Para sintonizar, ajuste: satélite Brasil SAT B3, Transponder 2 B E, posição orbital 84° W, Polarização Vertical, Banda C, Frequência 3709,5 MHz (1440MHz convertido), compressão MPEG 2 DVB, symbol rate 12960 Mbits, Data Rate 179152294, FEC 3/4.

¹⁴ Informação citada no *Diário Oficial do Estado*, 2007, p.1.

¹⁵ Folha de São Paulo, 2007, p. A10.

¹⁶ Ibidem, p. A15.



Fonte: Departamento de Comunicação
Organograma da TV Assembléia.

*Programas da TV Assembléia veiculados*¹⁷

AGORA É LEI

Aprovada uma lei, o programa discute as questões relativas à sua implantação.

ARENA LIVRE

Mesa-redonda em torno de um tema de interesse.

ASSEMBLÉIA DEBATE

Mesa-redonda, abordando os mais diversos assuntos através do debate, abrindo o leque de opiniões.

ASSEMBLÉIA DOCUMENTO

Reportagens sobre temas relacionados à política, economia, meio ambiente, comportamento, com coleta de imagens e depoimentos variados.

ASSEMBLÉIA POPULAR

Espaço aberto para os cidadãos manifestarem a livre expressão de opinião pública sobre assuntos de interesse da cidadania. Participantes, previamente inscritos, podem expor suas idéias e questões por dez minutos.

EM CENA (antigo DEPOIMENTO COM ARTE)

Espaço aberto para a manifestação artística diferenciada, focando em talentos já reconhecidos na literatura, pintura, música e arte em geral.

EM DISCUSSÃO

Um projeto de lei apresentado na Casa é discutido entre o deputado autor do projeto e três convidados de diferentes segmentos da sociedade.

FRENTE E VERSO

Mostra a trajetória política e a vida pessoal de cada um dos 94 parlamentares que compõe hoje a Assembléia Legislativa.

MOMENTO LEGISLATIVO

Registro de ações, realizações, projetos ou eventos da Assembléia Legislativa. Cobertura imediata, no dia-a-dia, em boletins curtos durante a programação.

PLENÁRIO E COMISSÕES

Programação ao vivo dando a conhecer o que é feito na Casa, mostra a ação dos parlamentares nos debates das comissões e nos plenários. Diariamente, a Sessão Ordinária completa: Pequeno Expediente, Grande Expediente, Artigo 82 e Ordem do Dia. As Sessões Extraordinárias também são transmitidas sempre que necessário. Em paralelo, é feito o acompanhamento dos trabalhos das Comissões, onde, efetivamente, é dado o contorno às decisões da Casa.

PRESTANDO CONTAS

O presidente da mesa diretora da Assembléia Legislativa presta contas da semana, destacando algum aspecto de sua administração.

QUESTÃO DE ORDEM

Um tema polêmico debatido por dois deputados com opiniões antagônicas.

TELEJORNAL

Noticiário da Assembléia Legislativa, com destaque para o trabalho realizado nas comissões, nas audiências públicas e outros eventos que acontecem na Casa.

VOLUNTARIADO

Iniciativas populares, individuais ou coletivas, para mudar, melhorar a vida das pessoas.

Além disso, a TV Assembléia transmite alguns programas produzidos pela TV Cultura como o *Repórter Eco* e o *Nossa Língua Portuguesa*.

¹⁷ MAGALHÃES, 2006, p. 67.

4.2.2. O portal da Internet – www.al.sp.gov.br

A Assembléia entrou no universo virtual com um site no final dos anos 1990. Em março de 2005, decidiu-se adotar o conceito de portal, remodelando o site, visual e estruturalmente, para permitir um acesso a novos serviços e informações e, também, uma participação cada vez maior dos cidadãos, dos deputados e demais setores da Casa propiciando uma maior transparência da instituição.

Seu modelo conceitual, portanto, está orientado para a articulação compartilhada de múltiplos produtores de informações e conteúdos, cuja inclusão não depende de um “webmaster” centralizado porque é prevista para ser realizada pelos próprios produtores e autores dessas informações (Web2).

É justamente essa dinâmica descentralizada que faz a diferença entre um portal e um site. Enquanto um site é gerenciado por um único departamento, normalmente o de informática, um portal pressupõe a colaboração direta de vários setores, o que permite que um volume muito maior de informações possa ser disponibilizado com grande rapidez¹⁸.

Atualmente, o portal disponibiliza: prestação de contas do uso das verbas de gabinete de cada deputado, consulta aos projetos de lei que estão tramitando e seu histórico (situação e localização), pesquisa de deputados e as normas estaduais (leis, emendas e outras) propostas por cada um, consulta a publicações e documentos (atas das comissões, por exemplo), notícias da Assembléia, acesso *on line* à TV Assembléia, à revista Parlamento Paulista e ao Diário da Assembléia, entre outros.

O portal é de responsabilidade do Comitê Executivo do Projeto Portal da Alesp, criado a partir do ato 05/05 da Mesa, formado por representantes dos departamentos: Parlamentar, de Comunicação, de Documentação e Informação, de Comissões, de Informação e Desenvolvimento Organizacional, e também da Secretaria Geral Parlamentar e do Instituto do Legislativo Paulista (ILP), além de membros exclusivos do comitê. Ele não é um órgão da Secretaria da Assembléia Legislativa, mas um processo de trabalho e comunicação que objetiva elaborar planos e políticas a serem analisados e aprovados pela Mesa, que servirão de diretrizes do processo permanente de funcionamento e manutenção do portal.

Segundo a memória da reunião do Comitê de 13/3/2007, um novo layout e novas funcionalidades estão programadas, mas, atualmente, a falta de recursos humanos na equipe de TI e a demora na aquisição e implementação de softwares de gestão de conteúdo estão emperrando o processo. O planejamento do biênio 2007/2008 inclui implantação de:

¹⁸ SÃO PAULO (ESTADO). Assembléia Legislativa, 2007.

- Fórum de debates para atuação em frentes parlamentares com deputado moderador;
- Inserção de conteúdos diretamente dos próprios gabinetes;
- Mural com cartazes e convites eletrônicos de eventos;
- Ampliação do mecanismo de emendas *on line* para outros projetos importantes;
- Enquetes de opinião dos cidadãos;
- Pregão eletrônico;
- Fusão da intranet com o portal;
- Subprojetos “Acervo Histórico”, “Acervo Artístico” e publicações eletrônicas e biblioteca virtual;
- Implantação da TV Web, rádio, banco de imagens e de som;
- Entre outros.

4.2.3. Diário Oficial – Poder Legislativo

Impresso e distribuído pela Imprensa Oficial, normalmente em órgãos públicos, e disponibilizado também pela internet, o Diário é o registro de todas as ações oficiais que acontecem na Assembléia, como as sessões, a apresentação e votação de projetos, a publicação das novas leis, as atas das comissões e os atos administrativos.

4.2.4. Revista “Parlamento Paulista”

Em seu sexto número (o sétimo deve sair em maio ou junho), é um dos meios institucionais mais recentes de comunicação da Assembléia (o primeiro número foi veiculado em 2005). Seus objetivos são *promover a discussão a respeito da conjuntura política do estado, apresentar as iniciativas do parlamento paulista para promover o desenvolvimento social e econômico, divulgar o debate político das bancadas partidárias e as ações legislativas dos deputados e comissões* (MAGALHÃES, 2006, p. 68).

Ela está estruturada basicamente em noticiar as ações da instituição, da Mesa (em especial do presidente), das comissões e das lideranças. Com uma tiragem de 25 mil exemplares, diagramada e impressa numa empresa contratada, a revista desde seu início tem tido sérios problemas de distribuição. Ainda hoje, há caixas e pacotes estocados dos primeiros números e mesmo o último número, por ter sido disponibilizado no final da gestão da Mesa anterior, encontra-se guardado em pilhas, aguardando uma medida da nova Mesa.

É um veículo que ainda não amadureceu, seu projeto gráfico está sendo revisto e sua continuidade é duvidosa, garantida pelo menos por mais três edições, devido ao contrato com a empresa terceirizada.

4.2.5. Instituto do Legislativo Paulista

O ILP foi criado pela Resolução 821, em 14 de dezembro de 2001, e regulamentado pelo Ato 25/2002 da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa. Sua finalidade é:

- estudar, pesquisar e dar subsídios para os trabalhos parlamentares e ações legislativas na área de políticas públicas;
- propiciar a capacitação e o aprimoramento profissional de seus servidores e
- buscar a integração da sociedade com o Poder Legislativo, cultivando a cidadania em todos os seus aspectos¹⁹.

O artigo 3º do ato 25/2002 enumera seus objetivos:

I - realizar estudos, pesquisas e debates para o desenvolvimento e aplicação de políticas públicas no Estado;

II - subsidiar os trabalhos parlamentares, oferecendo suporte técnico-temático à ação legislativa para definição de medidas que estimulem o desenvolvimento da sociedade paulista;

III - avaliar os resultados obtidos pela aplicação do Índice Paulista de Responsabilidade Social - IRPS, criado pela Lei nº 10.765, de 19 de fevereiro de 2001, nos Municípios, com o fim de propor medidas que contribuam para o desenvolvimento e a justiça social;

IV - realizar estudos, atividades e debates sobre o Estado, o Poder Legislativo, ética, cidadania e projetos de desenvolvimento, visando ao aprimoramento social e da democracia [grifo nosso];

V - preparar, elaborar e acompanhar a implantação de convênios e protocolos de cooperação técnica a serem firmados pela Assembléia Legislativa com outros institutos, órgãos públicos e universidades;

VI - propor ações legislativas na área de políticas públicas, objetivando maior interação do Poder Legislativo com a sociedade e o aperfeiçoamento da participação política;

VII - realizar, como atividade preparatória de cada legislatura e durante as sessões legislativas, seminários, cursos e eventos sobre o parlamento, a missão da instituição, o exercício do mandato, processo legislativo, atuação fiscalizadora e demais temas que ofereçam subsídios e instrumentos adequados à ação dos Deputados;

VIII - atuar em conjunto com o Departamento de Comissões da Assembléia Legislativa, visando ao levantamento de dados técnicos, à elaboração de estudos e pesquisas e à realização de eventos sobre temas de interesse do Poder Legislativo ou sobre projetos de lei em tramitação;

¹⁹ SÃO PAULO (ESTADO). Assembléia Legislativa, 2007.

IX - atuar em conjunto com o Departamento de Recursos Humanos da Assembléia Legislativa, visando ao aperfeiçoamento e à capacitação profissional dos servidores, mediante convênios com instituições que atuem nas áreas de estudos, pesquisas e ensino de políticas públicas e outros temas de interesse do Poder Legislativo;

X - implantar, mediante convênios com instituições universitárias, cursos de especialização nas áreas de atuação do Poder Legislativo, destinados à qualificação de servidores e profissionais nestas áreas;

XI - realizar estudos, seminários, campanhas e debates, para orientar a legislação participativa e a iniciativa popular, capacitando lideranças sociais para acompanhar as ações da Assembléia Legislativa [grifo nosso].

Entre as muitas atividades realizadas pelo Instituto, destaco o **Curso de Formação Política**, ministrado por mestrandos e doutorandos da Faculdade de Ciências Sociais da USP e que formou 9 turmas. O critério de participação é ter o ensino médio concluído. Em 2005 e 2006, a Assembléia firmou através do ILP um protocolo de intenções com cerca de 50 instituições não-governamentais a fim de diminuir as distâncias entre este poder e a sociedade civil organizada. Uma das ações é a notificação por e-mail a cada entidade conveniada sobre a tramitação de projetos de seu interesse.

4.2.6. O principal interlocutor

Apesar de todos esses meios institucionais, **o principal interlocutor entre a Alesp e a população são os grandes meios de comunicação comerciais** como os canais de TV, as emissoras de rádio e os jornais de grande circulação, entre outros, pois são acessíveis a maior parte da população e a repercussão na sociedade do que é veiculado pode influenciar sobre as tomadas de decisão na instituição.

5. A Assembléia vista pela sociedade paulista

Segundo a Fundação Seade (2006), São Paulo é o Estado mais populoso do país, com mais de 40 milhões de habitantes, concentrando 21% da população brasileira e 11% de todos os sul-americanos. São mais de 28 milhões de eleitores, segundo dados do TSE - Tribunal Superior Eleitoral²⁰. Formado por 645 municípios, é marcado por realidades socioeconômicas e culturais totalmente diferentes. Paulínia, por exemplo, tem o maior PIB *per capita* do Estado

²⁰ Informação coletada no site do TSE. Disponível em: <<http://www.tse.gov.br/index.html>> acesso em 13/05/07

(R\$85,5 mil), enquanto a pequena Barra do Turvo tem um PIB da ordem de R\$2,1 mil por habitante²¹.

A visão que aqui vamos demonstrar e discutir é fruto da análise dos dados coletados numa pesquisa de opinião quantitativa inédita, realizada pela Formar – Formação, Capacitação, Marketing e Pesquisa (2005), a pedido do Departamento de Comunicação da ALESP. Seu objetivo é medir a percepção e o grau de informação da população sobre a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e sobre as atividades dos deputados.

A pesquisa foi realizada entre os dias 26 de julho e 7 de agosto de 2006, entrevistando 1243 eleitores a partir de 16 anos, sendo 348 na Capital²², 200 na Grande São Paulo²³ e 695 nos principais municípios do interior do Estado²⁴.

Segundo o memorial descritivo, em que constam as especificações da pesquisa, a base de dados para elaboração da amostra foi o Censo do IBGE 2000 e as estatísticas do TRE 2004, selecionando os entrevistados de acordo com as cotas proporcionais de sexo, idade, grau de escolaridade e renda familiar. A amostra foi obtida por conglomerado em dois estágios, com cota proporcional por tamanho de município e, dentro deles, foram selecionados, de forma probabilística, os setores censitários do IBGE. As cidades-sede das regiões administrativas de São José dos Campos, Ribeirão Preto, Registro, Bauru, Sorocaba, Presidente Prudente, Franca, Barretos, Araçatuba, Marília, Região Administrativa Central e São José do Rio Preto e das regiões metropolitanas de São Paulo, Baixada Santista e Campinas foram obrigatoriamente contempladas.

O intervalo de confiança está estimado em 95%, com margem de erro de três pontos percentuais para mais ou para menos sobre os resultados do total da amostra.

A coleta de dados foi realizada através de questionário com 27 questões, incluindo duas questões abertas e perguntas de perfil, com tempo de aplicação previsto de 10 a 12 minutos, realizando abordagem domiciliar ou interceptação.

Para fins da análise, agrupei as questões da seguinte forma²⁵:

²¹ SÃO PAULO (ESTADO). Assembléia Legislativa, dez. 2005, p. 12.

²² Distribuídas nas zonas norte, oeste, leste, sul e central da cidade.

²³ Municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema, Guarulhos, Osasco e Mogi das Cruzes.

²⁴ Municípios de Araçatuba, Birigui, Bauru, Jaú, Araraquara, São Carlos, Jundiaí, Campinas, Americana, Piracicaba, Rio Claro, Barretos, Franca, Ribeirão Preto, Sertãozinho, Marília, Tupã, São José dos Campos, Taubaté, São José do Rio Preto, Sorocaba, Tatuí, Presidente Prudente, Santos, São Vicente e Praia Grande.

²⁵ A questão 27 “Em relação à vida que você leva na sua cidade, nos últimos dois anos, ela:” não foi analisada por julgar não trazer contribuições importantes para a análise.

1. Questões sobre a instituição Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e sobre seus integrantes - os deputados estaduais;
2. Questões sobre as relações comunicacionais da instituição e dos deputados com a população;
3. Questões sobre a percepção e os valores da população com relação à instituição.

5.1. Sobre a Alesp e os deputados estaduais

5.1.1. Onde está a Alesp?

Questionados sobre a localização da Alesp, 57,68% dos 1070 entrevistados que já ouviram falar da instituição, disseram ser em São Paulo, 24,3% em Brasília e 17,38% não souberam responder. Brasília deve ter sido apontada numa confusão com a Câmara dos Deputados. Os mais jovens acertaram menos: 54,35% de 16 a 17 anos, 52,16% de 18 a 24 anos e 51,89% de 25 a 34 anos. Os adultos de 45 a 59 anos foram os que mais acertaram: 67,74%. O estranho dessa pergunta foi admitir respostas múltiplas para um tipo de questão em que normalmente se escolhe apenas uma opção.

Daqueles que responderam São Paulo, 7,81% responderam *Centro*, talvez confundindo com a Câmara Municipal, e apenas 16,88% disseram que a Alesp está no Ibirapuera. **Nenhum jovem de 16 e 17 anos acertou, sendo que 92% deles não souberam responder.** Quanto maior a idade, maior foi a porcentagem dos que acertaram e menor a daqueles que não sabiam responder, chegando em 28,75% de idosos de 60 anos ou mais que acertaram.

O fato dessa pergunta ter sido aberta também deve ter colaborado com o alto índice de pessoas que não sabiam responder.

5.1.2. O que a Assembléia faz?

Considerando a relação entre o número de entrevistados (1243) e o número de respostas (1789), temos uma média de 1,4 respostas por pessoa, enquanto que o ideal seriam três respostas, o que pode significar que a maioria escolheu apenas uma opção, demonstrando uma visão parcial das funções da Alesp. Legislar ficou em primeiro lugar e, em segundo, o ato de fiscalizar o Executivo. Entre os mais jovens de 16 a 24 anos, a opção *fazer leis para todo Brasil* ficou em segundo lugar, expressando uma confusão com o legislativo federal.

Se analisarmos a hierarquia das respostas corretas, das mais para as menos votadas, verificaremos que há certa coerência:

1º lugar: fazer leis para o Estado de São Paulo

2º lugar: fiscalizar as ações do Governo Estadual

3º lugar: votar projetos de lei do governador

Fazendo a crítica da questão, todas as suas alternativas direcionam para os atos de legislar e fiscalizar, que são competências do Legislativo; preocupou-se apenas com a possível confusão entre o municipal, o estadual e o federal. Faltou envolver as competências de outros poderes, que muitas vezes se confundem. Principalmente entre o Legislativo e o Executivo. A existência dessas alternativas poderia resultar em conclusões diferentes.

5.1.3. Quem faz parte?

Questionados sobre o número de deputados, os que menos acertaram foram os adultos de 45 a 59 anos (27,96%), seguidos dos jovens de 16 e 17 anos (28,26%) e dos de 18 a 24 anos (28,88%). A média de acerto foi de 30,57%.

5.1.4. Ações realizadas

A grande maioria dos entrevistados (94,37%) não soube citar alguma ação da Alesp. Os que demonstraram maior desconhecimento foram os **jovens de 18 a 24 anos**. 96,55% não souberam responder e 1,29% indicaram CPI/mensalão (as CPIs não vinham sendo realizadas pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, na época da pesquisa, há cerca de quatro anos. Já o escândalo do “mensalão” está ligado ao legislativo federal), resultando na **ínfima fatia de 2,16% de entrevistados que responderam fazer leis**.

5.1.5. O que faz um deputado estadual?

55,03% dizem não saber o que faz um deputado estadual. Quanto mais jovem, maior a dúvida. Enquanto 40,88% dos idosos de 60 anos ou mais desconhecem a função, os jovens de 16 e 17 anos são quase 70% (69,57%).

A questão 16 foi dirigida àqueles que disseram saber o que faz um deputado. Porém, lá apareceram mais alguns que na verdade não sabiam. Somando-se ao coro dos que desconhecem a função, os números da questão 15 ficariam da seguinte forma:

q.15 - Você sabe o que faz um Deputado Estadual?													
opções	16 e 17 anos		18 a 24 anos		25 a 34 anos		35 a 44 anos		45 a 59 anos		60 anos ou mais		total
sim	26,09%	12	33,62%	78	35,74%	104	38,37%	99	45,88%	128	52,55%	72	39,66% 493
não	73,91%	34	66,38%	154	64,26%	187	61,63%	159	54,12%	151	47,45%	65	60,34% 750
total	100%	46	100%	232	100%	291	100%	258	100%	279	100%	137	100% 1243

Revisão dos resultados da questão 15: “Você sabe o que faz um Deputado Estadual?”.

Retornando aos que disseram saber, as respostas se concentraram mais na ação legislativa e houve respostas difusas como *trabalhar para o Estado*. O destaque é a grande porcentagem da opção *outros*.

5.2. Sobre as relações comunicacionais da instituição e dos deputados com a população

5.2.1. Já ouviu falar da Assembléia?

Grande parte dos entrevistados (86,08%) disse já ter ouvido falar da Assembléia. No grupo de 60 anos ou mais, são 82,48% e no dos jovens de 16 e 17 anos são 82,61%.

Dos que já ouviram falar, **81,05% têm nos meios de comunicação o seu principal interlocutor**. Amigos e parentes vêm bem atrás com 8,54% e políticos da cidade com 6,58%. Diante desses números, podemos inferir que apesar das pessoas ouvirem falar da Assembléia através dos meios, **o assunto não é multiplicado** nos diálogos da família, nem no círculo de amizades. Os eventos promovidos pela Alesp atingiram somente 2,22%.

Os mais jovens são os menos informados sobre o trabalho da Alesp, com destaque para os de 18 a 24 anos: 0,86% se julga muito informado contra 8,6% do grupo de 45 a 59 anos e 42,67% se julgam nada informados contra 24,73% daquele grupo.

5.2.2. Meios institucionais conhecidos

As opções de meios de comunicação da Alesp consultadas foram: Diário da Assembléia, Portal da Internet, panfletos e TV Assembléia. Se somarmos aqueles que disseram não conhecer nenhum meio, com aqueles que não souberam responder, no geral 52,97% da população não conhecem os meios listados.

A TV Assembléia hoje é o meio preferido a partir dos 25 anos. Para os jovens de 16 a 24 anos, o panfleto (material impresso) é o meio que mais conhecem.

Apesar de o portal ser pouco conhecido, os mais jovens o conhecem mais do que os mais velhos.

5.2.3. Meios e formas preferidos de relacionamento com a instituição e com o deputado

O meio de comunicação preferido para receber informações sobre a Assembléia é a televisão em todas as faixas etárias. Em segundo lugar vem o jornal e o terceiro é dividido: Internet até os 34 anos e rádio a partir dos 35 anos. Reuniões não alcançaram sequer 0,5%. Os que apresentaram menor índice de rejeição a receber qualquer tipo de informação foram os adultos de 45 a 59 anos e os jovens de 18 a 24 anos, respectivamente.

A pesquisa também revela que o relacionamento dos representantes (deputados) com os representados em geral é exíguo. Deixa a desejar, principalmente com os jovens: 52,17% de 16 e 17 anos não conhecem e 26,09% só de ouvir falar, o que dá 78,26% de relacionamento inexistente. Na mesma lógica, vem o grupo de 25 a 34 anos com 43,99%, 29,74% e 72,17%, respectivamente.

Os grandes meios de comunicação são os interlocutores dos deputados:

1. TV (59,59%): os que mais assistem são as pessoas de 16 a 34 anos;
2. Jornal (15,26%);
3. Rádio (12,25%): adultos a partir dos 35 anos são os que mais ouvem.

Porém, 30,81% dos entrevistados acham que falta contato dos deputados com a população. Os adultos de 45 a 59 são os que sentem mais falta.

5.2.4. Pra quem tem TV a cabo

Apenas 19,87% dos entrevistados têm TV a cabo, sendo que os mais jovens têm mais acesso. Se por um lado o grupo de 16 e 17 anos é o que mais tem essa modalidade de TV, por outro é o que menos assiste a qualquer canal legislativo (70,59% nunca assistiram).

Entre os jovens que assistem aos canais legislativos, as preferências são:

- 18 a 24 anos: TV Câmara, seguida da TV Assembléia;

- 16 e 17 anos: TV Assembléia e TV Senado;
- 25 a 34 anos: TV Senado, seguida da TV Câmara.

Na classificação geral, a TV Senado vem em primeiro lugar (21,65%), a TV Câmara em segundo (20,27%) e a TV Assembléia em terceiro (17,18%).

Da relação citada de programas da TV Assembléia (telejornal *Jornal da Assembléia*, programas estilo mesa-redonda *Assembléia Debate* e *Arena Livre* e o biográfico dos deputados *Frente e Verso*), **a maioria dos jovens nunca ouviu falar de nenhum deles.**

Os jovens de 18 a 24 anos compõem a fatia da população que menos considera importante a existência dos canais legislativos. Mas a maioria reconhece a importância desses canais. Porém ao serem questionados sobre o que gostariam de ver numa TV legislativa, 35,22% não souberam responder e 9,31% escolheram a opção nenhuma. Os jovens de 16 e 17 anos tiveram os maiores índices de rejeição não sabendo responder ou escolhendo nenhum assunto, indicando sua possível descrença que uma TV legislativa ofereça algo que lhe interesse.

5.3. Sobre a percepção e os valores da população com relação à instituição



Fonte: QUINO, Mafalda 1
Mafalda.

5.3.1. Graus de satisfação e de confiança

Apenas a minoria da população (27,35%) confia na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, talvez como reflexo da desconfiança que a população tem em relação aos políticos em geral. Os jovens de 16 e 17 anos são os que menos confiam: 73,91%, seguido pelo grupo de 25 a 34 anos com 72,85% e depois os de 18 a 24 anos com 70,69%.

A insatisfação com o trabalho da instituição também está em alta: 42,88% estão insatisfeitos e 35,96% parcialmente satisfeitos. Os jovens estão um pouco mais insatisfeitos que os adultos.

5.3.2. Aprovação da atuação

Sua atuação é reprovada pela maioria (51,01%). Novamente os jovens são os mais descontentes: 56,03% de 18 a 24 anos não aprovam.

5.3.3. Reconhecimento da instituição

Sua presença não é reconhecida por 63,23% da população: os jovens de 18 a 24 anos correspondem a 71,12% contra os 57,325% do grupo de 45 a 59 anos.

5.3.4. Contribuição para o fortalecimento da democracia

Uma das poucas avaliações positivas é que 81,9% dos entrevistados acreditam que a Alesp contribui de alguma forma para o fortalecimento da democracia. Porém, apenas 17,38% acreditam que ela contribui muito, e o restante acredita que ela contribui pouco ou muito pouco. Os jovens de 16 e 17 anos são os que menos acreditam na sua contribuição (17,39% contra a média de 13,19%).

5.4. Quadro geral

Essa pesquisa de opinião vem confirmar o que o Censo interno²⁶, realizado em 2002, entre os funcionários da Casa, já apontava: 98,2% dos servidores diziam que a integração com a sociedade é a principal tarefa a ser implementada e para 67,7% a população não conhecia as atribuições do Legislativo.

Apesar de mais de 80% dos pesquisados já terem ouvido falar da Assembléia, o número daqueles que realmente a conhecem é bem reduzido. No geral, a população possui uma percepção negativa da Alesp. Sua presença não é reconhecida e ela está distante da população que não sabe sua localização, não tem clareza de sua função e tem baixo índice de relacionamento com os deputados, além de não confiar nela, não aprovar sua atuação e não estar satisfeita com seu trabalho.

²⁶ SÃO PAULO (ESTADO).Assembléia Legislativa, fev. 2003, p. 6.

Os jovens de 16 a 24 anos são os que menos conhecem a Assembléia e seus deputados, e possuem as piores percepções a respeito deles. Os maiores índices de desaprovação da atuação da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo estão entre os jovens: são eles que menos reconhecem sua presença como instituição e que menos confiam nela. São os mais jovens que também se relacionam menos com os deputados.

5.4.1. Questões macroestruturais

Duas questões macroestruturais intimamente ligadas que exercem grande influência nesse escasso contato da Assembléia com a população são: um **esvaziamento das competências do legislativo estadual** e a sua **não-presença na pauta da mídia** (principalmente a TV).

Segundo Olívia GURJÃO (2005), a Constituição de 1988 **esvaziou o papel do Parlamento estadual**²⁷, provocado pela concentração de poder na definição de leis e diretrizes na esfera federal e pela descentralização advinda da municipalização das políticas públicas e da autonomia dos municípios, em que as Câmaras Municipais assumiram responsabilidades antes conferidas aos Estados²⁸. Apesar de haver a possibilidade de ampliação da atuação das Assembléias Estaduais através das competências concorrentes entre União, Estados e Distrito Federal descritas no artigo 24, o jurista Alexandre de Moraes (apud. GURJÃO, 2005, p. 11) pondera que *mesmo nas competências concorrentes, quando as Assembléias Legislativas exercem o seu papel, lamentavelmente, por uma mentalidade que já vem antes de 1988, o Supremo Tribunal Federal acaba declarando inconstitucionais as leis editadas pelas Assembléias Legislativas*.

Concordante com esse esvaziamento, Auro CALIMAN (2007)²⁹, atual Secretário Geral Parlamentar, completa:

então **você não tem competências pra ficar na mídia** [grifo meu] como decidindo a vida das pessoas, por ordem da competência dos estados. Mas, mesmo assim, eu entendo que as Assembléias Legislativas têm um papel importante. É que os estados já estão estruturados e aí você, praticamente, não consegue notar isso no dia-a-dia. Mas, você tem três universidades estaduais no Estado de São Paulo, quem decide pela aplicação de 9,57% do ICMS para essas universidades é o Poder Legislativo. Você tem 1% do que se arrecada em tributos que vai para FAPESP. É o único estado do Brasil que, praticamente, mantém uma produção de pesquisa. Quase metade da pesquisa do Brasil é feita nas três universidades,

²⁷ BRASIL. Constituição (1988), artigo 25.

²⁸ BRASIL. Constituição (1988). Título III, capítulos de I a IV.

²⁹ Entrevista concedida a este gestor em 15 maio 2007.

porque a FAPESP também banca isso aí. Quem aprovou esse 1% foram os constituintes estaduais (...) são volumes muito grandes de recursos e que, simplesmente, você acaba não divulgando por intermédio da Assembléia, mas fica no dia-a-dia.

Na fala de CALIMAN (2007), encontramos outro indicador que explica por que a população está alienada do que acontece na Assembléia: sua não-presença nos meios de comunicação comerciais. Os meios de comunicação são os principais mediadores (81,05%), entre a Alesp e a população. Se a Assembléia não está na pauta da mídia, então a população não sabe da Assembléia. CALIMAN (2007) também reconhece a limitação dos meios institucionais.

O problema da comunicação é um problema mais amplo (...) por mais que você queira se comunicar, hoje em dia, você está muito atrelado ao que os meios, ao que a mídia quer comunicar. (...) os nossos meios de comunicação aqui da Assembléia não conseguem concorrer com a mídia externa (...) você tem a TV, nós também temos a TV, mas a nossa TV é uma TV restrita, é uma TV a cabo ainda, talvez quando a TV ficar aberta, tenhamos um outro meio mais eficaz de comunicação. Nós temos um jornal oficial, é um Diário Oficial, enquanto você tem aí séculos de experiência e tradição de alguns jornais aqui no estado de São Paulo, por exemplo. Enfim, os meios de comunicação é que acabam fazendo com que haja a comunicação da própria Assembléia e não ela especificamente: isso daí é só você constatar (...).

5.4.2. Desafio

A Assembléia tem uma obrigação cívica de se fazer conhecida: afinal representam os interesses de mais de 40 milhões de pessoas. E deve se fazer conhecida principalmente entre o grande contingente de mais de 10 milhões de jovens espalhados pelo estado de São Paulo que, conforme os dados coletados e a análise que se realizou, são os que merecem maior atenção, por estarem mais distantes e terem as piores percepções a respeito da instituição e seus integrantes.

Para se comunicar com a juventude é preciso conhecê-la. No próximo capítulo, vamos conhecer, através de importantes pesquisas, as principais características da juventude brasileira.

Capítulo III

A Juventude do Brasil e de São Paulo

De acordo com o que vimos no capítulo anterior, a população jovem é a que mais desconhece a Assembléia, e como a nossa meta é fazer um trabalho de aproximação, vamos então agora falar sobre a juventude.

1. Definindo a fronteira juvenil

Em 1985, na instituição do Ano Internacional da Juventude, a ONU classificou a juventude como sendo o ciclo etário compreendido entre 15 e 24 anos – estes limites foram estabelecidos com base na psicologia e na biologia. Nos últimos anos, várias instituições brasileiras³⁰ têm realizado importantes pesquisas baseadas nesta faixa. Por outro lado, algumas relevantes pesquisas internacionais³¹ têm abordado a juventude ampliando esta faixa e a UNESCO na publicação *Juventude, Juventudes o que une e o que separa* propõe estendê-la até os 29 anos (ou seja, a juventude compreenderia a faixa etária de **15 a 29 anos**) a fim de se permitir comparar a situação dos jovens em diferentes contextos e fazer um acompanhamento de sua evolução no tempo³².

A mobilidade e a elasticidade na determinação da faixa etária é consequência não só dos aspectos biológicos e psicológicos, mas depende também da sociedade, da cultura, da etnia, da classe social e do gênero a que esses jovens pertencem. A respeito do limite inferior há um certo consenso, mas o superior tem sido muito discutido, pois tem se percebido que a **construção da autonomia** (uma das principais características que denotam a passagem do jovem para a vida adulta) está acontecendo cada vez mais tardiamente. Segundo a UNESCO (2004, p. 9), este alargamento do ciclo etário que compreende a juventude está ligado a três aspectos: (I) a passagem das sociedades do rural ao urbano, do agrário ao industrial e do industrial à atual sociedade do conhecimento; (II) as disputas interdisciplinares por desenvolver sua própria especialidade no campo da juventude com enfoques sociológicos,

³⁰ Instituto Cidadania – pesquisa nacional *Perfil da Juventude Brasileira* (2003) e Ibase/Pólis – *Juventude Brasileira e Democracia* (2004-2005) são alguns exemplos importantes.

³¹ Em pesquisas importantes como a espanhola *Informe Juventud en España*, o intervalo é de 15 a 29 anos, já na *Encuesta Nacional de Juventud 2000*, realizada pelo *Instituto Mexicano de La Juventud*, o intervalo pesquisado é de 12 a 29 anos.

³² ABRAMOVAY, CASTRO, 2006, p. 9.

políticos, culturais e antropológicos e; (III) *a perda da nítida definição de características que identificam o que é ser um adulto, inclusive em termos de hábitos, uma vez que socialmente há uma tendência à “juvenilização” dos adultos, em particular quanto à aparência e costumes.*

2. Indo além do conceito demográfico: caracterizando as juventudes

De acordo com o Censo Demográfico de 2000 realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o Brasil possui 47.832.669 jovens de 15 a 29 anos, o que corresponde a 28,1% da população. Se formos considerar a faixa de 15 a 24 anos, esta população ultrapassa a casa dos 34 milhões, ou dos 20% dos brasileiros. Só no estado de São Paulo são mais de 10 milhões de jovens de 15 a 29 anos e mais de 7 milhões de 15 a 24 anos.

A juventude é demarcada por importantes mudanças psicológicas, sociais e culturais que se iniciam normalmente com o desenvolvimento das funções sexuais e reprodutivas e vão culminar na autonomia da pessoa humana. É caracterizada como o ciclo da vida de maturidade fisiológica e social. É o trânsito da infância para a vida adulta. Mas nem todos de uma mesma idade atingem essa meta ao mesmo tempo.

A juventude tem significados distintos para pessoas de diferentes estratos socioeconômicos, e é vivida de maneira heterogênea, segundo contextos e circunstâncias. Esse é um dos embasamentos para a utilização do termo juventudes no plural. Contudo não se apela para uma visão fragmentada por tipos de jovens, e se ressalta que há elementos comuns a todos os jovens³³.

Faz-se necessário então ao se optar em trabalhar para e com a juventude, a preocupação de **combinar e respeitar sua pluralidade juvenil com sua unicidade**. Segundo a UNESCO (2004, p. 26), podemos destacar cinco elementos comuns e fundamentais para a definição da condição juvenil:

- i) *a obtenção da condição adulta, como uma meta;*
- ii) *a emancipação e a autonomia, como trajetória;*
- iii) *a construção de uma identidade própria, como questão central,*
- iv) *as relações entre gerações, como um marco básico para atingir tais propósitos; e*
- v) *as relações entre jovens para modelar identidades, ou seja, a interação entre pares como processo de socialização.*

³³ UNESCO, 2004, p. 25.

Dentro do que aqui expomos, torna-se importante garantir oportunidades de autodesenvolvimento aos jovens para alcançar a desejada e necessária emancipação e autonomia. E é na interação entre as gerações e os pares, num contínuo, complexo e tenso movimento de questionamento e de mudanças, de construção e reconstrução que se constitui a formação de sua própria identidade. O sujeito *deve mudar, mas ao mesmo tempo, deve continuar sendo ele mesmo* (FILGUEIRA apud UNESCO, 2004, p. 26).

3. Visões sobre a juventude

Há uma série de estereótipos que rondam a juventude. Uma das visões que predomina é a de ser considerada um problema social, um risco para si mesma e para a sociedade.

A juventude vai além da adolescência em todos os aspectos. As ações e projetos dirigidos à juventude exigem outras lógicas além da proteção garantida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O (a) jovem é um sujeito de direitos. Ele tem o direito de participar, entre outras coisas, das definições das políticas públicas relacionadas às suas necessidades.

De certo modo, há um forte reconhecimento social do direito de qualquer criança, independentemente de sua condição social, a ter uma família, à escola, condições de saúde, enfim, o direito à proteção e ao cuidado por parte do Estado. O mesmo não ocorre com a figura do adolescente pobre, sobretudo negro e morador das periferias urbanas de grandes metrópoles brasileiras. (...) Nega-se a sua condição de indivíduos em formação e desenvolvimento, com múltiplas possibilidades abertas ao crescimento pessoal ao lado de necessidades amplas no domínio do lazer, da cultura, do esporte, da participação, entre outros. Para esse setor, tratado como vulnerável ou produtor de risco, são reservadas as ações de inserção social, compensatórias e de forte teor socioeducativo. Aos outros, aqueles que podem, minimamente usufruir alguns direitos, o termo jovem passa a ser fortemente utilizado. De modo perverso, a idéia de adolescência carrega não só estigmas de natureza psicológica ou patológica, tradicionais em algumas teorias facilmente absorvidas pelo senso comum, como incorpora o estereótipo que designa aqueles que ameaçam à sociedade³⁴.

4. A importância da participação na construção da identidade juvenil³⁵

No decorrer deste trabalho já nos deparamos várias vezes com a palavra participação, mas o que ela realmente significa? Ficam no ar, os indícios de que é importante para a

³⁴ SPOSITO, 2007.

³⁵ ESTEVES, 2005, p. 111-121.

consolidação da democracia e falando de juventudes também o é para a construção de suas identidades.

Segundo ESTEVES (2005), originado do latim *participio onis*, o termo participação está carregado dos sentidos de partilha, de ter ou ser parte em um todo, de ter parte na ação. Para KAASE (apud. Esteves, 2005), além de exercer o voto, de cooperar com partidos políticos, participar está relacionado com *um comportamento social orientado para objetivos coletivos e na vinculação a grupos*.

A questão de pertencer a um coletivo, de fazer parte de sua ação, traz consigo a idéia do *ser com*, ou seja, ao estimular e possibilitar a participação dos jovens na vida da sociedade, ao querer e permitir que se sinta parte integrante que colabora e faz a diferença, enfim que seja sujeito, que seja protagonista, estamos dando importante e positiva colaboração a construção da identidade sociocultural e psicológica dos jovens.

Queremos ressaltar aqui o que acabamos de dizer, e aí vamos parafrasear ESTEVES (2005), *um importante aspecto a ser abordado, no que tange à participação dos jovens no espaço legislativo, diz respeito à própria **construção das condições necessárias à ampliação das possibilidades dessa participação*** [grifo meu]. Segundo ABRAMOVAY e CASTRO (2006), *a participação requer recursos de várias ordens e conscientização sobre a importância de uma cidadania ativa, ou seja, a que não espera, mas cobra do Estado a cidadania*.

Destaco isso porque além dos *obstáculos impostos pela condição de transitoriedade atribuída pela sociedade à (...) juventude*, aqueles pertencentes às camadas populares (parcela cada vez mais significativa da população), enfrentam principalmente a *exclusão das possibilidades de participação democrática e usufruto da cidadania*.

(...) uma das facetas da nova desigualdade que se instaura no Brasil é a negação a esses jovens pobres do direito à juventude. (...) Encontram poucos espaços nas instituições do mundo adulto para construir referências e valores por meio dos quais possam se construir com identidades positivas, colocar-se na cena pública como sujeitos como cidadãos que são (DAYRELL, apud ESTEVES, 2005, p. 121).

Como vimos no primeiro capítulo através do exemplo grego, segundo Keil (apud BAQUERO, 2004), a cidadania não nos é inata, devemos ser educados para exercê-la a fim de desfrutarmos de nossos direitos e cumprir com nossos deveres, individuais e coletivos. No Brasil, porém nunca vivenciamos uma cidadania plena em nossa história. Carregamos em nós heranças de nossa colonização e escravidão o que traz conseqüências para nossa soberania enquanto pessoas e nação. A antropóloga também aponta o caráter antropofágico de nossa

identidade cultural brasileira que, se por um lado nos integra e enriquece nossa cultura, por outro fragiliza, não sabemos quem somos e se não nos conhecemos, o amor próprio é prejudicado. *E essa falta de amor por nós mesmos, de compreensão de direitos e deveres, privados e públicos, da luta concreta contra privilégios, é decisiva tanto para o tipo de governabilidade que se estabelece no país quanto para nossa tolerância e permissividade em relação aos governantes. Ora, estando constituído como um povo que não exerce sua cidadania e nem luta por ela, vive-se um presente muito frágil e banalizado.*

BAQUERO (2004, p. 9) afirma que *é preciso (...) avaliar como se pode empoderar a juventude para uma participação mais crítica e conseqüente no processo de construção democrática do país.*

5. Perfil das juventudes

Da pesquisa *Juventude, juventudes o que une e o que separa* realizada pela UNESCO, de 1º a 12 de julho de 2004, com 10.010 (dez mil e dez) jovens brasileiros, de 15 a 29 anos, residentes nos 26 estados da Federação e no Distrito Federal extraímos as seguintes estatísticas referentes às juventudes brasileiras.

- 41,8% vivem na região Sudeste;
- quanto à escolaridade: 22,9% cursam ou cursaram até a 4ª série do ensino fundamental, 34% estudaram ou estudam da 5ª a 8ª série do ensino fundamental, 35,8% estudam ou já concluíram o ensino médio e apenas 7,2% cursaram ou estão cursando o ensino superior;
- 41,4% dos jovens pertencem à classe D, 14,4% à classe E, 31,6% à classe C e apenas 1,3% à classe A;
- 40% dos jovens vivem exclusivamente da renda de outras pessoas e apenas 21,8% vivem exclusivamente da própria renda;
- 53,5% se autoclassificam morenos ou pardos, 33,5% se consideram brancos, 11,4% como negros;
- Referente ao conhecimento sobre informática. **58,3% não sabem usar o computador.** Os mais distantes do computador são os mais velhos (de 27 a 29 anos), 71%;
- (...) *lazer e cultura vêm dividindo espaço com instituições sociais clássicas, como a família e a escola, no processo de formação das identidades juvenis (...) são com*

as atividades culturais e recreativas que os jovens conseguem expressar e vocalizar de maneira mais intensa suas opiniões, aspirações, angústias e dilemas;

- **A televisão aberta é a mais importante fonte de lazer e informação** para a maioria dos jovens brasileiros: entre as opções 35% preferem assistir televisão no tempo livre em casa (a região Sudeste responde por 37% desse conjunto) e 17,6% preferem ouvir música;
- Questionados sobre o hábito de assistir televisão, cerca de **95,7% dos jovens afirmaram que costumam assistir**.

O Instituto Cidadania também realizou uma pesquisa nacional denominada *Perfil da Juventude Brasileira* (apud ABRAMO, BRANCO, 2005). Os dados foram coletados entre 22 de novembro e 8 de dezembro de 2003 em 198 municípios totalizando 3.501 entrevistas com jovens de 15 a 24 anos. Um dos dados desta pesquisa, que aqui destacamos, é que os pais são os grandes mediadores dos jovens: 59% dão atenção ao que a mãe diz e 15% ao pai. O professor fica com 2%, o padre/pastor com 3%, e o cônjuge com 6%. A pesquisa aponta que a família é muito importante para o amadurecimento do jovem.

A política não é um dos temas preferidos pelos jovens para discutir com os amigos e com a família. Mas fica em quarto lugar, na escala dos mais importantes a serem discutidos pela sociedade.

6. Juventude, participação e política

Referente à participação e a democracia, a pesquisa da UNESCO (2006) mostra que:

- 27,3% participam ou já participaram de alguma organização social, sendo 81,1% de caráter religioso, 23,6% de caráter organizacional (esportiva, ecológica, cultural, artística e assistencial), 18,7% de caráter corporativo (trabalhista e estudantil) e apenas 3,3% em organizações partidárias;
- Entre os jovens que participam ou já participaram de alguma organização social, a presença do jovem na direção e administração das associações soma 58%, seja assumindo responsabilidades compartilhadas com adultos ou não;
- 63% consideram que o jovem de hoje não se preocupa com a política, porém 72% afirmaram ter algum interesse nas eleições municipais de 2004;
- 62,5% concordam que a democracia ainda é o regime preferencial e 30,1% admitiriam um regime autoritário em algumas situações;

- Há uma forte descrença nas instituições políticas: 84,6% não confiam nos partidos políticos, 76,7% não confiam no governo, 82% não confiam no Congresso Nacional e 79,9% não confiam nas Assembléias Legislativas e Câmaras de Vereadores.

Outra fonte importante é a pesquisa *Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas* organizada pelo Ibase/Pólis (2007) que entrevistou 8.000 jovens brasileiros, de 15 a 24 anos, na fase quantitativa e 913 que aceitaram participar da fase qualitativa, entre julho de 2004 e novembro de 2005, em sete Regiões Metropolitanas (Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo) do país e no Distrito Federal. Dela extraímos algumas contribuições importantes resultantes dos diálogos com e entre os jovens:

- *A democracia tem pouca história no Brasil e, portanto, não é possível falar em participação sem a dimensão da escuta e do compartilhamento de decisões;*
- 28,1% afirmaram fazer parte de algum tipo de grupo. Número próximo ao apontado pela pesquisa da UNESCO;
- *É preciso abrir canais de comunicação, com linguagem apropriada, entre os poderes Executivo e Legislativo e os(as) jovens, a fim de que eles(as) possam conhecer tais instâncias, acessar as informações produzidas e conhecer as formas pelas quais podem interferir em seus processos.*³⁶

³⁶IBASE/PÓLIS, 2006.

Capítulo IV

As experiências de comunicação entre o Poder Legislativo e a Juventude

*"E o que foi feito
É preciso conhecer
Para melhor prosseguir"
Milton Nascimento*

*"Geralmente o jovem é considerado o futuro...
Porém, isso pode ser um pretexto para a gente se anular
e para a gente achar que pode deixar tudo pro futuro,
porque o futuro vai acontecer.
Não! O futuro só acontece se a gente agir agora!"
deputada jovem Fernanda Magnotta,
presidenta do Parlamento Jovem Paulista 2005*

Dentre os inúmeros meios e mediações existentes entre o Legislativo e a população, poucos são pensados para o público juvenil. Em consultas realizadas aos sites das assembleias legislativas estaduais e da Câmara dos Deputados entre os dias 11 de março a 10 de abril de 2007, verificamos que são poucos os parlamentos que demonstram interesse em se comunicar e se relacionar com a juventude local.

Dentre as iniciativas encontradas, classificamo-las em cinco grupos:

1. Visitas monitoradas.
2. Cursos, palestras e incentivo à produção acadêmica.
3. Projetos sociais e culturais.
4. Parlamento jovem.
5. Programas em meios de comunicação.

1. Visitas monitoradas

É o tipo de programa mais comum encontrado no Legislativo. Consiste, normalmente, em visitas dirigidas às sedes do poder local, agendadas previamente pelas escolas interessadas. Esta iniciativa procura colaborar para que o jovem saiba da existência da instituição, onde se localiza, quem a compõe e quais suas funções básicas. Itens que merecem ser discutidos e testados para aprimorar a eficiência e abrangência desta atividade estão ligados à alimentação e facilitação de transporte (principalmente para os que estão mais distantes e com menores condições econômicas); materiais de apoio para o estudante e para o

educador (adequado à faixa etária e ao nível escolar) que além de conterem o conteúdo apresentado, estimulem o visitante a participar de outras atividades que acontecem na Casa; atividades lúdicas e diálogo entre visitantes e monitores e que estimulem a produção de significado e conhecimento.

Em São Paulo, o programa **Visite a Assembléia** atende grupos de 20 a 50 alunos por visita, com idade mínima de 12 anos, de instituições de ensino fundamental, médio e superior (geralmente curso de Direito, primeiro e segundo anistas), além de grupos da 3ª idade. Desde 1996, este programa está sob responsabilidade da Divisão de Comunicação Social – anteriormente era um trabalho do Serviço Técnico de Cerimonial. Elas acontecem de terça a quinta-feira, às 14h00min, com duração aproximada de uma hora e meia, de acordo com o perfil do grupo. As monitoras indicam a consulta ao portal na internet para acessar certas informações. Aos estudantes de Direito, é ministrada aula sobre Processo Legislativo, em parceria com a Procuradoria da Casa.

Quanto ao material de apoio, a partir de 2006, o Departamento de Comunicação editou alguns materiais impressos denominados de “boletins informativos”. Cada número fala de um tema específico como a apresentação geral da Alesp, o que é o Poder Legislativo, a organização e funcionamento do Poder Legislativo, o IPRS (Índice Paulista de Responsabilidade Social), o portal da Alesp etc. Esse material é distribuído de acordo com o público.

O aluno do ensino fundamental e médio recebe um boletim sobre a Assembléia, com o histórico do Poder Legislativo e seu funcionamento; uma maquete comemorativa dos 170 anos da Assembléia, em papel encartado, para montar o prédio da Alesp e o livro *A Constituição e Você*. Os professores recebem publicações da Alesp (livros) para compor o acervo da biblioteca da escola e a revista “Parlamento Paulista” e a Constituição para seu acervo pessoal. Os estudantes universitários recebem um exemplar da Constituição e um boletim com informações gerais da Alesp. No caso dos estudantes de direito, recebem um boletim específico sobre organização e funcionamento do Poder Legislativo e uma Constituição. No geral, os materiais gráficos distribuídos não se valem de recursos lúdicos, nem de uma linguagem gráfica condizente com o público jovem.

Não há nenhum instrumento de avaliação do trabalho, nem informações sistematizadas das visitas realizadas nos anos anteriores. As mudanças de gestão da divisão dificultam o desenvolvimento ascendente do trabalho.

A Superintendência do Patrimônio Artístico conta com um museu de escultura ao ar livre e tem em seu acervo mais de mil peças entre pinturas, esculturas e fotografias. Percebendo o interesse demonstrado pelos visitantes, a Divisão de Comunicação Social tem pleiteado estagiários nas áreas de Artes Plásticas para ampliar o serviço de visitas monitoradas e oferecer um serviço qualificado e diferenciado.

Quanto aos resultados, houve uma fase em que era realizada uma pesquisa simples, e o resultado medido era bem positivo. Juliana, uma das monitoras, diz que os alunos *chegam perdidos, muitos não sabem diferenciar o que é o deputado estadual, federal, o que é a Assembléia, o que é a Câmara. Eles chegam aqui perguntando ‘cadê o prefeito tal? Cadê o presidente?’*. No final da visita, eles conseguem diferenciar os poderes e qual a função do deputado, por exemplo. Alguns reconhecem a importância de participar/acompanhar o trabalho dos deputados, para poder criticar.

Em 2005, aproximadamente 50 escolas visitaram a Casa. Em 2006, foram agendadas 73 visitas, atendendo um total de 1.890 pessoas, entre elas 120 estrangeiros. Como a agenda acompanha o calendário escolar, durante os meses de dezembro a fevereiro, e no mês de julho, não há atividades.

2. Cursos, palestras e incentivo à produção acadêmica

O segundo grupo de iniciativas é composto por cursos, palestras, seminários e atividades que incentivem a produção acadêmica³⁷. Estas atividades se valem da discussão e aprofundamento teóricos para apresentar e aprofundar alguns aspectos relacionados ao Legislativo, ao funcionamento da democracia, e estimular o exercício da cidadania. Normalmente estão sob responsabilidade de organismos como a Escola do Legislativo, presente em várias Casas. Na Alesp, o Instituto do Legislativo Paulista (ILP) tem organizado duas atividades de nosso interesse: o seminário **A importância do voto** e o **curso de Formação Política**.

O seminário **A importância do voto** é destinado aos estudantes do ensino médio de escolas públicas e particulares, e acontece sempre em anos de eleições aproveitando que o assunto está na pauta de discussão das pessoas. É composto por palestras sobre democracia, regimes de governo e como votar e também por um bate-papo entre os jovens e os

³⁷ Um exemplo de incentivo à produção acadêmica é o projeto *Perspectivas* da Escola do Legislativo da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/eventos/perspectivas/index.asp>>. Acesso em: 8 abr. 2007.

representantes dos institutos de formação dos partidos políticos. Os alunos recebem um lanche e, além disso, também podem praticar o voto numa urna eletrônica (cedida pelo Tribunal Regional Eleitoral – TRE). Ao final, os alunos se sentem mais conscientes da importância do processo democrático.

Realizado pelo Instituto do Legislativo Paulista – ILP em parceria com a ONG “Instituto da Cidadania Brasil”³⁸, o TRE e a Secretaria da Educação (transporte dos alunos), o seminário já conta com quatro edições. O primeiro ano atingiu 1800 alunos presenciais e o segundo de 1600 a 1800 presenciais e mais 4500 alunos através de três videoconferências.

Há também o **curso de formação política** do ILP, ministrado por mestrandos e doutorandos da Faculdade de Ciências Sociais da USP. Seu objetivo é desenvolver uma formação política suprapartidária através de discussões teóricas, históricas e aplicadas. O público almejado passa por professores dos mais diferentes graus de ensino, líderes comunitários, sindicalistas, membros de organizações não-governamentais e de entidades do terceiro setor, funcionários públicos, estudantes do ensino superior, jornalistas e demais interessados com ensino médio concluído.

3. Projetos sociais e culturais

Outra vertente de atividades que faz interface com a juventude são os projetos de inclusão social e digital e de estímulo e acesso à cultura. No Maranhão, temos, por exemplo, o **Programa Sol Nascente** (Cidadania com arte) cujo objetivo é *incluir socialmente crianças e jovens, através de música, teatro e dança, estimulando-os e valorizando-os como cidadãos úteis e responsáveis*³⁹.

Em 14 de março de 2006, foi inaugurada no Palácio 9 de Julho (sede do Legislativo Paulista), a **Lanchonete-escola**, ligada ao projeto **Escola Arte Culinária**, destinada a profissionalização de jovens entre 17 e 21 anos. Cada turma tem uma duração de seis meses e os alunos recebem uma bolsa-auxílio de R\$ 200,00. É um projeto realizado em parceria com a prefeitura de São Paulo (responsável pelo pagamento da bolsa-auxílio), a ONG Instituto Mensageiros, a Faculdade de Tecnologia em Hotelaria, Gastronomia e Turismo de São Paulo (responsável pelas aulas teóricas) e a Associação de Franquias Solidárias (Afras).

³⁸ Foi firmado um protocolo de intenções com a entidade em 18 de junho de 2001 e desde então o seminário já passou por três Mesas Diretoras – cf. SÃO PAULO (ESTADO). Assembléia Legislativa, 2006a, p. 46-47.

³⁹ MARANHÃO. Assembléia Legislativa, São Luis do Maranhão. *Programa Sol Nascente*. Disponível em: <<http://www.al.ma.gov.br/2005/12/6/Pagina8251.htm>>. Acesso em: 11 mar. 2007.

4. Parlamento Jovem (PJ): uma experiência pioneira no Brasil

Eu vejo uma falha grande na Assembléia de se comunicar com o jovem, como instituição. Existem muitos eventos rolando na casa, mas é tudo iniciativa de deputado. Eu enxergo uma lacuna aí. Eu acho que a instituição, o Poder Legislativo, tem que ter um canal com essa molecada. Eu não vejo por onde, a não ser pelo Parlamento Jovem (Sônia Hernandez, responsável pelo Parlamento Jovem Paulista – entrevista em 28/4/2006).

O Parlamento Jovem Paulista (PJP) foi o primeiro do gênero no Brasil e serviu de referência aos demais que surgiram nos legislativos federal, estaduais e municipais do país. Ele foi instituído através da Resolução nº 789/1999, da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), e seu objetivo principal é de *possibilitar aos estudantes uma visão de alguns aspectos da democracia participativa*, através da vivência de um dia de sessão parlamentar, esclarecendo sobre a razão de ser, as funções e o cotidiano do Poder Legislativo⁴⁰.

As diretoras(es) e coordenadoras(es) pedagógicas de todas as escolas do Estado de São Paulo, públicas e privadas recebem uma carta convidando a escola a participar do programa – a Secretaria Estadual da Educação fornece os endereços. Muitas não participam, mas as que aceitam a proposta, permitem que seus alunos reflitam, discutam e elaborem projetos de lei para transformar a realidade observada. O manual é anexado a uma edição do Diário Oficial e fica disponível também no site da Alesp. Os interessados vão atrás do material necessário, incentivam os professores que, por sua vez, organizam atividades que vão culminar na elaboração de projetos de lei. Cada aluno participante escolhe um dos partidos temáticos⁴¹ disponíveis e escreve um projeto que se relacione com o partido. Apenas um é selecionado pela escola para ser inscrito e participar da seleção. Uma comissão especial da Assembléia avalia todos os projetos: cada membro recebe um envelope com cópia de cada projeto de lei inscrito sem nenhuma identificação de autor ou cidade dos mesmos e respectivos formulários de avaliação. Os noventa e quatro autores dos projetos selecionados vêm para a Capital para serem diplomados e exercerem seu mandato de deputado jovem por um dia. No plenário, os jovens têm a grande oportunidade de vivenciar, uma síntese do processo legislativo: defendendo e votando projetos, elegendo mesa diretora etc. É um programa que empolga os participantes e os motiva a participar de outras edições e também mais efetivamente do processo democrático.

⁴⁰ PARLAMENTO Jovem Ensino Médio 2005, p. 1.

⁴¹ São 12 partidos disponíveis: agricultura, cultura, defesa do consumidor, direitos humanos, educação, emprego, esportes, habitação, juventude, natureza, saúde e segurança pública.

Parlamento Jovem, para mim, é mostrar que é um cidadão consciente. Pelo menos, você se sente uma pessoa mais útil na sociedade. Você não apenas critica, você faz alguma coisa para tentar mudar a situação, assim. É muito legal, a gente conhece muita gente nova... (deputada jovem Mariana Garcia Balbino, Adamantina, 2005)

(...) vou entregar o meu projeto na Câmara dos Vereadores, (...) quem sabe poderá virar uma lei de verdade (deputada jovem Mariana Garcia Balbino, Adamantina, 2005)

É uma experiência excepcional. Não tem como expressar isso em palavras. A gente se sentir útil para a sociedade e tá por dentro de todo o processo que rege a nossa Nação, que rege as nossas leis, que é a criação das leis que todos nós cidadãos temos que estar cumprindo (deputado jovem Rodrigo Isique, Batatais, 2005)

Uma grande sensação, uma sensação muito boa, quase que inexplicável, uma felicidade imensa, muito emocionada e curiosa também (deputada jovem Tamiris de Oliveira Alves, Queiroz, 2005)

A sessão é transmitida pela TV Alesp e publicada no Diário Oficial. O programa iniciou em 1999 com alunos do ensino fundamental (a partir da 5ª série) e em 2002, foi estendido para o ensino médio. Desde então, alterna-se a cada ano o nível de escolaridade. A melhor divulgação é o boca-a-boca dos alunos/escolas que já participaram. Alguns deputados colaboram divulgando em sua base eleitoral.

Dificuldades. Nos primeiros anos, havia deputados estaduais que queriam indicar estudantes, mas o secretário geral parlamentar enfrentou a situação e não permitiu. Em 2005, a inscrição dos trabalhos coincidiu com as primeiras denúncias do “mensalão”, isso pode ter influenciado na grande queda do número de projetos inscritos, de 412 (2003 – ensino médio) para 298, explica Sônia Hernandez, responsável pelo programa. Em 2006, a grande dificuldade prevista foi que o período de inscrições estava compreendido entre Copa do Mundo e Eleições. Além disso, não pode contar com o apoio dos deputados para divulgar devido às eleições. Uma grande dificuldade é trazer escolas novas. Dentro da escola, o problema é encontrar direção e professores que queiram desenvolver este trabalho e alunos que queiram pensar e encarar este trabalhoso desafio. A diversidade de realidades das escolas é contrastante, já houve até aluno de assentamento dos “sem-terra” que veio de chinelo no pé, conta Sônia.

Resultados. Em 2005, houve deputado estadual que escreveu projeto de lei baseado em propostas do PJ; o programa é referência para legislativos municipais, estaduais e até o federal que implantaram programas semelhantes baseados na experiência pioneira da Alesp; alguns estudantes que estrearam no PJ, hoje são vereadores ou líderes estudantis em

universidades como a USP⁴². Sônia afirma que é difícil mensurar. Ao questionar os jovens, no final de uma edição do PJ, sobre o que eles levam desta experiência, ela escuta que

entraram aqui de um jeito e saíram de outro. Eles perceberam que podem sonhar, que o sonho deles tem resposta e que não é tão difícil assim colaborar com um Estado melhor, um lugar melhor, um país melhor. (...) a importância do Parlamento Jovem é justamente essa, é uma semente que a Assembléia de São Paulo planta no futuro, uma sementinha de cidadania e democracia participativa. (...) fica para eles uma experiência de vida fantástica, eles saem conhecendo outras pessoas, outras realidades, percebem que o mundinho deles é muito pequeno e que eles podem ampliar estes horizontes.

Além da experiência da Alesp, destacamos mais duas que ampliaram os horizontes desta proposta: as das Assembléias Legislativas dos Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

4.1. Parlamento Jovem na Assembléia Legislativa de Minas Gerais⁴³

O primeiro Parlamento Jovem mineiro aconteceu em 2004, com a participação de 77 estudantes. Na ocasião, foi realizada uma simulação de audiência pública e uma reunião ordinária da Comissão de Participação Popular, em que dois temas foram discutidos: “quotas para minorias nas universidades” e “ações preventivas contra o uso de drogas”.

Os objetivos de fomentar e estimular o debate e a participação política dos jovens, bem como proporcionar a vivência e a reflexão sobre a importância do voto, o conhecimento do processo legislativo e o pensar em melhorias/projetos para população local em uma sociedade democrática, foram alcançados com êxito. O programa conquistou autonomia e passou a fazer parte do calendário de atividades da parceira, PUC Minas São Gabriel.

O Parlamento Jovem originou-se do Programa de Educação para a Cidadania da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, coordenado pela Escola do Legislativo, em parceria com a PUC Minas São Gabriel.

Os participantes são estudantes tanto do Ensino Médio quanto do Ensino Superior do Curso de Ciências Sociais da Região Metropolitana de Belo Horizonte. São sorteadas seis escolas, cada uma com 7 estudantes escolhidos pela própria escola. Seus nomes são divulgados pela imprensa e os mesmos serão deputados e deputadas por um dia.

⁴² SÃO PAULO (ESTADO). Assembléia Legislativa, dez. 2005.

⁴³ Informações coletadas no site da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Disponível em: < <http://www.almg.gov.br> > Acesso em 16 mar. 2007.

A cada ano, um tema diferente é eleito pelos próprios estudantes, dentre os diversos enviados por todas as escolas. O mais votado será o tema central do Parlamento, ao qual podem ser acrescentados alguns subtemas.

Em 2005, segunda edição do Parlamento Jovem, o tema foi “Redução da maioria penal”, acrescido de 3 subtemas: “Redução da idade penal”, “Políticas públicas para a juventude” e “Medidas socioeducativas”, recebendo 70 propostas e tendo 115 estudantes participantes. Na terceira edição, em 2006, o tema foi “Ética na vida pública e cidadania” com enfoque em 3 pontos: “Participação política”, “Direito à informação” e “Primeiro emprego” com votação de 34 propostas. E neste ano de 2007, o tema discutido é “Educação: inclusão e qualidade”, com a participação de 150 estudantes.

O que é importante notar é que, em Minas Gerais, o modelo de referência não é a vivência de uma sessão plenária como a da maioria dos “parlamentos jovens”, mas a de um seminário legislativo. Isso muda muita coisa. Enquanto o modelo de sessão plenária se restringe ao número de jovens participantes igual ao de deputados, o seminário legislativo pode extrapolar, alcançando mais de uma centena de jovens em cada evento. Se na primeira, os temas são diversos, deixando o aprofundamento de conteúdo mais restrito à escola, na segunda, há um grande tema com alguns subtemas relacionados que são aprofundados e discutidos em todo o processo. Os dois modelos têm seu valor, pois cumprem com um dos objetivos básicos que é de entender o funcionamento do Legislativo.

4.2. O Parlamento Juvenil do Rio de Janeiro⁴⁴

O Parlamento Juvenil da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), iniciou as atividades no dia 21 de maio de 2003, com assinatura do convênio de parceria entre a Alerj, a Secretaria de Estado de Educação, a Secretaria de Estado da Infância e Juventude, a Rede FAETEC (Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro) e com o apoio do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro.

O projeto do Parlamento Juvenil foi desenvolvido a partir da Resolução 1.012 de 1998, baseado na experiência do Parlamento Mundial da Juventude, criado em 1999 em Paris pela UNESCO.

O projeto Parlamento Juvenil está estruturado em três fases distintas e em duas etapas.

⁴⁴ Informações coletadas no site do Parlamento Juvenil do Rio de Janeiro. Disponível em: < www.parlamento-juvenil.rj.gov.br > Acesso em 16 mar. 2007.

Fases:

- 1ª fase: fase eleitoral – vivência de campanha eleitoral;
- 2ª fase: criação do projeto de lei;
- 3ª fase: defesa e aprovação do projeto nas comissões e na plenária do Parlamento Juvenil.

Etapas:

- Parlamento Regional Juvenil – Os parlamentares eleitos nos municípios são agrupados em 5 regiões para discutirem seus projetos, qualificando-se para a próxima etapa. Duração: 2 dias.
- Parlamento Juvenil do Estado do Rio de Janeiro – Os parlamentares eleitos pelos Parlamentos Regionais debatem os projetos de lei, objetivando a aprovação dos mesmos, para posteriormente encaminhá-los ao Poder Executivo. Somente os projetos aprovados nos Parlamento Regionais, participam do Parlamento Estadual. Duração: 5 dias.

4.2.1. A etapa regional

Os Parlamentos Regionais juntamente com o Parlamento Estadual Juvenil compõe o Parlamento Juvenil do Estado do Rio de Janeiro. A sede dos Parlamentos Regionais Juvenis são as Câmaras Municipais dos municípios ora escolhidos pela Comissão Estadual.

A quantidade de projetos a serem aprovados é anunciada no início do processo de votação. Havendo mais projetos aprovados do que o número ora estipulado, segue um processo de descarte do excedente, onde cada parlamentar indica até cinco projetos a serem descartados. Em situação inversa, os parlamentares deverão aprovar projetos até que se alcance o número estipulado.

4.2.2. A etapa estadual

Os representantes são eleitos entre os alunos (até 18 anos), regularmente matriculados de 5ª à 8ª séries do Ensino Fundamental e da 1ª à 4ª séries do Ensino Médio das unidades escolares da rede pública estadual.

A organização e direção das eleições ficam a critério da Coordenadoria da Secretaria de Estado de Educação e da FAETEC (Comissão Eleitoral Municipal), sendo as mesmas, realizadas em dois turnos:

- 1º turno (unidade escolar) – escolha do representante da escola.
- 2º turno (âmbito municipal) – escolha do representante no Encontro Regional.

Em caso de desistência de candidatura, assume o suplente do município, cabendo a Comissão Municipal informar imediatamente à Coordenação Regional do Parlamento Juvenil.

A capacitação dos eleitos, fica a critério das Coordenadorias Regionais, cabendo à Secretaria de Estado da Infância e Juventude o apoio logístico, sob o controle e orientação da Alerj.

5. Programas em meios de comunicação

O uso dos meios de comunicação é praticamente inexplorado em se tratando de canal para se dialogar com a juventude: não conseguimos encontrar nenhuma emissora/produtora de conteúdos do Legislativo preocupada com esse público. A exceção é o programa *Câmara Ligada* (TV Câmara) e o site do Parlamento Juvenil do Rio de Janeiro com área de *blog*, *chat*, fórum entre outras coisas. As informações sobre o *Câmara Ligada* foram coletadas no site da TV Câmara, em documentos fornecidos pelo Núcleo de Programas e Entrevistas da TV Câmara e através de questionários elaborados por este gestor à direção do Núcleo⁴⁵.

5.1. Câmara Ligada: Luz, Câmara, Participação...

O *Câmara Ligada* é o único programa⁴⁶ das TVs legislativas brasileiras feito com e para os jovens. É um programa de auditório, produzido pela TV Câmara (canal de TV do Legislativo Federal) em parceria com a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), a ANDI (Agência de Notícias dos Direitos da Infância) e o Sesc (Serviço Social do Comércio). Idealizado para o público juvenil de 15 a 24 anos, especialmente os das periferias das grandes cidades, seu propósito é ser *um canal de*

⁴⁵ O questionário foi respondido pela Evelin Maciel Brisolla e revisado pelo diretor do programa Roberto Tavares.

⁴⁶ Foram consultadas as programações de todas as TVs legislativas veiculadas em seus respectivos sites e nada foi encontrado. A própria produção do *Câmara Ligada* desconhece outro projeto semelhante no Brasil.

*comunicação entre a Câmara dos Deputados e os jovens cidadãos brasileiros, estimulando a formação da consciência política com a apresentação do papel do Parlamento na construção da democracia brasileira*⁴⁷.

5.1.1. Os objetivos do programa

Para Evelin Brisolla, *existe um mito de que jovem não gosta de política e os políticos têm medo de jovem, então o principal objetivo é a inserção do jovem nas discussões políticas, (...) colocar os jovens em contato direto com os políticos*. De acordo com o projeto editado pelo Núcleo⁴⁸ este possui os seguintes objetivos:

Objetivo geral: *atingir e cativar um segmento da população – os jovens – não servido por informações de caráter legislativo, com a criação de um canal de comunicação permanente, especializado, consolidado como espaço de discussão e fonte confiável de informações.*

Objetivos específicos: *(a) possibilitar ao jovem ficar sempre bem informado acerca das atividades da Câmara; incentivar o acompanhamento dos trabalhos legislativos; (b) estimular a discussão nas escolas do histórico político do País, do processo democrático e dos assuntos em debate no Congresso Nacional; (c) promover a participação do jovem por meio da Internet, do serviço 0800, de carta-resposta e outros canais de comunicação disponíveis; (d) despertar o espírito de liderança dos alunos que vão participar das gravações do programa; (e) conscientizar o jovem da importância, no processo democrático, de princípios fundamentais como a liberdade de expressão e a pluralidade de pensamento, bem como o apreço à tolerância e ao diálogo.*

5.1.2. Da origem da idéia à concepção do formato

O programa é fruto de um trabalho de três anos de pesquisas, reuniões, reestruturações organizacionais e físicas, entre outras coisas. A idéia de fazer um programa de auditório para jovens foi do diretor do programa, Roberto Fernandes (Bob). Na época, a TV Câmara não dispunha de um local adequado para as gravações, e ele sendo diretor da área técnica da TV, convenceu a direção da TV a reformar um auditório para virar estúdio. Por outro lado, quando

⁴⁷ BRASIL. Câmara dos Deputados. TV Câmara, 2005, p. 2.

⁴⁸ Ibidem, p. 3.

Sueli Navarro assumiu a direção da TV, ela criou o Núcleo de Programas e Entrevistas, com o intuito de dar mais agilidade e criatividade aos programas da TV, que antes estavam dispersos, sem uma chefia centralizada. Evelin Maciel Brisolla assumiu o Núcleo e foi convidada pelo Bob para fazerem juntos o *Câmara Ligada*.

Depois de escreverem o projeto, constituíram seu referencial teórico através da formação de um conselho de especialistas em juventude⁴⁹, de uma vasta pesquisa bibliográfica e da análise de vários programas para jovens que encontraram.

A concepção do formato do programa procurou responder as críticas oriundas das análises de outros programas e aos questionamentos dos especialistas levantados no livro *Remoto controle – linguagem, conteúdo e participação nos programas de televisão para adolescentes* editado pela ANDI, Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e Editora Cortez. Esta obra é o sétimo título da série *Mídia e mobilização social* e foi baseada numa pesquisa quanti-qualitativa elaborada em 2003 por especialistas reconhecidos na área de comunicação sobre dez programas da TV aberta destinados ao público jovem. Uma das conclusões é a de que a participação dos jovens nestes programas se limita a mera figuração.

Segundo Evelin, *os jovens se envolveram com o projeto da mesma forma que os especialistas*. Através de uma pesquisa de opinião, conduzida pela Shirley Farias, com cerca de 600 entrevistados em escolas públicas e particulares de Brasília levantou-se entre outras coisas, que tipo de conteúdo e de música atrairiam a juventude. A partir daí, foram identificados uns 15 jovens que passaram a integrar o conselho jovem do *Câmara Ligada*.

A definição de pautas, da abordagem, do cenário e todo o processo que envolveu a criação do Câmara Ligada resultaram do trabalho de dois conselhos montados para colaborar com a equipe da TV Câmara. Foram diversas reuniões ao longo de dois anos até que se chegasse a um formato. Os deputados não participaram do processo de criação, apenas são convidados para participar do programa.

5.1.3. O formato e a estrutura

Como disse, o *Câmara Ligada* é um programa de auditório que conta com a participação de aproximadamente 100 jovens estudantes de Brasília, normalmente de ensino médio. Ele tem uma hora e meia de duração e é dividido em quatro blocos.

⁴⁹ Composto por representantes dos parceiros oficiais Unesco, Andi e Sesc e da professora Vânia Lúcia Quintão Carneiro, da UnB.

Cada início de bloco conta com uma música e a apresentação de uma vídeo-reportagem com cerca de 3 minutos de duração. O primeiro vídeo se refere a uma cidade do Brasil de onde veio a banda convidada (o vídeo fala da cidade e a banda fala um pouco de sua relação com ela) e os outros subsidiam a discussão daquele bloco que contém um subtema do principal. Geralmente, os jovens têm espaço garantido em todos os blocos para questionar a banda e os convidados e expressar suas opiniões.

A discussão do tema parte e é mediada pelas músicas de uma banda convidada (advinda das periferias em que grande parte dos jovens está inserida) que além de animar a platéia, alimentam ludicamente as discussões.

Os deputados começaram a participar das gravações a partir do quarto programa. Isso tem um motivo: *fizemos (...) programas sem deputados, os primeiros, para conquistar aos poucos o nosso público, que realmente é arisco aos formatos já batidos de televisão.*

Os jovens são estimulados pelos professores na escola, antes de participarem da gravação do programa, a se informarem sobre o assunto que será discutido e assim levarem seus questionamentos.

As leituras fundamentais para formatá-lo foram *Remoto Controle*, da Andi, e os dois livros do MV Bill, *Cabeça de Porco* e *Falcões, Meninos do Tráfico*. Com estes dois últimos delimitaram o público alvo (periferia).

A periodicidade perseguida é a mensal, mas têm ocorrido alguns problemas que não têm permitido cumpri-la. O programa vai ao ar num domingo e depois é reprisado várias vezes nas semanas seguintes até o próximo programa em horários diversos como, por exemplo, às 2h00min, 4h00min, 17h30min, 19h00min e 22h00min⁵⁰.

⁵⁰ Horários extraídos da programação da TV Câmara de 26/3/2007 a 1/4/2007.

Disponível em: <

<http://www.camara.gov.br/internet/tvcamara/default.asp?selecao=programacao&DIA=26032007>> . Acesso em: 27 mar. 2007.

Tabela: Levantamento dos programas exibidos⁵¹

programa	Veiculação	Chamada no site	Informações sobre participantes e convidados
1º.	24/09/2006 (dom)	Morro seco mas não me entrego: Consciência política	100 alunos ensino médio grupo de rap Da Guedes (Porto Alegre-RS) cientista político Cristiano Noronha (Brasília) socióloga baiana Mary Garcia Castro Rubielson Athayde e Camila Ferrão (ONG Canta Brasil – RS)
2º.	05/11/2006 (dom)	Urubu, gabiru, cachorro e gente: fome	Ensino médio Banda Eddie (PE) Antropólogo René Marc da Costa Silva Kátia Campos (secretária de Articulação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome) Adriana Capibaribe (ONG Ação da Cidadania – DF)
3º.	03/12/2006 (dom)	Desigualdade social	Ensino médio Banda BNegão e Os Seletores de Frequência (RJ) Marlova Jozchelovitch Noleto, coordenadora de Ciências Humanas e Sociais da Unesco Marcelo Medeiros, economista e doutor em Sociologia do Centro Internacional de Pobreza da ONU.
4º.	11/02/2007 (dom)	Dep. Marina Maggessi (PPS-RJ) e MV Bill (rapper): Violência	Não indicado participantes deputada Marina Maggessi (PPS-RJ) e o rapper MV Bill
5º.	08/03/2007 (qui)	Dep. Manuela D'Ávila (PCdoB-RS) e Atitude Feminina: Mulher	Ensino médio deputada Manuela D'Ávila (PCdoB-RS) grupo de rap Atitude Feminina Lourdes Bandeira, socióloga Sandra Gomes Melo, delegada
6º.	15/04/2007 (dom) – 22h	Dep. Rômulo Gouveia (PSDB-PB), Rodrigo Baggio (CDI) e grupo Totonho e os Cabra: Inclusão Digital	estudantes do Colégio JK (do Guará, cidade-satélite de Brasília), alunos de Escolas de Informática e Cidadania (EIC); unidades CDI de Sobradinho; associação Cata Ventos e Casa de Estevão, cooperativa de catadores de lixo 100 Dimensão (da periferia do Distrito Federal) Dep. Rômulo Gouveia (PSDB-PB) grupo Totonho e os Cabra Rodrigo Baggio, criador do Comitê para Democratização da Informática (CDI)

Fonte: <http://www.camara.gov.br/internet/tvcamara>

Câmara Ligada: “Levantamento dos programas exibidos”.

O núcleo que trabalha com este programa é bem reduzido: o Bob dirige o programa, faz a pesquisa, localiza as bandas que falam sobre temas relevantes, faz algumas reportagens e edita; a Ana Chalub é uma repórter em tempo parcial; a Evelin Maciel, além de apresentar, juntamente com as três produtoras Cláudia Brisolla, Shirley Farias e Isabele Carvalho (editora/roteirista) se envolvem com outros produtos da TV paralelamente. Os contatos com parceiros são feitos pela Evelin e pelo Bob, sempre com o apoio da direção da TV, a Sueli

⁵¹ Informações coletadas no site da TV Câmara. Disponível em: <
<http://www.camara.gov.br/internet/tvcamara/default.asp>. Acesso em 16 abr. 2007.

Navarro e o Frederico Campos. Além disso, há aqueles que cuidam das caravanas de estudantes (funcionários da Coord. de Relações Públicas da Câmara dos Deputados), os que recebem e organizam os estudantes no auditório durante a gravação, os que cuidam da montagem dos instrumentos da banda e os operadores de áudio e de caracteres, os cinegrafistas e os auxiliares.

5.1.4. Os entraves e as dificuldades encontrados no caminho

Evelin conta que as dificuldades são muitas e constantes. Logo no primeiro programa, a equipe foi vítima de assalto à mão armada em Porto Alegre. Roubaram o equipamento com as fitas do trabalho realizado. O Bob teve que fazer tudo de novo, com equipamento emprestado pela TV Assembléia de Porto Alegre.

Mas, uma das coisas mais difíceis é conseguir patrocínio para custear as passagens aéreas, a parte mais cara da produção. Hoje, conta-se com o Sesc para o aluguel da iluminação de show, para a confecção de camisetas e *squeezes* distribuídos aos alunos que participam das gravações, e para as camisetas da equipe técnica (assim ficam todos de preto e não poluem o cenário).

5.1.5. Audiência e avaliação dos programas

A TV Câmara ainda não faz pesquisa de opinião, por isso não tem dados estatísticos referentes à audiência de seus programas. A audiência na TV a cabo é ínfima⁵², mas estima-se que a penetração do sinal seja em torno de 10 a 16 milhões de antenas na rede aberta e por satélite, ou seja, 10% das residências brasileiras. Além disto, somam-se 15 TVs parceiras que transmitem o programa. Para os responsáveis pelo programa,

o *Câmara Ligada* está atingindo seu objetivo, os jovens têm falado de questões importantes para a sociedade em geral e em especial para o mundo político. O formato do programa, com as letras das bandas fazendo a costura com o tema, é muito bom e deixa o programa leve. O que nos surpreende é como eles vêm até aqui dispostos a participar, bem preparados, com opiniões próprias (são jovens da periferia, em geral). E mais, as deputadas que participaram até agora, Marina Magessi [PPS-RJ] e Manuela D'Ávila [PCdoB-RS] adoraram.

Tal avaliação é baseada nas atuais ferramentas de avaliação disponíveis que são: (a) os dois conselhos de apoio (especialistas e jovens), (b) os textos de avaliação escritos pelos

⁵² CASTRO, 2007, p. A14.

jovens e encaminhados ao programa pelas escolas e (c) os e-mails que chegam à redação, que segundo Evelin, são muitos.

5.1.6. O pós-programa

O site do *Câmara Ligada* não permite interatividades do telespectador com o programa. O usuário pode baixar os vídeos dos programas exibidos e ter acesso a uma resenha correspondente a cada programa. Para acessar a página do programa tem-se que entrar no site da TV Câmara <http://www2.camara.gov.br/tv>, clicar em *Conheça os programas* e depois em *Câmara Ligada*. Pela proposta do programa, o site mereceria um tratamento mais adequado e se integrar organicamente com o programa. Existe no *Orkut*, a comunidade *Câmara Ligada* com poucos 21 membros⁵³. O fórum se limita a divulgar os próximos programas sem qualquer participação ou comentário.

O programa é uma experiência nova, recente, que tem o seu valor e merece continuar sendo aperfeiçoado principalmente quanto à interatividade e discussão pós-apresentação. Funcionando também como um termômetro do trabalho realizado.

5.1.7. Sobre a TV Câmara

A TV Câmara foi criada em 20 de janeiro de 1998 como um espaço para ampliar a transparência dos trabalhos do Poder Legislativo federal. Hoje além de transmitir as sessões do plenário, são incluídas em sua programação desde a cobertura de outros trabalhos legislativos como as CPIs, comissões e seminários como também programas jornalísticos, temáticos e culturais que colaborem na formação cidadã e no acompanhamento e ampliação do debate de importantes questões em voga no Congresso Nacional.

De acordo com o jornal Folha de São Paulo⁵⁴ conta com um orçamento anual de quase 12 milhões de reais contra os 9 milhões da TV Alesp da Assembleia Legislativa de São Paulo. Seu sinal pode ser captado pela TV a cabo e rádio-frequência, UHF (Brasília – canal 27), por antena parabólica analógica ou digital e via DTH (Tecsat e Skynet) cobrindo 100% do território nacional, com programação 24 horas por dia⁵⁵.

⁵³ Disponível em: <<http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=17072239>>. Acesso em: 27 mar. 2007.

⁵⁴ AS MAIORES, 2007, p. A10.

⁵⁵ A TV Câmara é a casa de todos os brasileiros na sua casa. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/tvcamara/default.asp?selecao=INSTITUCIONAL>>. Acesso em: 27 mar. 2007.

Capítulo V

Dialogando com as juventudes – uma experiência de coleta de dados com jovens da periferia da Grande São Paulo

1. A metodologia

Optei por trabalhar com uma amostra não-probabilística, isto é, de representatividade significativa (não-estatística). Isto significa que os dados coletados não permitirão generalizar minhas observações e conclusões para o universo de toda juventude brasileira ou mesmo paulista. O mérito de adotar essa amostra é a possibilidade de mostrar tendências referentes às juventudes.

Os dados foram coletados através de: (a) dois questionários (um sobre o perfil dos jovens e outro sobre a relação de cada um com a Alesp) e; (b) registro dos encontros em fotos, gravações de áudio e cartazes. Este gestor agiu como facilitador das discussões e, a partir de uma perspectiva dialética, sempre buscou provocar o desequilíbrio e o embate de idéias entre os participantes, sem utilizar juízos de valor.

Foram realizados quatro encontros de diálogo de 30 de abril a 3 de maio de 2007, das 18h30min às 21h30min, no bairro do Valo Velho, periferia da cidade de São Paulo (zona sudoeste) numa sala gentilmente cedida pela comunidade São João Batista. Os jovens foram convidados através de telefone, e-mail, pelo site de relacionamentos *Orkut* e pessoalmente, sendo a primeira e a última forma as mais eficazes.

2. O grupo e o contexto em que estão inseridos

Catorze jovens, de 14 a 26 anos, participaram dos encontros, sendo a maioria do sexo feminino (9). Quanto ao local de residência, dois são de Embu, sete de Itapequerica da Serra e cinco de São Paulo. Quanto à escolaridade, 11 jovens (79%) cursaram ou estão cursando o ensino médio e apenas 3 cursaram ou estão cursando o ensino superior. No que diz respeito à renda familiar, 36% recebem de 1 a 3 salários mínimos, 29% de 4 a 6 salários mínimos e 36% não sabem. A maioria se conhecia, alguns pelo menos de vista, dois eram irmãos, outros trabalhavam ou trabalharam na mesma pastoral de uma comunidade católica.

A região do bairro do Valo Velho, onde vivem esses jovens, tem a peculiaridade de englobar três municípios da Grande São Paulo: a Capital, Itapequerica da Serra e Embu. O

bairro está localizado a, aproximadamente, 25 km da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (no percurso de ônibus gasta-se de 1h30min a 2h30min, no sentido bairro-centro, dependendo das condições de trânsito). Não há disponibilidade de TV a cabo na região.

Pelo fato de acontecerem durante quatro noites, a frequência dos participantes foi variável. Os dois primeiros dias foram beneficiados pelo feriado de 1º de maio e nos restantes, alguns retomaram suas atividades na escola, no trabalho ou na comunidade religiosa da qual alguns participam atuando na Pastoral da Juventude ou como catequistas.

dia de encontro	participantes	%
30/4/2007	9	64%
1/5/2007	10	71%
2/5/2007	7	50%
3/5/2007	5	36%
total	14	100%

Frequência dos jovens nos dias de encontro.

3. Organização dos encontros

- Primeiro dia (30/4/2007)

- Coleta de dados sobre o perfil de cada um através de questionário;
- Apresentação dos presentes e do objetivo da pesquisa empírica;
- Discussão das regras dos encontros (celular, horários, participação, etc);
- Discussão em dois grupos sobre as seguintes questões:
 - a) O que tem na região para a juventude?
 - b) O que falta na região para a juventude?
 - c) Esses problemas só existem aqui?
 - d) O que poderia ser feito para solucionar esses problemas?
 - e) Quem vai fazer isso acontecer?
- Apresentação dos grupos;
- Diálogo a partir do que foi levantado nos grupos, passando pela percepção dos direitos dos jovens e da identificação de alguns motivos que dificultam a participação deles na sociedade, na solução de problemas, na luta pela conquista e acesso aos seus direitos;



Fonte: Jair Pires

Jovens apresentando o que foi discutido no grupo – 30/4/2007.

- Sorteio de brinde e entrega de duas peças de um quebra-cabeça para cada participante trazer no dia seguinte.

- Segundo dia (1/5/2007)

- Preenchimento do questionário sobre a relação de cada um com a Alesp;
- Montagem do quebra-cabeça, contendo a letra da música “Comida” da banda Titãs utilizando as peças que cada um recebeu na noite anterior. Enquanto montavam, a mesma música tocava no rádio. Eles foram orientados que poderiam se comunicar, mas não poderiam falar;

Comida

Titãs (Composição: Arnaldo Antunes / Marcelo Fromer / Sérgio Britto)

*Bebida é água.
Comida é pasto.
Você tem sede de que?
Você tem fome de que?
A gente não quer só comida,
A gente quer comida, diversão e arte.
A gente não quer só comida,
A gente quer saída para qualquer parte.
A gente não quer só comida,
A gente quer bebida, diversão, balé.
A gente não quer só comida,
A gente quer a vida como a vida quer.*

*Bebida é água.
Comida é pasto.*

*Você tem sede de que?
Você tem fome de que?
A gente não quer só comer,
A gente quer comer e quer fazer amor.
A gente não quer só comer,
A gente quer prazer pra aliviar a dor.
A gente não quer só dinheiro,
A gente quer dinheiro e felicidade.
A gente não quer só dinheiro,
A gente quer inteiro e não pela metade.*

- Diálogo a partir da reflexão da letra da música, fazendo memória do primeiro encontro;
- Sondagem do conhecimento deles sobre os três poderes, em especial o Legislativo;
- Brevíssima apresentação da Assembléia;
- Orientação sobre as próximas atividades: cada um deveria perceber o que gosta, o que não gosta e o que poderia melhorar no portal da Alesp, no Parlamento Jovem e no programa *Câmara Ligada* (TV Câmara-DF);
- Ida a uma *lanhouse* para acessar, em duplas, por 10 minutos, o portal da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Cada um levou papel e caneta para anotar suas observações;
- Retorno à sala para o lanche;
- Apresentação de trechos do vídeo do Parlamento Jovem Paulista 2005, acompanhada de algumas explicações do gestor;



Fonte: Jair Pires

Grupo assistindo aos vídeos – 1/5/2007.

- Apresentação de trechos do programa *Câmara Ligada* sobre “Inclusão digital” (30 minutos);
- Solicitação para que eles refletissem sobre tudo que viram e trouxessem suas contribuições no dia seguinte (o que gostaram, o que não gostaram e o que poderia ser melhorado).

- Terceiro dia (2/5/2007)

- Jogo cooperativo explorando a capacidade de organização do grupo;
- Diálogo, a partir do jogo, estabelecendo ligações com o discutido nas duas noites anteriores;
- Discussão, em dois grupos, sobre suas percepções do portal, do Parlamento Jovem e do *Câmara Ligada*.



Fonte: Jair Pires

grupo discutindo sobre o portal da Alesp, o Parlamento Jovem Paulista e o programa *Câmara Ligada* (TV Câmara-DF) – 2/5/2007.

- Lanche;
- Apresentação das respostas em plenária;
- Discussão sobre como acompanhar e cobrar dos deputados e o que a Assembléia poderia oferecer ao jovem para estimular sua participação;
- Distribuição de brindes.

- Quarto dia (3/5/2007)

- Proposta de trabalho para todo grupo: "Escrever uma carta aos deputados e deputadas estaduais, dizendo o que deveria ser criado e/ou melhorado nas formas de comunicação da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo para que o jovem seja mais estimulado e participe da vida democrática do Estado".

4. Destaques da pesquisa empírica

4.1. O que dificulta a participação dos jovens na luta por seus direitos

Eles disseram que a juventude precisa de uma conscientização, tem que ter atitude, tem que estar organizada, precisa escolher líderes que mobilizem as pessoas, que façam as coisas acontecerem. A participação envolve tempo e exige dedicação. Tem que ter espaço para falar. Eles admitiram que seus interesses pessoais e familiares estão acima dos coletivos e assim sendo eles buscam um futuro melhor pessoal e acabam deixando passar um presente carente de qualidade de vida. A morosidade no processo de conquista e concretização de direitos e reivindicações e a falta de esperança e de persistência também foram apontados como motivos que impedem, desmotivam e enfraquecem a participação. Eles levantaram a hipótese de que há políticos que provocam uma demora proposital no processo para enfraquecer a organização da sociedade.

Uma das conversas mais interessantes soou como um desabafo, traduzido na seguinte pergunta: como participar da construção de um presente digno para muitos, sem comprometer um possível futuro melhor para cada um? Veja algumas falas destacadas:

“a gente tá muito fechado numa coisa de trabalhar, estudar, querer buscar lá na frente (...) a gente não busca ter o melhor agora e o melhor lá na frente”

“Você pensa em participar duma ONG, seu pai vem e diz ‘tem que trabalhar, tem que fazer cursinho’ (...) você vai ficando confuso”

“esse negócio de você é o futuro da nação (...) é uma responsabilidade muito grande (...) e o hoje?”

Para Paula, 23 anos, uma das formas de incentivar a participação dos jovens é através do grêmio estudantil, que muitas escolas não têm, seria uma forma de educar para lutar pelos direitos a partir de dentro da escola.

Para Aline, o caminho é buscar elementos presentes na balada para atrair o jovem. Simone discorda, para ela, o jovem tem que viver uma experiência, como por exemplo, através do Parlamento Jovem.

4.2. O que sabem sobre a Alesp (com base nas respostas do questionário⁵⁶)

- Todos responderam nunca ter visitado a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo;
- Todos desconhecem o portal da Assembléia Legislativa;
- Todos responderam nunca ter participado de nenhum evento na Alesp;
- Apenas 1 jovem já assistiu a TV Assembléia;
- Apenas 1 jovem já ouvir falar em Parlamento Jovem;
- Dos cinco jovens que votaram em 2006, apenas uma informou o nome do candidato a deputado estadual em quem votou. Porém, o indicado, na verdade, foi eleito deputado federal.

No diálogo também ficou claro que eles não sabiam que os deputados estaduais trabalham na Assembléia, e muito menos que ela fica no Ibirapuera. Apenas Regiane, 25, acertou a localidade.

4.3. O que impede a participação do jovem na Alesp com base no questionário

- A falta de conhecimento sobre o que é a Assembléia Legislativa – apontada por 7 jovens;
- O desconhecimento quanto a localização da Assembléia – apontada por 6 jovens;
- A ausência de convites para a participação - apontado por 7 jovens;
- Acreditam que nada têm para contribuir – 9 jovens;
- As questões públicas não despertam interesse – 8 jovens;
- Não gostam de política e têm dificuldades em entendê-la – 5 jovens;
- Não ter acesso a TV a cabo – 6 jovens;
- Não ter acesso a Internet – 10 jovens;
- A falta de conhecimento da TV Alesp e do site da Assembléia Legislativa.

4.4. Avaliando alguns canais de comunicação do legislativo e dando sugestões

Os jovens foram divididos em dois grupos de acordo com a idade. A proposta foi a seguinte: “Com base no que foi visto no dia anterior (site, Parlamento Jovem e o programa

⁵⁶ Apenas onze jovens participaram do questionário: dez jovens o responderam no segundo encontro (1/5/2007) e um respondeu no terceiro (2/5/2007).

Câmara Ligada) dizer o que gostaram, o que não gostaram e o que poder ser melhorado, o que sentiram falta.”

O intuito da proposta era de avaliar os canais existentes de comunicação entre o poder Legislativo, em especial a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, com a juventude. Além disso, durante o diálogo na plenária, foram indicadas outras formas de comunicação.

Respostas apresentadas pelos grupos através de cartazes	
Grupo 1 ⁵⁷ três jovens de 15 anos	Portal da Alesp - www.al.sp.gov.br <u>O que gostou:</u> pode ajudar os jovens a compreender melhor as leis e a política. <u>O que não gostou:</u> não há “clareza” no que diz, (na parte voltada para a juventude).
	Parlamento Jovem <u>O que gostou:</u> ajuda os jovens a entender a política e expor suas idéias perante a sociedade, e mostrando que o jovem é capaz. <u>O que não gostou:</u> só os jovens que estudam (Ensino Fundamental e Ensino Médio) podem participar, tem que representar uma escola, e muitas idéias boas são descartadas.
	Programa de TV: Câmara Ligada <u>O que gostou:</u> ajuda os jovens a compreender melhor, o que se passa na Câmara, e como a Câmara pode ajudar com os problemas da sociedade. <u>O que não gostou:</u> passa só em canal “fechado”. Muitas vezes não há respostas às perguntas feitas, os temas não são importantes como deveria ser. Totonho ⁵⁸ (ele é o “maior nada a ver”).
Grupo 2 quatro jovens de 18 a 26 anos	Portal da Alesp - www.al.sp.gov.br <u>O que gostou:</u> bem informativo e explicativo; contato direto com os deputados. <u>O que não gostou:</u> não é muito divulgado. <u>O que poderia melhorar:</u> linguagem mais simples.
	Parlamento Jovem <u>O que gostou:</u> ajuda os jovens a expor suas opiniões; mostra que o jovem tem capacidade. <u>O que não gostou:</u> falta divulgação e interesse dos jovens. <u>O que poderia melhorar:</u> não limitar só aos jovens do ensino médio.
	Programa de TV: Câmara Ligada <u>O que gostou:</u> espaço que faz com que os jovens exponham suas opiniões; contato direto com os deputados; motiva os jovens. <u>O que não gostou:</u> limitado (só tem acesso) a quem tem parabólica e TV a cabo. <u>O que poderia melhorar:</u> ser mais divulgado; acessível também no canal aberto.

Respostas apresentadas pelos grupos através de cartazes.

⁵⁷ Este grupo não explicitou no cartaz o que poderia ser melhorado, mas em sua apresentação ficou claro que seria tudo aquilo que apontaram como o que não gostaram.

⁵⁸ Artista que se apresentou no programa que foi exibido.

Sugestões debatidas pelos jovens

Portal da Alesp - www.al.sp.gov.br

O que gostou: histórico, prestação de contas dos deputados, pode falar com os deputados, telefone de contatos; pode ajudar a juventude e as outras pessoas a se integrar melhor com os deputados e com as leis.

O que não gostou: linguagem complexa, jovem não vai entender essa linguagem; não sabiam que havia um portal voltado à política que qualquer um poderia acessar; o portal da Alesp é bem “apagado”.

O que poderia melhorar: sugerem uma linguagem mais simples; para o jovem, o único conteúdo específico é sobre o Parlamento Jovem, não abrangendo outras coisas, como por exemplo: o que os jovens fizeram e/ou estão fazendo para mudar alguma coisa, explicar se alguma lei que o jovem fez deu certo, enfim **que incentivem, e que se um jovem ver se sentirá estimulado a fazer também**. O portal poderia ser mais colorido, mais chamativo. Deveria haver uma área de debate para poderem expor suas idéias. Deve mostrar a política de uma outra forma, mais atrativa. Deve possibilitar a criação de comunidades e fóruns como no *Orkut*.

Parlamento Jovem

O que gostou: acredita-se que o jovem não é capaz de expor suas idéias, mas o Parlamento Jovem mostra que a juventude tem idéias que podem ajudar a sociedade.

O que não gostou: nunca ouviram falar do programa para poder participar; não é divulgado nas escolas; restrito aos alunos de Ensino Fundamental e Médio; o grupo questionou “e para quem não está estudando?”; o fato de poucos projetos dos jovens serem transformados em projetos de lei pelos deputados estaduais.

O que poderia melhorar: Mostrar no portal os projetos que foram aprovados.

Programa de TV: Câmara Ligada

O que gostou: contato com o deputado é legal, pois é muito difícil falar com os deputados. O diálogo permite ao jovem que participa da gravação a oportunidade de preparar sua pergunta para “saber o que falar com o deputado convidado”, e de poder falar o que pensa. A música é uma forma mais leve e divertida de aprender.

O que não gostou: O programa só é veiculado em canal “fechado” e parabólica: “os outros também tem o direito de saber o que os deputados estão fazendo(...) não foi só o pessoal da TV a cabo que votou, então os outros também deveriam ter direito”.

O que poderia melhorar: → estar sempre atento aos temas que interessam a juventude e aos estilos musicais.

Outras idéias e opiniões

Colocar a política de uma forma mais digerível em programas assistidos pelas juventudes como *Malhação* e outras telenovelas, de pouco em pouco. Karoline exemplificou que na novela “*Páginas da Vida*”, ela ficava sabendo de coisas que não tinha visto no jornal, como o caso do menino João Hélio que foi arrastado por um carro durante um assalto.

Apesar de não poderem falar junto, dialogar com a novela, a mesma colabora em colocar o assunto em pauta de discussões no meio em que vivem.

A Alesp deve ter uma comunicação maior com as pessoas, tem que estar na mídia.

Sugestões debatidas na plenária.

4.5. Impressões da experiência

O grupo se mostrou receptivo e participativo. Ao finalizar a pesquisa, os jovens disseram que os encontros foram muito gostosos, apesar de serem sobre política (“um assunto chato”).

A experiência permitiu verificar a importância de dialogar com a juventude. No decorrer dos dias, conversamos desde suas necessidades, passamos pelos seus direitos, falamos do poder público até chegar no Legislativo. Eles ficaram muito interessados principalmente em relação ao Parlamento Jovem. E também solicitaram a esse gestor que pudesse promover outros encontros como esses num futuro próximo.

Como dissemos no início, não podemos generalizar tudo que vivenciamos nestes quatro dias, mas um diálogo que permita aos jovens que digam o que pensam, utilizando recursos lúdicos e que relaciona os conteúdos com a realidade em que vivem, realmente fizeram a diferença.

A seguir, a cópia da carta escrita pelos jovens no último dia aos deputados e deputadas da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

São Paulo 03 de maio de 2007.

Aos deputados e deputadas estaduais.

Nós jovens da periferia de São Paulo e de Itapicirica da Serra, nos reunimos para discutir o jovem na política.

É com enorme satisfação que viemos propor nossas ideias, opiniões, e sugestões sobre a política. Mediante aos projetos analisados:

- Site
- Parlamento jovem
- Programa Câmara ligada

Estamos felizes ao saber que há um site informativo que nos ajuda a compreender a política, o que ocorre na assembleia.

Entretanto, percebemos alguns pontos negativos como a linguagem que é muito complexa.

Porém, pensamos em algumas sugestões que podem ajudar neste pequeno problema:

- * Colocar uma linguagem simples e direta.
- * Criar um site voltado aos jovens, com uma linguagem simples e dinâmica, com algo que prenda a atenção dos jovens (sala de bate-papo relacionados a política).

Sobre o parlamento jovem, concluímos que: é um projeto criativo e descontrolado, pois dá oportunidades aos jovens de amadurecimento político e pessoal, porque dá espaço aos jovens de expressar suas ideias.

É como sugestão pensamos em que todos os jovens, independente se estudantes ou não participem deste projeto.

Em relação ao programa câmara ligada percebemos que é um programa bem aceito pelos jovens, pois abre espaço para expor a opinião dos mesmos.

Porém é restrito somente aos jovens de Brasília e aqueles que possuem TV a cabo.

Por que não trazer um programa como esse para São Paulo?

Também frizamos que todos os projetos aqui citados deveriam ser mais divulgados.

Esperamos que as nossas ideias sejam sejam analisadas com respeito, e contribuam para o nosso desenvolvimento.

Atenciosamente:

Harol Bianchini → 15 anos.

Paula N. Aleixo → 23 anos

Simone Silva Souza → 18 anos

Regiane Souza → 25 anos

Robson Souza → 26 anos

Clire Castro Costa → 15 anos

Sidney Kleber Sabino

Felipe Alves → 15 anos

Anderson Oliveira → 18 anos

Capítulo VI

As contribuições da inter-relação: educação e comunicação para uma gestão comunicativa

Neste capítulo, vamos nos valer das contribuições da inter-relação dos campos da educação e da comunicação para embasar a relação comunicacional que se quer construir entre o Poder Legislativo e a Juventude.

1. Conceito de Educomunicação

Segundo Ismar de Oliveira SOARES (2006a), a Educomunicação emergiu como prática social no meio acadêmico a partir da década de 1980. No final da década de 1990, pesquisa realizada e confirmada entre estudiosos e profissionais da Comunicação e da Educação da América Latina (Soares, 1999) mostrou a legitimação de um novo campo epistemológico, fruto da inter-relação da Comunicação e a Educação. Este campo constitui um novo paradigma, uma nova forma de ver, entender e conceber as práticas educativas⁵⁹, através de um discurso apoiado na conexão entre elementos discursivos diferentes (como os vários campos do saber, por exemplo, a Antropologia e a Psicologia) que estabelecem uma relação de parte com o todo, da causa com o efeito, do sintoma com o que ele designa, em processos circulares de interpenetração, ao contrário dos lineares que privilegiam uma visão iluminista, especialista, fragmentada, da parte pelo todo. Soares (2002, p. 24) define a Educomunicação como:

o conjunto das ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos destinados a criar e fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos presenciais ou virtuais, assim como a melhorar o coeficiente comunicativo das ações educativas, incluindo as relacionadas ao uso dos recursos da informação no processo de aprendizagem. Em outras palavras, a Educomunicação trabalha a partir do conceito de gestão comunicativa.

⁵⁹ Entenda-se que estas práticas contemplam não só a educação formal, mas também a não-formal e a informal. Educação formal entendida como aquela que possui espaços constituídos, como as escolas, por exemplo, que é legitimada socialmente, que possui legislação, seqüência, freqüência, rituais (diplomação...), avaliações, órgãos, programa etc. Educação informal é reconhecida pelo seu caráter difuso, em que não há um eixo centralizador, é descentralizada, não tem local definido, não avalia ninguém, não tem um projeto educativo, que é o caso de muitos produtos veiculados nos meios de comunicação como as telenovelas, os noticiários etc. Já a educação não-formal geralmente trabalha com voluntários; às vezes, não há avaliação; um exemplo são os projetos de educação de jovens e adultos das Comunidades Eclesiais de Base.

O conceito de ecossistema comunicacional articulado por Jesús Martín-Barbero designa “a organização do **ambiente**, a disponibilização de **recursos**, o *modus faciendi* (**maneira de agir**) dos sujeitos envolvidos e o conjunto das **ações** que caracterizam determinado tipo de ação comunicacional”. E é natural que as pessoas e as instituições pertençam e atuem simultaneamente, em distintos ecossistemas comunicacionais. Podemos ver a Assembléia como um grande, um macro-ecossistema comunicativo, formado por diversos micro-ecossistemas que se inter-relacionam.

Compreendemos que a base da Educomunicação é a perspectiva dialética marxista, dialógica e transformadora, em que a reflexão, a interação e a ação a que se propõe tem, no lugar sócio-histórico-político-cultural, *em que se encontram os receptores e os produtores, o seu início e o seu fim*.

2. A cultura como ponto de partida das ações comunicativas

No fundo, a substituição de procedimentos mágicos por técnicas ‘elaboradas’, envolve o cultural, os níveis de percepção que se constituem na estrutura social; envolve problemas de linguagem que não podem ser dissociados do pensamento, como ambos, linguagem e pensamento, não podem sê-lo da estrutura⁶⁰.

A primeira coisa que concluímos da fala de Paulo Freire é que uma ação comunicativa envolve, num sentido amplo, a transformação do cultural, aquilo que recebemos de herança, que nos é dado, que é do senso comum.

Tanto Freire quanto Gramsci compreendem a cultura do ponto de vista da *práxis*, ou seja, que ela possui uma dinamicidade que não se dá pelo conhecimento de *atos brutos isolados*, mas sim através de um processo dialético de interação entre a consciência e a realidade material, de transformação e autotransformação das condições em que vive⁶¹. O ponto de partida é o reconhecimento de si próprio enquanto ser humano, inserido na história da qual faz parte e colabora, enquanto membro de uma sociedade de classes, numa constante relação de hegemonia⁶² entre os agentes sociais dominantes e dominados.

⁶⁰ FREIRE, 2002, p. 33.

⁶¹ SCHELLING, 1991, p.34.

⁶² A hegemonia é a relação de negociação de poder entre os que o detêm e aqueles que o legitimam. É uma relação que não pode ser imposta, tem que ser conquistada, os interesses diversos tem que ser negociados. A hegemonia dá conta efetivamente da historicidade das coisas. A conquista, a renovação da hegemonia é algo cotidiano, em que todos devem estar alertas para os elementos que implicam na relação de poder.

Certeau traz nossa reflexão para mais perto da realidade, ao nos mostrar que a relação de hegemonia não é harmônica, pelo contrário, é conflitiva. *Desde os Direitos dos Homens até as férias pagas, nunca houve inovação cultural sem conflitos sociais e sem vitórias políticas*⁶³.

Quando promovemos uma ação comunicativa devemos estar conscientes que, num determinado momento o conflito emergirá, seja pelo lado do poder legislativo, seja da juventude: faz parte do conjunto de forças que garantem a dinâmica dos ecossistemas comunicativos. De acordo com as provocações que Certeau nos coloca, identificamos dois pontos que merecem destaque: a questão da homogeneidade versus a pluralidade e a do incômodo dos detentores do poder.

2.1. A questão da homogeneidade versus a pluralidade

Certeau faz a seguinte reflexão sobre a pluralidade presente na cidade:

Sistema de relações mais do que unívoco, a cidade requer uma conexão de espaços diferenciados entre si (por que definidos cada um pelas sociedades que a habitam) e, todavia, superpostos (aos sistemas que se cruzam em ‘treliças’, acrescenta-se a sedimentação de sistemas históricos). À homogeneidade abstrata de uma racionalidade única, as experiências tentam substituir uma estrutura de pluralidade em que, por exemplo, o hábitat de uma minoria não tome a forma de abscesso, mas seja reconhecido como um modo espacial de existir entre outros, sem que, no entanto, deles se isole. Quando admitirmos pensar e tratar a cidade não como uma linguagem unívoca, mas como uma multiplicidade de sistemas que fogem aos imperativos únicos de uma administração central, irredutíveis a uma fórmula global, impossíveis de isolar do hábitat rural, comportando organizações econômicas, mas também sistemas de percepção da cidade ou de associações de vias que são práticas urbanas, vivenciaremos um novo tipo de sociedade⁶⁴.

Falar da pluralidade de espaços na cidade é falar da pluralidade cultural que nela está contida. Podemos pensar na cultura dos sujeitos envolvidos de forma homogeneizada, racional, econômica, através de estereótipos e preconceitos. Mas o que vai de encontro a nossa proposta e de Certeau, é respeitar e valorizar as diferenças, sem isolar as pessoas, sem formar guetos, enriquecendo o diálogo com a pluralidade de contribuições e propiciando a livre expressão e manutenção das identidades.

⁶³ CERTEAU, 1995, p. 214.

⁶⁴ Ibidem, p. 212.

2.2. A questão do incômodo dos detentores do poder

A partir do momento em que, pelo seu trabalho, uma ação começa a modificar o equilíbrio das forças, ela é interrompida pela repressão que organizam os poderes estabelecidos⁶⁵.

Desenvolver uma política de comunicação, a partir da ótica que aqui estamos discutindo, numa Casa essencialmente política, é um grande desafio em que o surgimento de conflitos é certo, pois o processo de tomada de consciência incomoda com seus questionamentos, com o que é dito (que talvez os deputados não queiram ouvir). Motiva-nos a refletir, quais mecanismos garantiriam a manutenção e o êxito de tal projeto.

3. A importância da linguagem na ação comunicativa

Retomando Paulo Freire, a ação comunicativa *envolve problemas de linguagem que não podem ser dissociados do pensamento*. Schaff⁶⁶ reconhece que linguagem e pensamento constituem uma unidade indissociável. Isto é, desenvolvendo a linguagem, desenvolve-se o pensamento – ao invés de utilizar o termo pensamento, Bakhtin se refere à consciência. Para este último, é a linguagem quem medeia o nosso modo de ver e de se relacionar com a realidade. Sendo assim, poderíamos nos perguntar “qual o sentido atribuído pelos jovens a signos como cidadania, democracia, política?” Se tomarmos o exemplo da política, poderemos encontrar sujeira e corrupção, por exemplo. Poderíamos então pensar que aí mora uma possível causa de muitos não quererem se envolver com questões políticas.

Segundo Bakhtin⁶⁷, a consciência é banhada pelos signos, porém eles refletem uma ideologia⁶⁸ e tudo que é ideológico é um signo. Ele reflete e refrata a realidade. É preciso situar a ideologia no signo, tirar a neutralidade da palavra para descobrir a possibilidade da diversidade de sentidos. A mesma palavra vai assumir valores particulares para cada grupo que estiver utilizando, de acordo com a herança cultural e as experiências anteriores vividas. Ora, esse exercício de reconhecimento, de percepção, de desmascaramento das ideologias presentes, demonstra-se necessário e fundamental se o que se quer é que esta juventude seja não só participante, mas crítica, capaz de *ler o mundo*, para poder transformá-lo.

⁶⁵ Ibidem, p. 217.

⁶⁶ SCHAFF, 1974, Cap. III, p. 250-253.

⁶⁷ BAKHTIN, 1992, cap. 1.

⁶⁸ A ideologia dominante é a visão de mundo de uma classe dominante formada por grandes grupos que detêm grandes meios de comunicação e procuram congelar a significação, tentam engessar a capacidade de plasticidade da palavra, imobilizar o signo, acarretando numa deformação ou inversão da realidade.

Através da expressão, a linguagem se desenvolve no cotidiano, a consciência adquire forma e consistência e temos acesso à consciência do outro. Este processo se dá na interação verbal com as pessoas, com os meios de comunicação e com as mediações com que convivem. Ousamos expandir este conceito, para uma interação *videotecnológica*⁶⁹, não só limitada aos signos verbais, mas trazendo as linguagens complexas com suas cores, sons, imagens, suas interatividades, sua lógica hipertextual, sem linearidade, em rede, conectada. Essa interação, porém, está, conforme Barbero⁷⁰, através do desordenamento cultural promovido pelas comunicações, reorganizando e compondo um novo *sensorium*⁷¹, um novo modo de perceber o mundo e de se relacionar com ele e com o tempo e o espaço, influenciando nos significados e valores que são atribuídos às coisas, nos sentidos produzidos pelos jovens.

O educador deve provocar momentos de desequilíbrio, através de ações dialéticas, que permitam uma tomada de consciência, uma leitura crítica dos discursos que circulam, a fim de alcançar uma visão complexa do mundo em que vive, estabelecendo conexões entre as informações e os conhecimentos, muitas vezes fragmentados e sem sentido, construindo, uma intersubjetividade simbólica capaz de compreender o funcionamento das coisas, do ambiente, da sociedade em que se vive, para ter possibilidades de transformá-la, aperfeiçoá-la, de forma solidária, ética e cidadã.

No jogo dialógico que se propõe entre juventude e poder legislativo, não basta dar voz a eles, e simplesmente fingir que os escuta, como nos ensina Paulo Freire:

Cada um de nós é um ser no mundo, com o mundo e com os outros. Viver ou encarnar esta constatação evidente, enquanto educador ou educadora, significa reconhecer nos outros (...) o direito de dizer a sua palavra. Direito deles de falar a que corresponde o nosso dever de escutá-los. De escutá-los corretamente, com a convicção de quem cumpre um dever e não com a malícia de quem faz um favor para receber muito em troca. Mas, como escutar implica falar também, ao dever de escutá-los corresponde o direito que igualmente temos de falar a eles. Escutá-los no sentido acima referido é, no fundo, falar com eles, enquanto simplesmente falar a eles seria uma forma de não ouvi-los⁷².

Por fim, a ação comunicativa busca o entendimento para uma prática transformadora. Esta prática não acontece no individualismo, pelo contrário, desde o início do processo de

⁶⁹ GOMEZ, 1997, p. 58.

⁷⁰ BARBERO, p. 10-22.

⁷¹ Conceito de Walter Benjamin.

⁷² FREIRE, 1992, p.30.

tomada de consciência até a prática em si, no diálogo dos diferentes, na problematização do cotidiano, do mundo do senso comum, tudo se dá em grupo.

4. Áreas de intervenção das ações comunicativas

Soares classifica as ações comunicacionais em quatro áreas de intervenção, a saber, mas que não são excludentes, nem são únicas.

4.1. Educação para a comunicação

Esta área compreende ações dialéticas que possibilitem uma leitura crítica dos meios. Para isso, deve-se valer de referenciais teóricos advindos das mais variadas áreas do conhecimento. A proposta é fazer com que os jovens percebam o lugar que os meios de comunicação ocupam na sociedade, na formação de sua consciência e seu impacto social; as implicações da comunicação mediatizada; a modificação do modo de percepção que a comunicação e as novas tecnologias propiciam; o papel da produção de informação e conhecimento nas culturas; o acesso e o uso autônomo e livre dos recursos e linguagens da comunicação para a expressão dos indivíduos e grupos sociais.

4.2. Mediação tecnológica

Quando se opta pela Educomunicação, deve-se estar consciente e deixar claro aos agentes envolvidos que mais importante que as tecnologias empregadas e o acabamento técnico do produto final é o processo de elaboração e reflexão do produto.

Aliadas às ações de “educação para os meios” e à reflexão sobre as realidades e culturas juvenis, as Tecnologias de Informação e Comunicação são instrumentos de aprendizagem, de expressão e exercício da cidadania.

4.3. Gestão da comunicação ou comunicativa

Cabe a gestão planejar, executar e avaliar políticas, planos, programas e projetos de intervenção social no espaço do campo, com o objetivo de criar e manter ecossistemas comunicativos entendidos como ambientes regidos pelo princípio da ação e do diálogo comunicativo.

São preciosas também as contribuições de Paulo Freire para a Educomunicação, que devem ser observadas pela gestão. Esta deve estar atenta e buscar colaborar na construção de uma relação social igualitária e dialogal entre os sujeitos, que resulta em uma prática social transformadora, baseadas na colaboração (a ação dialógica só se realiza entre sujeitos), na união (fundamental para a consciência de classe ou de grupo), na organização (momento da aprendizagem em que se busca transformar) e na síntese cultural (instrumento de superação da cultura)⁷³.

4.4. Reflexão epistemológica

Esta área compreende o conjunto de estudos acadêmicos sobre a natureza da emergência do campo. Ela é muito importante, pois a partir dos estudos desenvolvidos, vão-se ampliando os referenciais teóricos para o aprimoramento não só de uma “educação para a comunicação” como para as outras áreas também. Uma das colaborações que nosso projeto pode dar nesse sentido é valorizar a sistematização de sua execução para que possa servir de subsídio de pesquisa para futuros estudos do campo.

5. O que não é Educomunicação

Valemo-nos dos modelos teóricos de Comunicação Educativa identificados por Sierra (2000) para enumerar quais ações não estão compreendidas pela Educomunicação.

Modelo Informacional

- A informação é vista como conteúdo/eixo estruturante da relação pedagógica;
- Uma comunicação pedagógica cujo objetivo fundamental é a eficácia funcional do sistema de comunicação educativa, para conseguir a máxima quantidade de informação transmitida pela fonte (educação bancária/modelo dos efeitos);
- A dispersão e fragmentação dos conteúdos;
- A automatização do comportamento dos sujeitos da educação;
- O desenvolvimento da competitividade e da individualização;
- A descontextualização da experiência do conhecimento e da comunicação;

⁷³ SOARES, 2006.

- E a operacionalização do saber segundo o pragmatismo e a cultura instrumental do conhecimento (oficinismo), que relega as habilidades cognitivas metacomunicacionais, reflexivas e críticas do sujeito de aprendizagem.

Paradigma Cultural

- Os canais de transmissão de informação constituem pré-textos para a produção e contextualização do conhecimento, num processo de pesquisa colaborativa e reflexão grupal sobre as representações, os valores, as formas de conhecimento e os discursos da educação, da comunicação e da cultura, porém sem resultar em nenhuma ação transformadora.

6. O papel e o perfil do gestor da comunicação

Segundo Soares (2006a), o gestor deve ver a comunicação além da ótica do mercado e do pensamento neo-liberal hegemônico (condição necessária e dificultante). Ela deve ser embasada em práticas libertadoras, humanizadoras.

O gestor não é um marqueteiro, não inventa realidades, nem necessidades, sua preocupação é entender a realidade que o cerca, seus problemas e suas virtudes – o que no caso da Alesp é um grande desafio, pelo público tão plural como o de São Paulo. Cabe a ele, planejar, executar e avaliar políticas, programas e projetos de intervenção social no espaço do campo com o objetivo de criar e manter ecossistemas comunicativos.

A gestão comunicativa visa garantir, mediante o compromisso e a criatividade de todos os envolvidos e sob a liderança de profissionais qualificados, o uso adequado dos recursos tecnológicos e o exercício pleno da comunicação entre as pessoas que constituem a comunidade, assim como entre esta e os demais setores da sociedade.⁷⁴

Para elaborar e implementar uma política de comunicação, que vá ao encontro dos princípios teóricos que refletimos, valemo-nos das recomendações de Alves (apud BACCEGA) e de Soares⁷⁵. Para eles, o gestor precisa:

- Conhecer os agentes sociais envolvidos, entre eles os jovens e os deputados;
- Estabelecer os critérios para buscar apoio de outros agentes e coordenar essa atividade;
- Compreender o processo de maneira integral (do projeto à realização);

⁷⁴ SOARES, 1999, p. 41.

⁷⁵ Ibidem, p. 58-66.

- Identificar, planejar e avaliar processos comunicacionais;
- Ser um generalista interdisciplinar;
- Compreender a inter-relação comunicação e cultura.

Este novo profissional *atua ao mesmo tempo no campo da Educação e da Comunicação, movido pela formação de cidadãos críticos, participativos e inseridos em seu meio social*⁷⁶. É aquele que vai dialogando com os agentes sociais envolvidos e vai buscando brechas para a viabilização e execução da política de comunicação. Enfim, cria condições para que a comunidade, neste caso, a juventude se expresse, que aconteça a comunicação entre jovens e deputados e entre os próprios jovens.

⁷⁶ MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia. Bases do Programa Brasileiro para a Sociedade da Informação, Apud SOARES, p. 25.

Capítulo VII

Projeto de Gestão Comunicativa, na relação da Alesp com a juventude, em São Paulo

*“Se muito vale o já feito
Mais vale o que será”.
Milton Nascimento*

Após realizar um estudo de caso, junto à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), e tomando em conta os fundamentos teóricos da educomunicação, apresento este projeto de gestão da comunicação. O objeto do projeto é traçar uma política de maior aproximação entre a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e a juventude paulista.

1. Por que este projeto é inevitável?

Com base nos dados coletados numa pesquisa de opinião, realizada pela FORMAR – Formação, Capacitação, Marketing e Pesquisa (2005) –, a pedido do Departamento de Comunicação da Alesp, os jovens de 16 a 24 anos são os que menos conhecem a Assembléia e seus deputados. A maioria não reconhece a presença da Alesp como instituição e são os mais jovens que também se relacionam menos com os deputados.

Mais de 70% dos jovens entrevistados não confiam na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (número próximo do obtido numa pesquisa nacional realizada pela UNESCO, em que foi constatado que 79,9% dos jovens dizem não confiar nas Assembléias Legislativas e Câmaras de Vereadores).

Neste processo de consolidação da democracia em que vivemos, o segundo maior parlamento do país tem o dever cívico de se fazer conhecido e de se relacionar com seus representados: neste caso, com o segmento jovem da população, que representa 18% do eleitorado paulista (jovens de 16 a 24 anos) e 25% da população do estado (jovens de 15 a 24 anos).

Os canais de comunicação da Alesp com a juventude são isolados, fragmentados, desarticulados e não conseguem atingir o grande contingente de jovens do estado, além de não permitirem um diálogo permanente entre as partes. A pesquisa nacional, *Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas*, organizada pelo IBASE/PÓLIS

(2007), revela que 85% dos jovens entrevistados acreditam que é preciso abrir canais de diálogo entre os cidadãos e o governo.

Os jovens também são sujeitos de direitos. Eles podem ser o “futuro da nação”, mas têm direito a um presente digno. Têm direito de participar da vida de seu estado, de dialogar com aqueles que o gerenciam (que deveriam representar seus interesses e trabalhar pelo bem público comum). Têm direito de poder dizer o que pensam, de entender, de opinar e de questionar a organização político-administrativa de seu estado. Eles têm direito de serem cidadãos.

2. O projeto de gestão comunicativa

Ao optarmos por utilizar os referenciais teóricos da educomunicação para concepção deste projeto de intervenção, assumimos planejar, executar e avaliar um conjunto de ações destinadas a criar e a fortalecer ecossistemas comunicativos, assim como a melhorar o coeficiente comunicativo das ações educativas, incluindo as relacionadas ao uso dos recursos da informação no processo de aprendizagem.

Alicerçado nesses fundamentos, este projeto propõe uma revisão dos processos da Gestão da Comunicação por parte do Poder Legislativo, adotando uma política de maior aproximação com o segmento jovem da população. Entre as ações sugeridas destaca-se a criação de canais permanentes de diálogo, entre os quais: 1º) um novo programa na TV Assembléia e 2º) uma nova seção no portal www.al.sp.gov.br para o público jovem.

Tal proposta expandirá gradativamente a relação comunicacional entre o Poder Legislativo e a juventude, estimulando o aprofundamento da relação e contribuindo no processo de formação crítica com vistas à emancipação cidadã, que enxergue o jovem com suas pluralidades culturais, como um sujeito que está em processo de formação, que tem direito a um presente digno e que tem capacidade de participar da discussão dos problemas que vive e de suas soluções.

2.1. Integração dos programas de comunicação com a juventude

De nada adiantará criar outros canais de comunicação com a juventude se não houver uma integração entre os existentes, a fim de somar esforços e proporcionar uma formação cidadã integral do jovem.

2.1.1. Gestão

A gestão dos programas de comunicação entre a Assembléia e a juventude ficará sob responsabilidade de dois conselhos: o *Conselho Gestor de Comunicação com a Juventude* e o *Conselho Jovem de Comunicação*.

O *Conselho Gestor de Comunicação com a Juventude* será formado pelo gestor da comunicação e dois secretários, por especialistas parceiros em juventude e educomunicação, além de representantes dos seguintes programas e projetos: (a) visitas monitoradas (Divisão de Comunicação Social), (b) Parlamento Jovem (Secretaria Geral Parlamentar), (c) projeto Escola Arte-Culinária (Instituto Mensageiros), (d) curso de formação política e seminário *A importância do voto* (Instituto do Legislativo Paulista), (e) programa de TV (a ser implementado – TV Assembléia). Ao Conselho Gestor caberá, sob a orientação do gestor da comunicação, o planejamento, a execução e a avaliação das ações comunicacionais desenvolvidas com o intuito de aproximar a Alesp da juventude e de contribuir no processo de educomunicação política do/para/com o jovem.

O *Conselho Jovem de Comunicação* será formado por 15 jovens voluntários selecionados por critérios a serem definidos pelo Conselho Gestor. Este conselho terá um caráter consultivo e será uma forma do jovem exercer seu protagonismo na instituição, além de constituir um meio da Assembléia se aproximar mais dos anseios e necessidades dos jovens.

Inicialmente, as reuniões serão mais frequentes para que cada um tome ciência do trabalho do outro e se possa desenvolver um planejamento conjunto. Os conselhos se reunirão separadamente para não inibir a expressão dos jovens.

A gestão dos processos comunicacionais entre a Alesp e a juventude tem um papel importante na construção de um novo quadro de relacionamento. Será de responsabilidade do gestor da comunicação e da secretaria:

- Organizar a pauta e o registro de reuniões;
- Avaliar as ações comunicativas realizadas;
- Monitorar o planejamento das ações desenvolvidas;
- Construir mediações entre deputados/setores/eventos/serviços da Alesp e a juventude. Em segundo plano, estas mediações poderão ser estendidas entre outros poderes/instituições políticas (como partidos, por exemplo) e a juventude;

- Acompanhar o diálogo com o *Conselho Jovem de Comunicação*;
- Estabelecer parcerias com outras organizações que viabilizem as ações planejadas, quando necessário;
- Coordenar a produção de materiais e de conteúdos que sejam de sua responsabilidade;
- Organizar as capacitações para os agentes da Alesp envolvidos e interessados na comunicação com a juventude e para os conselheiros jovens, sobre temas fundamentais para o aperfeiçoamento das ações educacionais;
- Representar o Conselho Gestor em eventos internos e externos.

2.1.2. Metodologia

A integração dos programas de comunicação com a juventude é baseada numa gestão participativa fundamentada em três visões: a dos especialistas em juventude e educação, a dos responsáveis pelos canais institucionais de comunicação e a dos jovens. Os programas existentes continuarão sob as responsabilidades das mesmas pessoas e dos mesmos órgãos da Alesp.

2.1.3. Viabilidade

Os conselhos serão criados através de resolução e regulamentados mediante ato de mesa. O *Conselho Gestor de Comunicação com a Juventude* estará subordinado à Secretaria Geral Parlamentar e o *Conselho Jovem de Comunicação* estará ligado ao *Conselho Gestor de Comunicação com a Juventude*. Deverá ser providenciada uma sala que será utilizada pelos dois conselhos, com mobiliário, materiais e equipamentos a serem designados pelos mesmos. Ambos os conselhos serão geridos por três servidores efetivos: um gestor da comunicação e dois secretários.

2.1.4. Sustentabilidade

Cada setor possui seus recursos orçamentários. Deverá ser providenciada uma dotação para o Conselho Gestor através da resolução que cria os conselhos. Dependendo da ação planejada, outros recursos deverão ser obtidos através de parcerias com outras organizações.

2.1.5. Avaliação

Os conselhos se valerão dos seguintes instrumentos quantitativos e qualitativos de avaliação da integração e de sua colaboração no processo de formação cidadã da juventude:

- Reuniões dos Conselhos;
- Avaliações de jovens por e-mail, formulários e depoimentos;
- Produtos e resultados;
- Desenvolvimento do jovem no processo. Quando possível, avaliação de características como liderança, capacidade de diálogo/mediação, participação sociopolítica, autonomia;
- Registros: fotos, vídeos, materiais produzidos.

2.2. Criação de canais permanentes de diálogo

A pesquisa *Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas* conclui que é preciso *abrir canais de comunicação, com linguagem apropriada, entre os poderes Executivo e Legislativo e os(as) jovens, a fim de que eles(as) possam conhecer tais instâncias, acessar as informações produzidas e conhecer as formas pelas quais podem interferir em seus processos.*⁷⁷

Hoje, a possibilidade de criar canais de comunicação com a juventude, através da TV e da Internet, são as possibilidades de maior alcance institucional e que devem ser valorizadas para abrir as portas para a juventude. A TV e a Internet são os únicos canais que permitem o diálogo permanente entre as partes mesmo em longas distâncias.

O jovem possui necessidades, gostos e aptidões específicos e em formação, e com exceção do *Câmara Ligada*, um programa de auditório para jovens, da TV Câmara, não há outro semelhante nas TVs legislativas que seja feito de/para/com a juventude em que ela não passe de um mero figurante.

Apesar dos meios institucionais terem um alcance reduzido (menos de 20% da população tem acesso à TV a cabo e, segundo dados do IBGE, apenas 29,9% utilizam a Internet) são eles que a Assembléia tem à disposição diretamente, podendo influenciá-los e geri-los. Se a pesquisa de opinião da Assembléia confirma que a TV é o meio de comunicação

⁷⁷IBASE/PÓLIS, 2006.

preferido, tanto para tomar conhecimento do trabalho dos deputados (59,59%), quanto da instituição (40,76%), que seja usada a TV, mesmo que *a cabo*, mesmo que restrita.

2.2.1. Projeto 1: programa de auditório de/para/com jovens da TV Assembléia

Valendo-se da experiência do programa *Câmara Ligada* da TV Câmara-DF, tendo um parceiro como a Fundação Padre Anchieta e com mais de 10 anos de experiência e contando com a assessoria de especialistas, tanto no tema da juventude, quanto no da educomunicação, a TV Assembléia é convidada a irradiar este novo desafio, possível e necessário. É um novo momento desta TV, abrindo-se à possibilidade de envolver um público que hoje compõe uma das menores fatias de sua audiência e, principalmente, que está mais distante da Assembléia e possui os menores índices de satisfação e confiança.

2.2.1.1. Metodologia

Será realizado um projeto-piloto pelo período de um ano. Cada programa terá um tema central e subtemas relacionados a serem discutidos pelos participantes. Para estimular o diálogo dos jovens com os convidados, o programa se valerá da mediação da música e de outras atividades culturais e recreativas. Participarão da gravação do programa:

- **Banda/grupo musical** que tenha pelo menos uma música relacionada ao tema do programa. Em cada gravação haverá uma banda diferente, de estilo musical diferente (dentro do espectro de estilos mais apreciados pelos jovens) e preferencialmente, de um ponto do estado diferente, valorizando a pluralidade cultural juvenil;
- **Convidados que tenham experiência no tema** a ser debatido. Normalmente um(a) deputado(a) e mais um ou dois convidados que poderão ser especialistas, representantes de outros poderes, jovens protagonistas que façam a diferença onde vivem, etc;
- De 50 a 100 alunos⁷⁸, de 15 a 29 anos, vindos de uma ou mais instituições de ensino médio ou superior. Se houver demanda, poderá ser estudada a possibilidade de participação de jovens não vinculados a estas instituições;
- Aproveitando a experiência de videoconferência utilizada no seminário *A Importância do Voto*, através da parceria com a Secretaria da Educação do Estado, será negociada a possibilidade da participação e interação de jovens do interior na gravação de alguns programas previamente agendados.

⁷⁸ Número que será condicionado às limitações do auditório em que as gravações serão realizadas.

O programa terá duração de 1h30min, dividido em 4 blocos. Cada bloco começará com uma apresentação da banda. No último, a banda abrirá e fechará o bloco. Cada bloco também contará com vídeo-reportagens que subsidiem o tema debatido, apresentem a cidade de onde vem a banda, colaborem para o entendimento do poder legislativo, da organização político-administrativa do estado e dos mecanismos de participação do cidadão. Os jovens poderão fazer perguntas aos convidados e expressar suas opiniões. O diálogo entre os participantes será mediado por um(a) apresentador(a) que carrega a grande responsabilidade de se preparar sobre o tema e de dar o ritmo ao programa e às discussões. Ao final da gravação, os jovens escreverão um breve depoimento/comentário a respeito de sua avaliação do programa e ganharão um kit informativo e brindes, como camiseta do programa e *squeeze*, por exemplo.

Independente do local de gravação, os alunos visitarão a Alesp se ainda não o fizeram, tomarão conhecimento do Parlamento Jovem e de outros eventos e canais de comunicação com a Casa.

Inicialmente, irá ao ar um programa por mês, que será reprisado em dias e horários diversos (domingo a sábado, manhã, tarde e noite), a serem negociados. Deverão ser preferencialmente diferentes dos do *Câmara Ligada*, que é um canal importante de comunicação do Legislativo Federal com a juventude. O primeiro programa do mês deve ter um dia e horário fixo para criar o hábito na juventude de assisti-lo.

Será estudada junto à equipe de cenografia da produção do programa, a possibilidade da construção de partes do cenário pelos jovens no decorrer do mês que antecede a gravação.

Para participar da gravação do programa, a instituição de ensino poderá se inscrever através de telefone, e-mail ou pelo portal. As instituições inscritas serão selecionadas pelos conselhos, através de critérios a serem definidos, e serão contatadas pela Divisão de Comunicação Social. As instituições participantes poderão ser avisadas com antecedência, a respeito do tema do programa, para que os jovens possam se preparar para discutir o assunto.

2.2.1.2. Gestão

A gestão do programa caberá ao *Conselho Gestor de Comunicação com a Juventude* e ao *Conselho Jovem de Comunicação* que discutirão a pauta/conteúdo, avaliarão o formato e o trabalho e indicarão aperfeiçoamentos no programa. Deverão ser levadas em consideração, no planejamento das gravações, a garantia de recepção adequada, segurança, atendimento médico de emergência, lanche e transporte aos participantes, além da divulgação do programa.

2.2.1.3. Sustentabilidade

Inicialmente, os recursos virão da Assembléia. Se a gravação for realizada em auditório locado, será importante obter outras fontes de financiamento do programa, através de parcerias com outras organizações, para garantir sua continuidade.

O apoio institucional, com importantes organizações que pesquisam e trabalham com juventude e educomunicação, será importante para garantir a qualidade e o reconhecimento das ações comunicativas.

A institucionalização do programa, através de resolução e sua regulamentação mediante ato de mesa, trará maiores garantias de sua continuidade nas trocas de gestão da Assembléia.

2.2.1.4. Viabilidade

O local de gravação é um dos pontos cruciais. As alternativas encontradas são: (a) reformar/adequar um dos auditórios; (b) locar um espaço externo. A primeira opção traz a vantagem de que ao adequar um auditório, o custo de produção do programa é bem menor, além da Alesp / TV Assembléia ganhar um espaço interessante para produção de novos programas e eventos. Para fazer num auditório fora da Assembléia é necessário providenciar equipe de profissionais, equipamentos para iluminação, para áudio, para gravação e para transmissão (unidade móvel), que seriam locados. Para diluir estes custos, uma das soluções seria gravar mais de um programa no mesmo dia.

Se necessário, deverá ser feita uma revisão do contrato com a TV Cultura para produção do programa.

A viabilização da proposta de construção de parte do cenário de cada programa dependerá de parceria junto à Superintendência do Patrimônio Cultural da Alesp, que selecionará e mediará os artistas plásticos interessados nesse trabalho, para orientar/facilitar a atividade. Além disso, pode-se contar também com a orientação de grafiteiros que se tornarem parceiros do projeto.

É importante que a equipe responsável pelo programa crie uma relação de intercâmbio com a equipe do *Câmara Ligada* da TV Câmara, presencial ou virtualmente (vídeo-conferência, por exemplo), para trocar experiências e buscar soluções para problemas, que por ventura surgirem.

2.2.1.5. Avaliação

O programa será avaliado através:

- Da avaliação dos participantes ao final do programa e, posteriormente, pelo portal e por e-mail;
- Do depoimento dos convidados, ao término da gravação do programa;
- Das reuniões dos conselhos.

2.2.2. Projeto 2: seção do portal da Alesp específico para o público juvenil

A criação de ações de comunicação digital não é suficiente por si só. Sua eficácia é alcançada a partir do desenvolvimento de estratégias específicas para cada público (Elizabeth Saad)⁷⁹.

O portal da Alesp é uma ferramenta importantíssima na integração dos programas de comunicação da instituição com a juventude e para o diálogo permanente.

Consultando as informações disponibilizadas pelo Comitê Executivo do Projeto Portal da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, verificamos que há um planejamento de implementação de características, ferramentas e recursos ao portal que aparentemente coincidirão com várias das características e funcionalidades aqui apontadas como necessárias. Nem por isso este projeto perde seu valor, pelo contrário, quer confirmar o que vai ao encontro das necessidades do jovem cidadão e colaborar no aprimoramento destas e outras funcionalidades.

2.2.2.1. Metodologia

O planejamento do Comitê do portal prevê *acesso orientado pela função político-pedagógica do Portal, explicando o papel do parlamento e traduzindo-o para o usuário de modo a incentivar a cidadania ativa, (que ainda não está disponível à medida que exige produção de instrumentos, tais como jogos interativos, tour virtual, glossários).*

Tal funcionalidade é uma das reclamadas pelos jovens em nossa pesquisa empírica. Caberá ao *Conselho Gestor de Comunicação com a Juventude* e ao *Conselho Jovem de Comunicação* a avaliação dessas implementações e a indicação das funcionalidades que

⁷⁹ Elizabeth Saad Corrêa é estrategista web e consultora de empresas, coordenadora da rede Pesquisa em Mídias Digitais e do Núcleo de Jornalismo, Mercado e Tecnologia e profª. titular do Departamento de Jornalismo e Editoração – ECA/USP. Palestra no curso de Gestão da Comunicação (ECA-USP) no segundo semestre de 2006.

deverão ser aprimoradas para a fácil compreensão do jovem para que ele utilize as ferramentas disponibilizadas no portal para exercer sua cidadania.

A seção jovem do portal contará com uma interface gráfica adequada ao público juvenil e com recursos interativos como fóruns, bate-papos e enquetes.

Os conteúdos produzidos deverão explorar a diversidade das linguagens: textos, fotos, infográficos, vídeos, animações e áudios. Para produção destes conteúdos, contar-se-á com os conselhos e os setores que dele fazem parte e com a colaboração de outros setores como a gráfica, por exemplo. Os conteúdos serão publicados pelos servidores designados do *Conselho Gestor de Comunicação com a Juventude* e de cada setor que serão capacitados pelo Departamento de Informática e Desenvolvimento Organizacional para utilizar o sistema de publicação de conteúdos descentralizado. Será estudada a possibilidade de qualquer jovem do estado de São Paulo colaborar com conteúdos que deverão ser encaminhados aos conselhos para avaliação. Deverá estar previsto no orçamento, possíveis gastos com profissionais externos (como ilustradores, por exemplo) para produção de algum conteúdo gráfico ou multimidiático que não seja possível de ser produzido internamente.

O primeiro objetivo é conquistar o interesse do internauta. Ele deverá encontrar ali, coisas que despertem seu interesse e façam sentido na sua vida. A assessoria dos especialistas em juventude e em educomunicação e a opinião e validação do *Conselho Jovem* serão muito importantes para constituir e organizar os conteúdos e o uso dos recursos disponíveis.

Na seção jovem, o usuário também encontrará tutoriais que desmistifiquem as informações e o uso dos recursos disponibilizados pelo portal. Além disso, encontrará *links* interessantes sobre protagonismo juvenil, institutos de formação dos partidos políticos e de páginas que colaborem no processo de formação cidadã.

Serão organizados eventos virtuais como fóruns e *chats* em parceria com deputados, comissões e frentes parlamentares para discutir assuntos de interesse da juventude. A seção jovem procurará estimular a participação do jovem em outros eventos virtuais não restritos ao público jovem a fim de que ele vá conquistando autonomia no universo político.

2.2.2.2. Gestão

A partir da ótica de gestão descentralizada de conteúdo, presente na concepção do portal, cada um dos setores responsáveis pelos programas de comunicação da Alesp com a juventude alimentará suas páginas com os conteúdos de sua responsabilidade.

As competências do gestor de comunicação e da secretaria do *Conselho Gestor de Comunicação com a Juventude* descritas no item 2.1. são válidas para a gestão da seção jovem do portal. Somam-se a elas, a responsabilidade de coordenar a produção e a manutenção dos conteúdos referentes ao programa de TV, proposto no item 2.2.1.

2.2.2.3. Sustentabilidade

A sustentabilidade da seção jovem dependerá da sensibilização, capacitação e compromisso de produção e publicação de conteúdo periódica dos setores representados no *Conselho Gestor de Comunicação com a Juventude*.

Outro fator importantíssimo é fazer com que o portal seja conhecido pela juventude. Para isso, deverão ser pensadas estratégias de divulgação do portal.

2.2.2.4. Viabilidade

A viabilidade do projeto está condicionalmente ligada:

- À disponibilização das ferramentas e recursos tecnológicos para publicação de conteúdo por parte da equipe de TI da Alesp;
- À capacitação de publicadores de conteúdo;
- Aos limites impostos pela infra-estrutura de rede que atualmente não suporta uma grande quantidade de usuários.

2.2.2.5. Avaliação

O programa será avaliado através:

- Das estatísticas de acesso do portal;
- De e-mails enviados pelos internautas;
- Da participação em enquetes e outros eventos virtuais promovidos no portal;
- Da participação dos jovens na colaboração de conteúdos para alimentar o portal (se for permitida sua colaboração);
- Das reuniões dos conselhos.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (org.). *Retratos da juventude brasileira*. Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania, Fundação Perseu Abramo, 2005.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia (coord.). *Juventude, juventudes o que une e o que separa*. Brasília: UNESCO, 2006.

ALVES, Luiz Roberto. Política de formação e formação política de gestores para a comunicação e a cultura. In: BACCEGA, Maria A. (org.). *Gestão de Processos Comunicacionais*. São Paulo: Atlas, 2002.

ASSEMBLÉIAS e Câmaras de SP disputam espaço. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 18 mar. 2007, p. A15.

BARBERO, Jesús Martín. Heredando el futuro. Pensar la educación desde la comunicación. In: *Nómaditas*, nº 5. Santafé de Bogotá: Fundación Universidad Central/DIUC, Septiembre de 1996.

BAQUERO, Marcello (org.). *Democracia, Juventude e Capital Social no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.

BRASIL. CAMARA DOS DEPUTADOS. *A TV Câmara é a casa de todos os brasileiros na sua casa*. Disponível em: < <http://www.camara.gov.br/internet/tvcamara/default.asp?selecao=INSTITUCIONAL>>. Acesso em: 27 mar. 2007.

BRASIL. CAMARA DOS DEPUTADOS. TV Câmara - Núcleo de Programas e Entrevistas. Câmara Ligada. *Documento interno*. Brasília: 2005.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

CALIMAN, Auro Augusto (coord.). *Legislativo Paulista: Parlamentares, 1835-2005*. 3ª ed. São Paulo: Assembléia Legislativa, 2005.

CARNEIRO, Marcelo; PEREIRA, Camila. Desonestos, insensíveis e mentirosos. *Veja*, São Paulo, edição 1993, ano 40, nº 4, p. 5431, jan. 2007.

CASTRO, Daniel. Poderes têm TVs cansativas e para iniciados. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 18 mar. 2007, p. A14.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. São Paulo: Papirus, 1995.

CHACON, Vamireh. *História do legislativo brasileiro*. Disponível em: <http://www2.interlegis.gov.br/interlegis/processo_legislativo/20050124115411/20050216163048/view?page=histri1cn.htm#E35E1>. Acesso em: 22 abr. 2007.

DANTAS, Humberto et al. Aula 2: A divisão dos poderes: os freios e contrapesos. In: *Curso de Formação Política*. São Paulo: Instituto do Legislativo Paulista. 2ª ed., 2004.

DECLARAÇÃO dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789). Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/counter/Doc_Histo/texto/Direitos_homem_cidad.html>. Acesso em 21 abr. 2007.

DIÁRIO Oficial do Estado, São Paulo, 20 abr. 2007, p.1.

ESTEVES, Luiz Carlos Gil et al. *Estar no papel: cartas dos jovens do ensino médio*. Brasília: UNESCO, INEP/MEC, 2005.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. São Paulo: Cortez, 1992.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 12ª. edição.

FORMAR. Pesquisa de Opinião sobre a Alesp. In: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. *Pesquisa de opinião para medir a percepção da população do Estado de São Paulo em relação à Alesp: Processo nº RG 6005/05*, 2005, v.3, p. 500-745.

FUNDAÇÃO SEADE. *São Paulo soma em 2005, 40 milhões de habitantes*. Disponível em: <<http://www.seade.sp.gov.br/noticias.php?opt=76&PHPSESSID=4ead42601ce76ba259712cea5ec50421>>. Acesso em: 5 maio 2006.

GOMEZ, Guillermo Orozco. Professores e meios de comunicação: desafios, estereótipos. In *Comunicação e Educação*, nº 10. São Paulo: Moderna/CCA, 1997.

GURJÃO, Olívia Maria Teixeira. *Fórum São Paulo Século XXI*. 2005. Monografia (curso de especialização em política e governo) - UNESP/ILP, São Paulo.

IBASE/PÓLIS. *Diálogo nacional para uma política pública de juventude*. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.polis.org.br/obras/arquivo_248.pdf>. Acesso em: 5 maio 2007.

IBASE/PÓLIS. *Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas. Relatório final*. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/Relatorio_Final_.pdf>. Acesso em: 16 março 2007.

KEIL, Ivete Manetzeder. Dos jovens contestadores aos jovens de hoje. Uma nova forma de participação na pólis. In: BAQUERO, Marcello (org.). *Democracia, Juventude e Capital Social no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 17.

KRAMMER, Íris. Considerações sobre o estado democrático de direito e os fundamentos da república. *Revista Jurídica "9 de julho"* - Procuradoria da Assembléia Legislativa de São Paulo, São Paulo, nº 2, jul. 2003, p. 133-142.

MAGALHÃES, Guilherme Wendel (coord.) *Parlamento Paulista 2005-2007*. São Paulo: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, Departamento de Comunicação, 2006.

AS MAIORES televisões. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 18 mar. 2007, p. A10.

MALDONADO, Maurílio. Separação dos Poderes e sistema de freios e contrapeso: desenvolvimento no Estado brasileiro. *Revista jurídica “9 de Julho, Procuradoria da Assembléia Legislativa de São Paulo*. São Paulo, n. 2, jul. 2003, p.235-256.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. John Locke e o individualismo liberal. In: WEFFORT, Francisco C. (org). *Os clássicos da política. Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, O Federalista*. 3º ed. São Paulo: Ática, 1991, v.1.

PARLAMENTO Jovem Ensino Médio 2005. *Diário Oficial Estado de São Paulo – Poder Legislativo*, São Paulo, 2005, Diário da Assembléia Legislativa – Suplemento Especial do Poder Legislativo.

SÃO PAULO (ESTADO). Assembléia Legislativa. Quem somos? O que queremos? *Informal*, nº 5, p. 6, fev. 2003.

SÃO PAULO (ESTADO). Assembléia Legislativa. *Pesquisa de opinião para medir a percepção da população do Estado de São Paulo em relação à Alesp. Processo nº RG 6005/05*, v. 3, p. 500-745, 2005a.

SÃO PAULO (ESTADO). Assembléia Legislativa. *Pré-Plano de Gestão – ALESP 2005 / 2007*. São Paulo: Assembléia Legislativa, 2005b.

SÃO PAULO (ESTADO). Assembléia Legislativa. *Consolidação do Regimento Interno*. 12ª ed. São Paulo: Assembléia Legislativa, 2005c.

SÃO PAULO (ESTADO). Assembléia Legislativa. Audiências Públicas regionalizam o Orçamento. *Parlamento Paulista*. São Paulo: dez. 2005.

SÃO PAULO (ESTADO). Assembléia Legislativa. Importância do voto. *Parlamento Paulista*, São Paulo, nº 4, p. 46-47, 2006a.

SÃO PAULO (ESTADO). Assembléia Legislativa. O Poder Legislativo. *Boletim Informativo*, São Paulo, nº 3, p. 10-11, nov. 2006.

SÃO PAULO (ESTADO). Assembléia Legislativa. *Histórico do ILP*. Disponível em: < <http://www.al.sp.gov.br/StaticFile/ilp/historico.htm>>. Acesso em: 19 maio 2007.

SÃO PAULO (ESTADO). Assembléia Legislativa. Planejamento 2007/2008. *Relatório Anual de Atividades 2006*. São Paulo: Assembléia Legislativa, abr de 2007.

SCHELLING, Vivian. *A presença do povo na cultura brasileira*. Ensaio sobre o pensamento de Mário de Andrade e Paulo Freire. Campinas: Edunicamp, 1991.

SCHAFF, Adam. *Linguagem e conhecimento*. Coimbra, Almedina, 1974.

SILVA, Benedito Ângelo da. *Legislativo Vivo*. São Paulo: Assembléia Legislativa, 1999.

SOARES, Ismar de Oliveira. Comunicação/Educação: A emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais. *Contato*, Brasília, nº 1, jan/mar. 1999, p. 41.

SOARES, Ismar de Oliveira. Gestão comunicativa e educação: caminhos da educomunicação. *Comunicação & Educação*, São Paulo, nº 23, jan-abr. 2002, p. 25.

SOARES, Ismar de Oliveira. *O projeto Educom.TV: formação on line de professores numa perspectiva educacional*. <http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/130.pdf>. Acesso em: 31 ago.2006.

SOARES, Ismar de Oliveira. *Planejamento e avaliação de projetos de comunicação*. Disponível em: <<http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/131.pdf>> Acesso em: 31 ago. 2006.

SPOSITO, Marília Pontes. *Um balanço preliminar de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas*. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br>>. Acesso em: 6 mar. 2007.

A TV Câmara é a casa de todos os brasileiros na sua casa. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/tvcamara/default.asp?selecao=INSTITUCIONAL>>. Acesso em: 27 mar. 2007.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Políticas públicas de / para / com as juventudes*. Brasília, 2004.

VIVARTA, Veet. *Remoto controle: linguagem, conteúdo e participação nos programas de televisão para adolescentes*. São Paulo: Cortez, 2004.

ANEXOS

I. Trecho da entrevista com Sônia Hernandes, em 28/4/2006, responsável pelo Parlamento Jovem, sobre a experiência dos jovens participantes do programa ao final de uma edição.

“eles entraram aqui de um jeito e saíram de outro. Eles perceberam que podem sonhar, que o sonho deles tem resposta e que não é tão difícil assim colaborar com um Estado melhor, um lugar melhor, um país melhor. Eles ficam realizados. Na cabeça deles, a Assembléia Legislativa é meio que ir pra Disney, sabe, é uma coisa tão distante, tão distante... Quando eles sobem naquela tribuna e vão defender o projeto deles, todos gaguejam, todos tremem, porque eles falam que ali, naquele momento, eles percebem a grandeza do que eles estão fazendo. (...) Eu acho que a importância do Parlamento Jovem é justamente essa, é uma semente que a Assembléia de São Paulo planta no futuro, uma sementinha de cidadania e democracia participativa. E o muito legal também, por outro lado, é que você junta 94 adolescentes que não se conheciam, cada um com uma história de vida totalmente diferente, (...) e em meia hora no hotel, eles estão super amigos, muito integrados. É uma puta de uma briga pra formar chapa pra participar da eleição da mesa diretora, é uma coisa impressionante a capacidade que eles têm de socializarem rapidamente. (...) Você vê o garoto do Colégio Porto Seguro abraçado com o menininho da escola rural, é muito legal (...). Disto tudo, fica pra eles uma experiência de vida fantástica, eles saem conhecendo outras pessoas, outras realidades, percebem que o mundinho deles é muito pequeno e que eles podem ampliar estes horizontes. (...) aí algumas pessoas me falam assim ‘ah, o que eles apresentam, vira lei?’. Não, até agora nenhum virou. Alguns deputados apóiam, apresentam projeto em cima e tal. Ano passado teve bastante deputado incentivando a molecada, aproveitando projeto, uns quatro, cinco, que eu acho bastante, porque em nenhum ano, nenhum deputado encampou as idéias da molecada. Mas também não é esse o propósito do Parlamento Jovem, não é transformar o projeto da molecada em lei, até porque a maioria é inviável, mesmo. (...) mas o grande propósito é o exercício de cidadania“.

II. Entrevista com Dr. Auro Augusto Caliman, Secretário Geral Parlamentar - 15/05/07

Gestor (G) – É porque ninguém melhor do que eles para saber o que precisam, o que eles vivenciam naqueles problemas, pois nós temos nosso olhar de adulto, de conhecedores de teorias, mas ninguém vivencia na prática, no dia-a-dia estes problemas. Será que a Assembléia está atenta a isso, está ouvindo estes jovens, está querendo ouvir estes jovens?

Dr. Auro (A) – Você acha que a Assembléia é uma instância onde os jovens podem se manifestar e decidir aquilo que é melhor para eles?

G – Penso que o importante é que eles façam parte da decisão, porque como a Assembléia é uma Casa de debates, sobre tantos assuntos, os quais depois vão se transformar em leis, em políticas públicas etc., porque também não dar ouvido ao ponto de vista da juventude?

A – Isso é muito vago: o ponto de vista da juventude. Então você quer colocar a juventude como uma instância consultiva aqui na Assembléia?

G – Também, possivelmente.

A – É que a Assembléia é uma instituição de representação política, foi isso que ficou sistematizado no mundo, praticamente, depois que se descobriu que a representação era necessária, não era possível na época a decisão direta do povo – talvez logo, logo, possa ser assim – o fato é que existe uma representação política. Esta representação política é feita também de jovens aqui.

G – O Sr. quer dizer de Deputados Jovens?

A – É.

G – Mas será que mesmo estes Deputados jovens, estão atentos a esses anseios da juventude, ou mesmo, às vezes, nós vemos que são promovidas audiências, seminários, e tantos outros eventos na Casa... Será que temos a participação da juventude nesses eventos? Será que interessa a eles, ou ainda, será que a temática abordada, mesmo sendo interessante o assunto, às vezes a maneira pela qual ela é abordada não é convidativa, clara, entendível para a maioria desses jovens?

A – Isso para mim é muito vago, eu não consigo entender o que você coloca...

G – Então, vamos, por exemplo, pensar em um meio de comunicação da Assembléia: o site da Assembléia. Sabemos que o jovem a partir de 16 anos pode votar, só que para ele votar, ele precisa ter consciência do que ele quer, ele precisa conhecer os candidatos...

A – Os candidatos que estão na Assembléia?

G – Não só na Assembléia.

A – Os que não estão na Assembléia?

G – Sim, porque na Assembléia só temos os que foram eleitos e cumprem mandato, mas a grande maioria dos candidatos está fora.

A – Eu sei, então o problema não está na Assembléia, o problema é do sistema eleitoral e, não do Poder Legislativo Estadual, é diferente.

G – É, pois a maioria da população, não só os jovens, mas muita gente da população não entende o Poder Legislativo.

A – Tudo bem...

G – Tanto é que nas eleições, se formos perguntar em quem a pessoa votou para deputado, para senador, para os cargos legislativos, dificilmente a pessoa se lembra em quem votou!

A – Você falou, agora, da população, você não falou especificamente dos jovens, então qual é a relação que tem o fato de a população não se lembrar em quem votou e o site da Assembléia, em relação aos jovens?...

G – Certo. Deixei o site um pouco de lado, mas onde quero chegar é que a população, e nela se encontram os jovens, não conhece o Poder Legislativo, não interage com ele.

A – Você parte desse pressuposto, que você já constatou...

G – Sim, a pesquisa que consultei, revela dados nos quais a maioria da população sequer sabe onde está a Assembléia, tem dúvidas sobre a função da Assembléia, não conhece o que o Deputado faz, seja a sua função, seja o seu mandato, ou as atividades do seu mandato. Há uma grande confusão. Hoje fica mais claro a população enxergar o que está acontecendo a nível Federal, no Congresso Nacional, ou a nível municipal, do que o que está acontecendo aqui na Assembléia a nível de Estado.

A – Isso é um problema do Federalismo, existe um modelo de Federação aqui no Brasil que privilegiou a União, privilegiou os Municípios e a competência dos Estados foi residual, então não vejo relação entre os jovens não conhecerem o que a Assembléia faz e o site da Assembléia ainda.

G – É que eu deixei o site de lado e comecei a falar...

A – Esse problema do federalismo é um problema que atinge não só os jovens como a população de todos os estados. E assim foi concebido o Brasil, nessa forma de federação, porque a história da Constituição da República aqui no Brasil, que é uma República Federativa, foi uma história de quem não tinha autonomia nenhuma. Eram as províncias, e de repente, por um decreto, o Decreto nº 1 de 15 de novembro de 1889, ficou estabelecido: agora o Brasil vai ser uma República. Muito diferente dos estados nos Estados Unidos que tinham autonomia e se uniram para criar uma Federação, se preservando, principalmente, de lutas externas, e estabelecendo regras comuns, principalmente as tributárias. No Brasil não foi assim. Neste modelo, existiu um pêndulo – às vezes os Estados tinham um pouco mais de autonomia, às vezes um pouco menos, mas é um pêndulo, e agora nós estamos na fase do pêndulo onde praticamente ele não tem autonomia nenhuma, teve bastante na época da chamada República Velha, agora não tem mais. Na República dos Governadores, houve a Revolução de 30, e daí para cá houve um cerceamento cada vez maior da autonomia dos Estados, culminando com a Constituição de 67, de 69, depois a Constituição de 88, que tentou restabelecer um pouco a autonomia dos Estados, mas mesmo assim, se você verificar lá a competência para legislar, esta competência é, basicamente, da União. Por exemplo, no Direito Penal, Direito Penal quem legisla no Brasil é a União, Direito Penal quem legisla na Federação norte-americana não é a União, só a União. Outro exemplo o Direito Eleitoral, lá também são os Estados, aqui não, é a União, então você tem todo um sistema que envolve o sistema eleitoral e o próprio sistema federativo que cerceia a atuação do Poder Legislativo Estadual – esta que é a verdade do meu ponto de vista, então você não tem competências pra ficar na mídia como decidindo a vida das pessoas, por ordem da competência dos estados. Mas, mesmo assim, eu entendo que as Assembléias Legislativas têm um papel importante. É que os estados já estão estruturados e aí você, praticamente, não consegue notar isso no dia-a-dia. Mas, você tem três universidades estaduais no Estado de São Paulo, quem decide pela aplicação de 9,57% do ICMS para essas universidades é o Poder Legislativo. Você tem 1% do que se arrecada em tributos, que vai para a FAPESP. É o único estado do Brasil que, praticamente, mantém uma produção de pesquisa. Quase metade da pesquisa do Brasil é feita nas três universidades, porque a FAPESP também banca isso aí. Quem aprovou esse 1% foram os constituintes estaduais, e isso se manteve. Você vê que é mantido, são praticamente 80 bilhões que a Assembléia destina para a manutenção de uma Polícia Militar que é maior que o Exército Argentino., Temos mais professores aqui no Estado de São Paulo do que juntando 10, 15, 20 Estados. Você tem saúde, são volumes muito grandes de recursos e que, simplesmente, você acaba não divulgando por intermédio da Assembléia, mas fica no dia-a-dia. Agora, não vejo a relação disto tudo com como é que o jovem decide... e esse é o problema, é a prática.

G – Sim, o Sr. falou que o papel da Assembléia fica um pouco nebuloso, então muitas pessoas não sabem que a Assembléia existe, eu mesmo, antes de começar a trabalhar aqui, desconhecia a existência da Assembléia. Eu fiz uma pesquisa, recentemente, com alguns jovens e pedi para entrarem no site da Assembléia, navegaram por 10 minutos, pedi que pesquisassem o que chamasse mais a atenção deles, que eles tentassem conhecer a Assembléia e até mesmo os direitos deles. Expliquei que todos têm necessidades e que isso pode se transformar em direitos e, quem transforma isso em direitos, a maior parte desse processo está ligado ao Poder Legislativo, então, eles se interessaram em ver como o Poder Legislativo se comunica com a população. Entramos no site, uma das coisas que eles disseram é que tudo que estava ali era muito interessante, muitas informações, só que muitas coisas eram complexas e eles não conseguiam entender o que estava sendo informado, viram muitas coisas, mas não

conseguiram entender. O que chamou a atenção deles foi, especialmente, o Parlamento Jovem, e foram pesquisar, mas ficaram decepcionados, pois no site o que se encontra do Parlamento Jovem, é, no máximo, o manual de inscrição e um breve texto sobre o que é o Parlamento Jovem. Na opinião deles poderia se ter muito mais a respeito, tanto falando do Parlamento Jovem, para que pudessem saber mais o que é esse projeto, e, ainda, uma área temática, relativa à juventude se preocupando com essa formação, onde eles pudessem ver o que a juventude está fazendo e que a participação do jovem na sociedade tem uma importância significativa e, que o Poder Legislativo reconhece isso e quer ouvir o que o jovem pensa, para transformar essas idéias em possíveis políticas públicas ou aperfeiçoar leis. Hoje em dia vemos que na grande maioria dos casos quando falamos dos jovens na TV a questão abordada é a violência, é a questão da Fundação CASA – hoje mesmo temos esse Ato a respeito da criança e do adolescente, e uma das questões é a da maioridade penal - na realidade quando eu falo do jovem, dentro das minhas pesquisas, demograficamente falando, o jovem está na faixa de 15 a 29, de 15 a 24 anos, ou seja, desde a adolescência, onde ele está se descobrindo, até a fase adulta.,Então, ele vai ficar alienado do processo? Nós falamos da questão das eleições, da etapa onde ele vai escolher o candidato, e aí eu concordo com o Senhor, é um problema do sistema eleitoral, mas como os jovens vão cobrar destas pessoas, como vão fiscalizar essas pessoas, quando muitas vezes os eleitos falam de uma maneira que não é compreensível para eles. Não há uma mediação entre esse mundo que é muito mais jurídico – das leis – e o mundo da população.

A – Feliz ou infelizmente o mundo jurídico é um mundo sistematizado, é uma ciência, e como toda ciência tem um universo vocabular específico, basicamente, existem várias funções do Poder Legislativo, mas a função de legislar pressupõe todo um sistema jurídico, um ordenamento jurídico e não temos como fugir dessa sistemática. As palavras têm “n” significados, temos que delimitar os significados para que eles sejam precisos, porque o nosso instrumento de trabalho, não são imagens, não são movimentos, o sistema de trabalho de quem legisla são as palavras, assim temos que ter precisão, e isso já é uma limitação da ferramenta. Daí você vem querer por um mundo lúdico aqui no Poder Legislativo? O mundo aqui não é lúdico, é um mundo de quem discute problemas e propõe soluções e as propostas são sempre numa linguagem jurídica, não pode ser de outra forma ainda. Eu sinto que você quer compatibilizar coisas diferentes, você diz coisas muito diferentes como: “ele não está nem aí com o que acontece” ou “depois como é que ele vai fiscalizar”, se antes você disse que nem conhecia, ou “como vai fiscalizar se necessariamente você votou em um candidato que não se elegeu”, você está usando uns chavões da mídia e não existe uma objetividade técnica no que você quer, eu não estou encontrando...

G – É, talvez eu esteja dando saltos muito grandes, na verdade eu tenho percebido que existem várias etapas nesse processo, é um processo de educação política, e é aí que eu acho necessário haver um investimento na educação política básica. Hoje temos aqui algumas ferramentas, mas que ainda considero insuficientes. Temos a visita monitorada: a escola vem aqui conhece, os jovens têm essa oportunidade de conhecer e já sair da total ignorância. Temos o Parlamento Jovem que é um salto de vivência desses jovens, pois começam a ter um contato maior com essa linguagem porque eles têm que escrever um Projeto de Lei, eles vêm ao Plenário expor suas idéias, sentem um pouco do que é ser um parlamentar e começam a entender como funciona esse sistema. No entanto, levando em conta a visita monitorada, por exemplo, percebemos que eles vêm aqui por um período de 2 horas, recebem aquela primeira pincelada, recebem um material impresso onde a própria linguagem usada, ao meu entender, nem sempre é compatível com esse público, e, ainda nem sabemos se ele vai ler este material.

A – Você estava falando de um público de 16 a 22 anos, ou de 15 a 24 anos, e acha que a linguagem não é compatível, você quer que se escreva como para eles?

G – Não, eu quero que exista uma mediação para esse público, que eles colaborem nesse processo e, assim possam avaliar...

A – O problema sabe qual é? Eu acho que você pensa assim: nós temos que facilitar, entrar na linguagem deles, mas isso é o que eu queria te dizer, na verdade, depende muito mais da vontade do jovem de querer participar da política do que você acusar o Legislativo, de que ele não proporciona meios para isso. O jovem que quer uma consciência política, que está interessado, ele encontra, só por sua curiosidade formas de se inteirar e formar sua opinião para conseguir uma consciência crítica, agora o resto, é você ficar imaginando que todo mundo tem que ser assim, a sua preocupação, às vezes, não passa nem mesmo pelas cabeças dos adultos, muitos adultos não gostam de política...

G – É, na verdade a minha intenção é que a Assembléia colabore para reverter um pouco esse quadro, é uma herança histórica nos ditados populares que religião, futebol e política não se discute. As pessoas vêem na televisão falarem tanto na corrupção e generalizam isso tudo. A intenção é proporcionar um diálogo entre a Assembléia e a juventude e, apesar da responsabilidade não ser só da Assembléia, ela tem uma boa parte de responsabilidade porque a partir do momento que se quer construir um diálogo, temos uma via de duas mãos, como o Sr. falou, de um lado tem o interesse do jovem e do outro lado tem a Assembléia que quer se comunicar com esse jovem. Eu mesmo conversando com os jovens, percebi que muitos não têm o mínimo estímulo, não existe estímulo para isso, eu fiquei com eles quatro dias e fui percebendo...

A – Você ficou com eles aonde?

G – Eu organizei um encontro durante quatro noites com alguns jovens e no decorrer desse encontro, eles foram percebendo...

A – Quantos jovens?

G – Começamos com uma média de uns 15 jovens.

A – Quinze?

G – É, porque eu estava trabalhando com uma amostragem não significativa.

A – Essa é sua intenção, de falar pelos jovens do Estado de São Paulo com 15 jovens?

G – É, eu vou explicar – quando você faz uma pesquisa com um grupo pequeno de jovens, na verdade a intenção não é extrair ali, a verdade, vamos dizer assim, uma verdade que eu possa generalizar para todos os jovens do Estado, porque não temos uma amostragem como feita na Assembléia, com 1243 entrevistas, ou feita com base nos dados do IBGE etc. O que eu estou trabalhando aqui é uma outra técnica de pesquisa de entrevista que me mostra uma tendência, a qual eu vou comparar com outros dados de outras pesquisas, onde foram entrevistados muito mais jovens, e é isso que estou fazendo. Tenho identificado se os dados que eu colhi se comparavam com as opiniões de outros dados que observei.

A – Bem, mas a pesquisa toda ela é manipulada, certo?

G – Bom podemos usar esse termo, se bem que não é esse bem o termo que eu queira falar, mas em resumo é isso, cada técnica de pesquisa você pode conduzir...mas ele expressa o que ela mostra e o que ela esconde, na verdade, quando eu adotei essa técnica, ela mostra algumas tendências que eu vou comprovar com outras pesquisas. Por exemplo, tem uma outra pesquisa conduzida pelo Instituto IBASE do Betinho, que entrevistou jovens de 9 regiões metropolitanas com milhares de entrevistas. Aí você tem uma outra base, mas mesmo assim fui comparando que mesmo ali, com esses poucos jovens, os dados se identificam com os dados nacionais. Tenho visto alguma coisa da UNESCO, do IBASE, e o que eu tenho descoberto nestas importantes pesquisas, comparado à minha, que é tão pequena, com um grupo tão pequeno, é que o jovem tem vontade de participar da vida da sociedade, só que de um outro lado existe uma apatia da parte deles, quando percebem que aquilo não vai conduzir a nada. Mas quando percebem que uma ação pode gerar algum tipo de fruto, então acabam se engajando mais – como o Sr. falou – aquele jovem que se interessa vai atrás, mas são poucos. E estes porque existe alguma coisa na história de vida pessoal deles, ou um professor, ou um pai ou parente está ligado a isso, ou um amigo ligado a um movimento social... Sabemos, porém, que a maioria não tem esse contato e a escola é deficiente nisso, ela não aborda esses assuntos, eles dizem: “na escola não vimos isso: Poder Legislativo, Executivo – são coisas que, às vezes, em Geografia ou História até estudam, em algum momento vai ser abordado, mas naquele momento ou o professor não se dedicou para ensinar ou para eles não era significativo.

A – O problema da comunicação é um problema mais amplo, eu acho, por mais que você queira se comunicar, hoje em dia, você está muito atrelado ao que os meios, ao que a mídia quer comunicar. Então hoje os nossos meios de comunicação aqui da Assembléia não conseguem concorrer com a mídia externa, por quê? Evidentemente você tem a TV, nós também temos a TV, mas a nossa TV é uma TV restrita, é uma TV a cabo ainda, talvez quando a TV ficar aberta, tenhamos um outro meio mais eficaz de comunicação. Nós temos um jornal oficial, é um Diário Oficial, enquanto você tem aí séculos de experiência e tradição de alguns jornais aqui no estado de São Paulo, por exemplo. Enfim, os meios de comunicação é que acabam fazendo com que haja a comunicação da própria Assembléia e não ela especificamente:isso daí é só você constatar, você não conhecia a Assembléia. Muitas outras pessoas não conhecem a Assembléia, porque para conhecer a Assembléia, você tem que primeiro saber como está a organização político-administrativa do Brasil, tem que saber o que é uma Federação, como é a Federação no Brasil, quais as competências do Estado-membro nessa Federação. Então, eu te garanto que o pessoal que faz Direito, faz Ciências Sociais, faz Geografia e tudo mais, esse pessoal tem um conhecimento mais efetivo do papel do Poder Legislativo, quais são os legislativos no Brasil... Agora é uma

questão de querer conhecer, é difícil, já se pensou em várias formas de se criar uma propaganda institucional do Poder Legislativo, inclusive a Câmara dos Deputados pensou alguns comerciais, vamos dizer assim, nesses grandes veículos de comunicação, mas é uma gota d'água, e aí o que acontece, infelizmente o Poder Legislativo acaba sendo inserido, por esses veículos de comunicação, dentro de um contexto que, às vezes, não corresponde à função que lhe é precípua, que é legislar. Então, eles se fixam mais não com o Legislador, mas sim com a pessoa humana que está ali, e toda pessoa humana é passível de muitos erros, e aí vai se denegrindo a imagem de tudo o mais. Então aí se faz uma associação com a política e assim por diante, você chega a conclusão de que não vale a pena assumir isso daqui porque não dá em nada. Eles não sentem, realmente, a imediatidade que você espera para que ele consiga agir, é difícil você conseguir fazer uma análise disso tudo.

G – Eu concordo realmente que os grandes meios de comunicação é que comunicam a Assembléia, porque é o que a grande população tem acesso. O Sr. assiste a TV Câmara?

A – De vez em quando eu assisto.

G – O Sr. já assistiu um programa chamado Câmara Ligada?

A – Não.

G – É um programa da TV Câmara que começou no ano passado e é voltado para os jovens. Eles fazem um programa por mês, é um programa de auditório. Eles convidam uma, duas ou três escolas de Brasília para participar da gravação, dependendo do programa, e nesse programa é abordado um tema. Participa também uma banda que tem algum tipo de ligação com o tema, um Deputado e um especialista no assunto. Durante uma hora e meia, os jovens de um certo lado se divertem, já que a música é uma linguagem universal, de um certo lado a própria música acaba educando, porque a letra não é uma letra vazia, essas bandas têm reconhecimento pelo menos regional. Além disso, eles têm contato com o especialista no assunto e também com o Deputado, que tem também maior ligação e conhecimento pelo assunto discutido. Esse é o tipo de programa que faz a mediação do Poder Legislativo com o jovem, de uma forma mais ligada à linguagem dele. Se ele não consegue pela parte escrita, por conta das limitações inerentes dele, esse contato, mas pelo menos naquela conversa, naquele diálogo ele tem o primeiro contato mais próximo com o legislador, com o parlamentar. Então a partir dali, ele pode querer conhecer mais sobre aquele parlamentar. Ao final do programa, os jovens são estimulados a usar os canais de comunicação da Câmara, como: o site, o disque Câmara pelo 0800 e outros canais. Durante o programa também são passados alguns vídeos que dão subsídio à discussão, até mesmo, nesse último, o vídeo falava sobre como funciona o Poder Legislativo Federal que se divide em duas Casas, qual a função de cada uma, e assim paulatinamente se vai conquistando um público que vai tendo mais interesse, mesmo sendo um programa de uma vez por mês. Enfim, vai se criando um processo, é o que eu falo de educação política. Abrindo oportunidades para o diálogo, o jovem vai perceber, já que a cada programa participa um Parlamentar de um partido diferente, percebem, também, se há preferência por um ou por outro, os políticos também são de Estados diferentes, houve um da Paraíba outro do Rio Grande do Sul, outro do Rio de Janeiro e assim por diante. Percebi que é uma forma de se usando o meio de comunicação que o jovem gosta, já que a maioria dos jovens assiste TV, e se ele não

gosta não tem muita opção, então mesmo que por poucas horas assistindo, ele tem esse contato. Como o Sr. falou, a nossa TV é limitada hoje, mas mesmo com essas limitações a cabo atingiria-se muito mais jovens se tivéssemos algum programa semelhante, do que os programas que temos atualmente. Na verdade, seria uma forma mais lúdica e mais dentro dessa linguagem, uma maneira de estabelecer mediações e de criar interesses estimulando essa educação, que ele possa, querendo conhecer mais, ir dando seus passos e buscando outras questões, como o curso de formação política do ILP, etc. Mas ele tem que ter essas mediações para dar esses passos iniciais de uma maneira que interesse mais a ele, assim ele pode se aprofundar. Eu garanto que quando o Sr. estudou Direito, aconteceu algo que o foi te estimulando na sua história de vida até o Sr. optar e decidir por estudar Direito. Assim, cada um de nós vamos traçando a nossa vida de acordo com os contatos que fazemos com os grupos, com os meios de comunicação etc. E nós só vamos ver assim uma população reverter esse quadro, investindo nos jovens, pois quando investimos no jovem investimos no presente e no futuro, porque teremos jovens mais qualificados que no futuro serão cidadãos mais qualificados.

A – Tudo bem, nós vamos levar em conta essas suas observações na próxima grade de programação da nossa TV Legislativa, está bom, certo?

G - Eu agradeço a sua atenção.

A – É, na verdade a gente acaba fazendo mais indagações do que ...

III. Questionário enviado por e-mail a Evelin Brisolla e revisado por Roberto Tavares

1. Quais são objetivos e metas?

O principal objetivo é a inserção do jovem nas discussões políticas. Existe um mito (criado tem torno do ex-presidente FHC quando ele participou de uma entrevista com jovens e acabou discutindo com eles) de que jovem não gosta de política e os políticos têm medo de jovem. Nossa proposta, com o *Câmara Ligada*, é quebrar este gelo. Colocar os jovens em contato direto com os políticos. Fizemos três ou quatro programas sem deputados, os primeiros, para conquistar aos poucos o nosso público, que realmente é arisco aos formatos já batidos de televisão.

2. De onde partiu a idéia?

A criação do programa é do diretor, Roberto Fernandes (Bob), que há muitos anos teve a idéia de fazer um programa de auditório para jovens. Como não tínhamos onde realizar a gravação, e o Bob era diretor da área técnica da TV, ele convenceu a direção da TV de reformar um auditório que ficava ao lado para virar estúdio. Esta obra foi feita, hoje temos um belo estúdio.

Quando a Sueli Navarro assumiu a direção da TV, ela criou o Núcleo de Programas, para dar mais agilidade e criatividade aos programas da TV, que antes ficam dispersos sem uma chefia única.

Eu fui convidada para assumir este núcleo e o Bob me chamou para fazermos o *Câmara Ligada* juntos.

Escrevemos o projeto e fomos à luta em busca de parcerias que dessem embasamento teórico ao programa. Montamos um conselho de especialistas, que você já deve ter ouvido falar, e fomos ler livros sobre o assunto. A bibliografia básica que te passei é básica mesmo. Se você vier aqui te mostro o restante. São pilhas de livros e cópias de tudo quanto é programa para jovens que analisamos.

Tentamos construir o formato do programa como uma resposta às críticas dos especialistas do livro da Andi (Remoto Controle) e às nossas críticas ao que vimos nos programas.

3. Existe projeto semelhante no Brasil ou fora dele?

Não temos conhecimento de nenhum.

4. Como foi o processo de elaboração, apresentação, produção/operacionalização do projeto? e quem foram/são os responsáveis/sujeitos?

O núcleo que trabalha com este programa é bem reduzido. Somos o Bob, que faz a pesquisa, localiza as bandas que falam sobre temas relevantes, faz algumas reportagens e edita a reportagem, eu, três produtoras que se envolvem com outros produtos da TV paralelamente (Cláudia Brisolla, Shirley e Isabele) e uma repórter em tempo parcial (Ana Chalub).

Os contatos com parceiros foram feitos por mim e o Bob, sempre com o apoio da direção da TV (Sueli Navarro e Frederico Campos)

5. Qual o envolvimento dos deputados e dos jovens no projeto?

Os jovens se envolveram com o projeto da mesma forma que os especialistas. Fizemos uma pesquisa de opinião em escolas públicas e particulares do Distrito Federal para saber que tipo de conteúdo atrairia nossa audiência, que tipo de música e tal. Foram cerca de 600 entrevistados e esta pesquisa foi conduzida pela Shirley.

A partir daí, identificamos uns 15 jovens que passaram a integrar o conselho jovem do Câmara Ligada.

Foram diversas reuniões ao longo de dois anos até que chegássemos a um formato.

Os deputados não participaram do processo de criação. São convidados para participar do programa.

6. Quais foram os entraves/dificuldades encontrados no caminho?

As dificuldades são muitas e constantes. Não temos patrocínio para o programa que banque a parte mais cara, que são as passagens aéreas. Hoje contamos com o Sesc para o aluguel da iluminação de show, a confecção de camisetas e *squeezes* que são distribuídos para os alunos que participam das gravações, e camisetas para a equipe técnica (assim ficam todos de preto e não poluem o cenário).

Logo no primeiro programa nossa equipe foi vítima de assalto à mão armada em Porto Alegre, roubaram o equipamento com as fitas do trabalho realizado. O Bob teve que fazer tudo de novo, com equipamento emprestado pela TV Assembléia de Porto Alegre.

7. Quais as ferramentas de avaliação dos programas?

Hoje, nossas ferramentas de avaliação são os dois conselhos de apoio (especialistas e jovens) e os muitos e-mails que chegam à redação. O retorno tem sido muito bom.

8. Qual a receptividade por parte dos jovens e dos deputados?

As deputadas que participaram até agora, Marina Magessi e Manuela D'Ávila adoraram. Os jovens escrevem um texto de avaliação que é entregue à escola e o retorno também tem sido muito bom. Podemos te mandar cópia.

9. Quais os resultados?

O *Câmara Ligada* está atingindo seu objetivo, os jovens têm falado de questões importantes para a sociedade em geral e em especial para o mundo político. O formato do programa, com as letras das bandas fazendo a costura com o tema, é muito bom e deixa o programa leve. O que nos surpreende é como eles vêm até aqui dispostos a participar, bem preparados, com opiniões próprias (são jovens da periferia, em geral).

10. Qual o público estimado que tem assistido aos programas (região, idade, quantidade)?

A TV Câmara não faz pesquisa de opinião, ainda, e por isto não temos retorno absoluto de nossa audiência.

O sinal da TV Câmara é hoje transmitido, por imposição da Lei nº 8.977/95, pelos operadores de TV a cabo, por acordo, pelos operadores de televisão por assinatura via satélite DTH, e pelos satélites captados via antena parabólica. A cobertura aberta e *satelital* é estimada entre 10 e 16 milhões de antenas. Dessa forma, a penetração do sinal da TV Câmara gira em torno de 10% das residências brasileiras. Somente em Brasília o sinal da TV Câmara é aberto (UHF – canal 27).

Além disto, somam-se 15 TV's parceiras que transmitem o programa. Posso te mandar a lista completa.

11. O que pode ser melhorado?

Ainda estamos em busca de patrocínio para desonerar a Câmara dos Deputados. Vamos investir em um novo cenário.

12. Qual a periodicidade planejada de programas (um por mês)?

A periodicidade perseguida é a mensal, mas alguns problemas não nos têm permitido cumpri-la.

13. Quanto já foi investido?

Temos todos os custos orçados mas precisaria de mais tempo para consultar a produtora responsável. O Bob está trabalhando em uma proposta para um possível patrocinador então teremos um valor mais exato.

IV. Modelos de questionários usado no campo com a juventude
--

Pesquisa sobre a comunicação entre o Poder Legislativo e as Juventudes

Gestor: Jair Pires de Borba Junior

SOBRE VOCÊ

01. sexo: ☐ M ☐ F

02. idade: _____ anos

03. escolaridade

- ☐ não alfabetizado
- ☐ ensino fundamental incompleto
- ☐ ensino fundamental completo
- ☐ ensino médio incompleto
- ☐ ensino médio completo
- ☐ ensino superior incompleto
- ☐ ensino superior completo

04. renda familiar

- ☐ menos de 1 salário
- ☐ 1 a 3 salários mínimos
- ☐ 4 a 6 salários mínimos
- ☐ 7 a 10 salários mínimos
- ☐ 11 salários mínimos ou mais
- ☐ não possui renda
- ☐ não sei

05. bairro em que mora: _____

06. cidade em que mora: _____

Data: ____/____/2007

**SOBRE A SUA RELAÇÃO
COM A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

01. você já visitou a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo?

() sim () não

02. você já participou, conhece ou já ouviu falar do Parlamento Jovem Paulista?

() sim () não

03. você já entrou no site da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo?

() sim () não

04. você já assistiu a TV Assembléia (TV Alesp)?

() sim () não

05. você já assistiu ou participou de algum evento (sessão, audiência, seminário, palestra etc) na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo?

() sim () não

06. Quais seriam os dias/horários livres, mais prováveis, que você tem para participar de atividades na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo?

() segunda a sexta → () manhã () tarde () noite

() sábado e domingo → () manhã () tarde () noite

() não tenho livre nenhum horário

() outra opção: _____

07. Marque com um X o quanto concorda ou discorda dos motivos abaixo que IMPEDEM, DIFICULTAM OU DESMOTIVAM você de acompanhar, cobrar e fiscalizar a ação dos deputados e de participar de atividades na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

	NADA A VER! (discordo totalmente)	Discordo parcialmente	Concordo parcialmente	É ISSO AÍ! (concordo totalmente)
não sei o que é a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo				
não sei onde fica a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo				
é muito longe				
a opinião do jovem não é levada a sério,				

	NADA A VER! (discordo totalmente)	Discordo parcialmente	Concordo parcialmente	É ISSO AÍ! (concordo totalmente)
não influencia nas decisões				
não há espaço para o jovem perguntar ou falar o que pensa				
é muita teoria e pouca prática				
a política é uma coisa suja				
ninguém me incentiva				
acontecem em dias e horários em que estou estudando ou trabalhando				
não fico sabendo, nunca fui convidado				
falta dinheiro para o transporte (condução)				
os assuntos discutidos não despertam meu interesse				
os assuntos discutidos são interessantes, mas eu não entendo nada				
não tenho nada a contribuir				
não me interessa por questões públicas, sou individualista				
não gosto de política				
a política é uma coisa muito complicada, eu não entendo				
Não tenho TV a cabo				
Não tenho como acessar a Internet				

outros motivos. Quais? _____

08. Você votou em 2006?

() sim () não

09. Escreva o nome de quem você votou para Deputado Estadual?

Data: ____/____/2007

V. Planilhas da Pesquisa de Opinião sobre a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Pesquisa de Campo - Análise Geral - Idade x Escolaridade

escolaridade	16 e 17 anos		18 a 24 anos		25 a 34 anos		35 a 44 anos		45 a 59 anos		60 anos ou mais		total	
analfabeto	2,17%	1	0,86%	2	1,72%	5	3,10%	8	1,79%	5	8,03%	11	2,57%	32
1o. grau incompleto	28,26%	13	9,91%	23	16,84%	49	17,83%	46	25,45%	71	34,31%	47	20,03%	249
1o. grau completo	19,57%	9	13,36%	31	17,87%	52	22,87%	59	26,16%	73	30,66%	42	21,40%	266
2o. grau incompleto	28,26%	13	11,64%	27	9,97%	29	6,20%	16	8,60%	24	2,92%	4	9,09%	113
2o. grau completo	15,22%	7	56,47%	131	42,61%	124	39,92%	103	26,16%	73	16,79%	23	37,09%	461
superior incompleto	4,35%	2	6,03%	14	6,19%	18	5,04%	13	5,38%	15	0,00%	0	4,99%	62
superior completo ou mais	2,17%	1	1,72%	4	4,81%	14	5,04%	13	6,45%	18	7,30%	10	4,83%	60
total	100%	46	100%	232	100%	291	100%	258	100%	279	100%	137	100%	1243

universo (entrevistas)

1243

Pesquisa de Campo - Análise Geral - Escolaridade x Idade

escolaridade	analfabeto		1o. grau incompleto		1o. grau completo		2o. grau incompleto		2o. grau completo		superior incompleto		superior completo ou mais		total	
16 e 17 anos	3,13%	1	5,22%	13	3,38%	9	11,50%	13	1,52%	7	3,23%	2	1,67%	1	3,70%	46
18 a 24 anos	6,25%	2	9,24%	23	11,65%	31	23,89%	27	28,42%	131	22,58%	14	6,67%	4	18,66%	232
25 a 34 anos	15,63%	5	19,68%	49	19,55%	52	25,66%	29	26,90%	124	29,03%	18	23,33%	14	23,41%	291
35 a 44 anos	25,00%	8	18,47%	46	22,18%	59	14,16%	16	22,34%	103	20,97%	13	21,67%	13	20,76%	258
45 a 59 anos	15,63%	5	28,51%	71	27,44%	73	21,24%	24	15,84%	73	24,19%	15	30,00%	18	22,45%	279
60 anos ou mais	34,38%	1	18,88%	47	15,79%	42	3,54%	4	4,99%	23	0,00%	0	16,67%	10	11,02%	137
total	100%	3	100%	249	100%	266	100%	113	100%	461	100%	62	100%	60	100%	1243

universo (entrevistas)

1243

Pesquisa de Campo - Análise Geral - Idade x Sexo

escolaridade	16 e 17 anos		18 a 24 anos		25 a 34 anos		35 a 44 anos		45 a 59 anos		60 anos ou mais		total	
sexo masc.	47,83%	22	50,43%	117	50,52%	147	48,45%	125	51,61%	144	51,82%	71	50,36%	626
sexo fem.	52,17%	24	49,57%	115	49,48%	144	51,55%	133	48,39%	135	48,18%	66	49,64%	617
total	100%	46	100%	232	100%	291	100%	258	100%	279	100%	137	100%	1243

universo (entrevistas) 1243

Pesquisa de Campo - Análise Geral - Sexo x Idade

escolaridade	sexo masc.		sexo fem.		total	
16 e 17 anos	3,51%	22	3,89%	24	3,70%	46
18 a 24 anos	18,69%	117	18,64%	115	18,66%	232
25 a 34 anos	23,48%	147	23,34%	144	23,41%	291
35 a 44 anos	19,97%	125	21,56%	133	20,76%	258
45 a 59 anos	23,00%	144	21,88%	135	22,45%	279
60 anos ou mais	11,34%	71	10,70%	66	11,02%	137
total	100%	626	100%	617	100%	1243

universo (entrevistas) 1243

Pesquisa de Campo - Análise Geral - Renda x Idade

escolaridade	1 a 3 s.m.		4 a 6 s.m.		7 a 10 s.m.		11 s.m. ou mais		não possui renda		total	
16 e 17 anos	3,49%	30	2,19%	4	3,45%	1	0,00%	0	6,92%	11	3,70%	46
18 a 24 anos	20,47%	176	10,93%	20	6,90%	2	8,33%	1	20,75%	33	18,66%	232
25 a 34 anos	24,77%	213	20,77%	38	17,24%	5	16,67%	2	20,75%	33	23,41%	291
35 a 44 anos	21,05%	181	25,68%	47	17,24%	5	33,33%	4	13,21%	21	20,76%	258
45 a 59 anos	20,12%	173	29,51%	54	44,83%	13	8,33%	1	23,90%	38	22,45%	279
60 anos ou mais	10,12%	87	10,93%	20	10,34%	3	33,33%	4	14,47%	23	11,02%	137
total	100%	860	100%	183	100%	29	100%	12	100%	159	100%	1243

universo (entrevistas) 1243

Pesquisa de Campo - Análise Geral - Idade x Renda

escolaridade	16 e 17 anos		18 a 24 anos		25 a 34 anos		35 a 44 anos		45 a 59 anos		60 anos ou mais		total	
1 a 3 s.m.	65,22%	30	75,86%	176	73,20%	213	70,16%	181	62,01%	173	63,50%	87	69,19%	860
4 a 6 s.m.	8,70%	4	8,62%	20	13,06%	38	18,22%	47	19,35%	54	14,60%	20	14,72%	183
7 a 10 s.m.	2,17%	1	0,86%	2	1,72%	5	1,94%	5	4,66%	13	2,19%	3	2,33%	29
11 s.m. ou mais	0,00%	0	0,43%	1	0,69%	2	1,55%	4	0,36%	1	2,92%	4	0,97%	12
não possui renda	23,91%	11	14,22%	33	11,34%	33	8,14%	21	13,62%	38	16,79%	23	12,79%	159
total	100%	46	100%	232	100%	291	100%	258	100%	279	100%	137	100%	1243

universo (entrevistas) 1243

5.1. Sobre a Alesp e os deputados estaduais

q.03 - A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo está localizada:

opções	16 e 17 anos		18 a 24 anos		25 a 34 anos		35 a 44 anos		45 a 59 anos		60 anos ou mais		total	
Em São Paulo	54,35%	25	52,16%	121	51,89%	151	58,53%	151	67,74%	189	58,39%	80	57,68%	717
Em Brasília	21,74%	10	26,72%	62	29,90%	87	25,58%	66	18,28%	51	18,98%	26	24,30%	302
Outro lugar	2,17%	1	0,00%	0	0,34%	1	0,78%	2	1,08%	3	0,73%	1	0,64%	8
não souberam responder	21,74%	10	21,12%	49	17,87%	52	15,12%	39	12,90%	36	21,90%	30	17,38%	216
total	100%	46	100%	232	100%	291	100%	258	100%	279	100%	137	100%	1243

universo (entrevistas) 1070

Obs.: a pergunta apresenta a possibilidade de respostas múltiplas, por isso, verificaremos que haverá um estouro da barra, e os números que aparecem à frente das indicações correspondem ao número de respostas dadas.

q.04 - Se respondeu em São Paulo, onde?

opções	16 e 17 anos		18 a 24 anos		25 a 34 anos		35 a 44 anos		45 a 59 anos		60 anos ou mais		total	
não souberam	92,00%	23	84,30%	102	75,50%	114	68,21%	103	59,26%	112	53,75%	43	69,32%	497
Centro	4,00%	1	4,96%	6	10,60%	16	9,93%	15	6,35%	12	7,50%	6	7,81%	56
Ibirapuera	0,00%	0	5,79%	7	11,26%	17	17,88%	27	24,87%	47	28,75%	23	16,88%	121
Viaduto José Paulino	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	1,25%	1	0,14%	1
Morumbi	0,00%	0	0,83%	1	0,66%	1	0,66%	1	3,17%	6	1,25%	1	1,39%	10
Rua Treze de Maio	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,66%	1	0,00%	0	0,00%	0	0,14%	1
Lapa	0,00%	0	0,83%	1	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,14%	1
Palácio do Governo	0,00%	0	0,83%	1	0,00%	0	0,66%	1	1,59%	3	0,00%	0	0,70%	5
Guarulhos	4,00%	1	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,14%	1
Ipiranga	0,00%	0	1,65%	2	0,66%	1	0,00%	0	0,53%	1	1,25%	1	0,70%	5
Campos Elíseos	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	1,25%	1	0,14%	1
Próx. ao viaduto do Chá	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,66%	1	0,00%	0	0,00%	0	0,14%	1
av. 9 de Julho	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,53%	1	0,00%	0	0,14%	1
b. Liberdade	0,00%	0	0,00%	0	0,66%	1	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,14%	1
Praça dos Bandeirantes	0,00%	0	0,83%	1	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,14%	1
Praça da República	0,00%	0	0,00%	0	0,66%	1	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,14%	1
Pinheiros	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,53%	1	0,00%	0	0,14%	1
Cidade de Deus	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,53%	1	0,00%	0	0,14%	1
Prefeitura	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	1,06%	2	0,00%	0	0,28%	2
Viaduto Maria Paula	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,66%	1	1,06%	2	1,25%	1	0,56%	4
Dom Pedro	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	2,50%	2	0,28%	2
Praça da Sé	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,66%	1	0,53%	1	1,25%	1	0,42%	3
total	100%	25	100%	121	100%	151	100%	151	100%	189	100%	80	100%	717

universo (entrevistas)

717

q.05 - Desta relação de itens, qual ou quais dizem respeito à tarefa da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo? (usamos cartões)

opções	16 e 17 anos		18 a 24 anos		25 a 34 anos		35 a 44 anos		45 a 59 anos		60 anos ou mais		total	
fazer leis para o Estado de São Paulo	36,84%	21	30,67%	100	32,19%	141	36,39%	139	34,62%	135	28,06%	55	33,04%	591
fazer leis municipais	8,77%	5	6,13%	20	5,71%	25	7,07%	27	7,44%	29	7,65%	15	6,76%	121
fiscalizar as ações do Governo Estadual	10,53%	6	13,19%	43	16,21%	71	12,30%	47	20,51%	80	20,41%	40	16,04%	287
votar projetos de lei do governador	10,53%	6	14,11%	46	13,01%	57	13,87%	53	12,05%	47	11,22%	22	12,91%	231
fazer leis para todo o Brasil	17,54%	10	15,95%	52	11,19%	49	12,83%	49	10,77%	42	10,71%	21	12,47%	223
Fiscalizar as ações do Governo Federal	3,51%	2	4,60%	15	6,39%	28	4,71%	18	3,85%	15	4,59%	9	4,86%	87
fiscalizar as ações dos Governos Municipais	3,51%	2	8,28%	27	8,68%	38	6,28%	24	5,64%	22	5,61%	11	6,93%	124
não fazem nada	0,00%	0	0,31%	1	0,46%	2	0,52%	2	0,26%	1	1,53%	3	0,50%	9
não souberam responder	8,77%	5	6,75%	22	6,16%	27	6,02%	23	4,87%	19	10,20%	20	6,48%	116
total	100%	57	100%	326	100%	438	100%	382	100%	390	100%	196	100%	1789

universo (entrevistas)

1243

Obs.: a pergunta apresenta a possibilidade de respostas múltiplas, por isso, verificaremos que haverá um estouro da barra, e os números que aparecem à frente das indicações correspondem ao número de respostas dadas.

q.06 - A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo tem:

opções	16 e 17 anos		18 a 24 anos		25 a 34 anos		35 a 44 anos		45 a 59 anos		60 anos ou mais		total	
menos de 50 deputados	15,22%	7	10,78%	25	4,81%	14	6,98%	18	6,09%	17	5,84%	8	7,16%	89
de 50 a 100 deputados	28,26%	13	28,88%	67	35,05%	102	29,84%	77	27,96%	78	31,39%	43	30,57%	380
mais de 100 deputados	30,43%	14	29,74%	69	31,62%	92	31,01%	80	31,54%	88	27,74%	38	30,65%	381
mais de 200 deputados	19,57%	9	20,26%	47	19,59%	57	20,93%	54	21,15%	59	21,17%	29	20,51%	255
não souberam responder	6,52%	3	10,34%	24	8,93%	26	11,24%	29	13,26%	37	13,87%	19	11,10%	138
total	100%	46	100%	232	100%	291	100%	258	100%	279	100%	137	100%	1243

universo (entrevistas)

1243

q.08 - Você poderia citar uma ou mais ações realizadas pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo?

opções	16 e 17 anos		18 a 24 anos		25 a 34 anos		35 a 44 anos		45 a 59 anos		60 anos ou mais		total	
não souberam responder	95,65%	44	96,55%	224	94,50%	275	93,02%	240	92,83%	259	95,62%	131	94,37%	1173
CPI/mensalão	0,00%	0	1,29%	3	2,41%	7	4,65%	12	2,51%	7	1,46%	2	2,49%	31
fazer leis	4,35%	2	2,16%	5	3,09%	9	2,33%	6	4,66%	13	2,92%	4	3,14%	39
total	100%	46	100%	232	100%	291	100%	258	100%	279	100%	137	100%	1243

universo (entrevistas) 1243

q.15 - Você sabe o que faz um Deputado Estadual?

opções	16 e 17 anos		18 a 24 anos		25 a 34 anos		35 a 44 anos		45 a 59 anos		60 anos ou mais		total	
sim	30,43%	14	36,21%	84	37,11%	108	47,67%	123	53,41%	149	59,12%	81	44,97%	559
não	69,57%	32	63,79%	148	62,89%	183	52,33%	135	46,59%	130	40,88%	56	55,03%	684
total	100%	46	100%	232	100%	291	100%	258	100%	279	100%	137	100%	1243

universo (entrevistas) 1243

q.16 - Para quem disse sim. O que?

opções	16 e 17 anos		18 a 24 anos		25 a 34 anos		35 a 44 anos		45 a 59 anos		60 anos ou mais		total	
trabalhar para o Estado	21,43%	3	15,48%	13	7,41%	8	13,82%	17	13,42%	20	14,81%	12	13,06%	73
aprovar leis	0,00%	0	9,52%	8	9,26%	10	6,50%	8	12,75%	19	6,17%	5	8,94%	50
fazer leis	28,57%	4	29,76%	25	30,56%	33	37,40%	46	43,62%	65	27,16%	22	34,88%	195
não souberam responder	14,29%	2	7,14%	6	3,70%	4	19,51%	24	14,09%	21	11,11%	9	11,81%	66
outros	35,71%	5	38,10%	32	49,07%	53	22,76%	28	16,11%	24	40,74%	33	31,31%	175
total	100%	14	100%	84	100%	108	100%	123	100%	149	100%	81	100%	559

universo (entrevistas) 559

5.2. Sobre a comunicação da instituição e dos deputados com a população

q.01 - Em relação à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, você ouviu falar:

opções	16 e 17 anos		18 a 24 anos		25 a 34 anos		35 a 44 anos		45 a 59 anos		60 anos ou mais		total	
com muita frequência	10,87%	5	8,19%	19	10,65%	31	8,91%	23	17,20%	48	13,14%	18	11,58%	144
com pouca frequência	67,39%	31	68,97%	160	64,26%	187	68,22%	176	56,27%	157	54,74%	75	63,23%	786
com frequência	4,35%	2	9,48%	22	11,68%	34	11,63%	30	11,47%	32	14,60%	20	11,26%	140
nunca ouço falar	17,39%	8	12,50%	29	13,40%	39	10,85%	28	14,70%	41	17,52%	24	13,60%	169
não souberam responder	0,00%	0	0,86%	2	0,00%	0	0,39%	1	0,36%	1	0,00%	0	0,32%	4
total	100%	46	100%	232	100%	291	100%	258	100%	279	100%	137	100%	1243

universo (entrevistas) 1243

q.02 - Você tomou conhecimento da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo por meio de:

opções	16 e 17 anos		18 a 24 anos		25 a 34 anos		35 a 44 anos		45 a 59 anos		60 anos ou mais		total	
amigos ou parentes	7,69%	3	10,68%	22	8,24%	22	8,33%	20	9,45%	24	4,24%	5	8,54%	96
políticos de sua cidade	5,13%	2	6,80%	14	3,37%	9	5,83%	14	8,27%	21	11,86%	14	6,58%	74
eventos promovidos pela ALESP.	2,56%	1	2,91%	6	2,62%	7	0,42%	1	3,15%	8	1,69%	2	2,22%	25
meios de comunicação	84,62%	33	77,67%	160	84,27%	225	83,33%	200	77,56%	197	81,36%	96	81,05%	911
não souberam responder	0,00%	0	1,94%	4	1,50%	4	2,08%	5	1,57%	4	0,85%	1	1,60%	18
total	100%	39	100%	206	100%	267	100%	240	100%	254	100%	118	100%	1124

universo (entrevistas) 1070

Obs.: a pergunta apresenta a possibilidade de respostas múltiplas, por isso, verificaremos que haverá um estouro da barra, e os números que aparecem à frente das indicações correspondem ao número de respostas dadas.

q.07 - Em relação ao trabalho da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, você está:

opções	16 e 17 anos		18 a 24 anos		25 a 34 anos		35 a 44 anos		45 a 59 anos		60 anos ou mais		total	
muito informado	2,17%	1	0,86%	2	2,75%	8	4,26%	11	8,60%	24	5,11%	7	4,26%	53
pouco informado	58,70%	27	55,17%	128	59,11%	172	60,85%	157	64,52%	180	65,69%	90	60,66%	754
nada informado	36,96%	17	42,67%	99	35,05%	102	34,11%	88	24,73%	69	26,28%	36	33,07%	411
não souberam responder	2,17%	1	1,29%	3	3,09%	9	0,78%	2	2,15%	6	2,92%	4	2,01%	25
total	100%	46	100%	232	100%	291	100%	258	100%	279	100%	137	100%	1243

universo (entrevistas) 1243

q.09 - Dentre os meios de comunicação da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, qual ou quais você conhece?

opções	16 e 17 anos		18 a 24 anos		25 a 34 anos		35 a 44 anos		45 a 59 anos		60 anos ou mais		total	
Diário da Assembléia	2,17%	1	8,09%	19	4,97%	15	4,23%	11	5,99%	17	3,62%	5	5,38%	68
Portal da Internet	10,87%	5	10,21%	24	5,63%	17	6,15%	16	4,93%	14	2,90%	4	6,32%	80
Panfletos	30,43%	14	17,45%	41	13,25%	40	10,77%	28	14,08%	40	13,77%	19	14,39%	182
TV Assembléia	13,04%	6	13,62%	32	19,54%	59	23,46%	61	26,76%	76	22,46%	31	20,95%	265
Nenhum	8,70%	4	18,72%	44	17,55%	53	16,92%	44	19,37%	55	16,67%	23	17,63%	223
não souberam responder	34,78%	16	31,91%	75	39,07%	118	38,46%	100	28,87%	82	40,58%	56	35,34%	447
total	100%	46	100%	235	100%	302	100%	260	100%	284	100%	138	100%	1265

universo (entrevistas) 1243

Obs.: a pergunta apresenta a possibilidade de respostas múltiplas, por isso, verificaremos que haverá um estouro da barra, e os números que aparecem à frente das indicações correspondem ao número de respostas dadas.

**q.10 - Qual é o meio de comunicação de sua preferência para receber informações da
Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo?**

opções	16 e 17 anos		18 a 24 anos		25 a 34 anos		35 a 44 anos		45 a 59 anos		60 anos ou mais		total	
Jornal	22,45%	11	23,97%	64	19,83%	70	23,32%	73	17,86%	60	19,51%	32	20,92%	310
Internet	14,29%	7	11,24%	30	9,35%	33	5,11%	16	8,63%	29	1,83%	3	7,96%	118
revista	6,12%	3	5,62%	15	3,68%	13	4,47%	14	4,46%	15	3,05%	5	4,39%	65
outdoor	2,04%	1	1,50%	4	1,13%	4	0,96%	3	0,60%	2	0,00%	0	0,94%	14
mala direta	0,00%	0	1,87%	5	1,98%	7	2,88%	9	3,57%	12	3,66%	6	2,63%	39
rádio	6,12%	3	7,87%	21	8,22%	29	12,78%	40	10,71%	36	14,63%	24	10,32%	153
TV	32,65%	16	38,58%	103	42,49%	150	38,34%	120	44,64%	150	39,63%	65	40,76%	604
reuniões	0,00%	0	0,75%	2	0,28%	1	0,00%	0	0,60%	2	1,22%	2	0,47%	7
não quero receber	8,16%	4	6,37%	17	9,92%	35	9,27%	29	6,25%	21	7,32%	12	7,96%	118
não respondeu	8,16%	4	2,25%	6	3,12%	11	2,88%	9	2,68%	9	9,15%	15	3,64%	54
total	100%	49	100%	267	100%	353	100%	313	100%	336	100%	164	100%	1482

universo (entrevistas) 1243

Obs.: a pergunta apresenta a possibilidade de respostas múltiplas, por isso, verificaremos que haverá um estouro da barra, e os números que aparecem à frente das indicações correspondem ao número de respostas dadas.

**q.18 - Pensando sobre as ações do Deputado que você conhece, você está informado sobre o
trabalho dele?**

opções	16 e 17 anos		18 a 24 anos		25 a 34 anos		35 a 44 anos		45 a 59 anos		60 anos ou mais		total	
sim	19,05%	4	20,77%	27	25,63%	41	28,99%	49	28,00%	56	33,33%	34	26,98%	211
não	80,95%	17	79,23%	103	74,38%	119	71,01%	120	72,00%	144	66,67%	68	73,02%	571
total	100%	21	100%	130	100%	160	100%	169	100%	200	100%	102	100%	782

universo (entrevistas) 782

q.19 - O que você acha que falta para que os Deputados se comuniquem com o povo?

Opções	16 e 17 anos		18 a 24 anos		25 a 34 anos		35 a 44 anos		45 a 59 anos		60 anos ou mais		total	
não souberam	36,96%	17	26,72%	62	23,02%	67	20,93%	54	18,28%	51	24,09%	33	22,85%	284
contato com a população	19,57%	9	25,43%	59	26,80%	78	33,33%	86	37,28%	104	34,31%	47	30,81%	383
aparecer mais na mídia	4,35%	2	11,64%	27	9,62%	28	11,63%	30	7,17%	20	7,30%	10	9,41%	117
prestação de contas	4,35%	2	5,17%	12	9,28%	27	8,53%	22	11,11%	31	10,95%	15	8,77%	109
honestidade/boa vontade	8,70%	4	9,48%	22	10,65%	31	8,91%	23	7,89%	22	7,30%	10	9,01%	112
outros	26,09%	12	21,55%	50	20,62%	60	16,67%	43	18,28%	51	16,06%	22	19,15%	238
total	100%	46	100%	232	100%	291	100%	258	100%	279	100%	137	100%	1243

universo (entrevistas)

1243

q.20 - Você toma conhecimento do trabalho dos Deputados, por meio de:

opções	16 e 17 anos		18 a 24 anos		25 a 34 anos		35 a 44 anos		45 a 59 anos		60 anos ou mais		total	
TV	57,69%	30	63,18%	163	61,19%	216	58,86%	196	58,43%	208	55,43%	97	59,59%	910
rádio	7,69%	4	6,20%	16	10,20%	36	14,41%	48	16,57%	59	13,71%	24	12,25%	187
jornal	15,38%	8	13,95%	36	15,30%	54	15,92%	53	14,33%	51	17,71%	31	15,26%	233
panfletos	5,77%	3	6,20%	16	3,97%	14	3,60%	12	3,37%	12	1,71%	3	3,93%	60
reuniões	0,00%	0	1,16%	3	1,70%	6	0,90%	3	1,69%	6	0,57%	1	1,24%	19
internet	0,00%	0	3,49%	9	3,68%	13	1,80%	6	1,40%	5	0,57%	1	2,23%	34
nenhum	0,00%	0	1,55%	4	1,70%	6	1,20%	4	1,12%	4	1,71%	3	1,38%	21
não souberam responder	13,46%	7	4,26%	11	2,27%	8	3,30%	11	3,09%	11	8,57%	15	4,13%	63
total	100%	52	100%	258	100%	353	100%	333	100%	356	100%	175	100%	1527

universo (entrevistas)

1243

Obs.: a pergunta apresenta a possibilidade de respostas múltiplas, por isso, verificaremos que haverá um estouro da barra, e os números que aparecem à frente das indicações correspondem ao número de respostas dadas.

q.21 - Você tem TV a Cabo em sua casa?

opções	16 e 17 anos		18 a 24 anos		25 a 34 anos		35 a 44 anos		45 a 59 anos		60 anos ou mais		total	
sim	34,78%	16	21,12%	49	21,65%	63	15,89%	41	20,43%	57	15,33%	21	19,87%	247
não	65,22%	30	78,88%	183	78,35%	228	84,11%	217	79,57%	222	84,67%	116	80,13%	996
total	100%	46	100%	232	100%	291	100%	258	100%	279	100%	137	100%	1243

universo (entrevistas) 1243

q.22 - Que canal legislativo de TV você assiste com mais frequência:

opções	16 e 17 anos		18 a 24 anos		25 a 34 anos		35 a 44 anos		45 a 59 anos		60 anos ou mais		total	
TV Senado	11,76%	2	9,62%	5	25,68%	19	28,00%	14	22,54%	16	25,93%	7	21,65%	63
TV Câmara	5,88%	1	21,15%	11	24,32%	18	16,00%	8	22,54%	16	18,52%	5	20,27%	59
TV Assembléia	11,76%	2	15,38%	8	14,86%	11	10,00%	5	22,54%	16	29,63%	8	17,18%	50
Nunca assisti	70,59%	12	48,08%	25	33,78%	25	40,00%	20	26,76%	19	25,93%	7	37,11%	108
não souberam responder	0,00%	0	5,77%	3	1,35%	1	6,00%	3	5,63%	4	0,00%	0	3,78%	11
total	100%	17	100%	52	100%	74	100%	50	100%	71	100%	27	100%	291

universo (entrevistas) 247

q.23 - De qual ou quais destes programas da TV Assembléia você já ouviu falar?

opções	16 e 17 anos		18 a 24 anos		25 a 34 anos		35 a 44 anos		45 a 59 anos		60 anos ou mais		total	
Jornal da Assembléia	6,25%	1	19,23%	10	15,94%	11	12,77%	6	25,00%	18	25,00%	6	18,57%	52
Assembléia Debate	6,25%	1	1,92%	1	13,04%	9	17,02%	8	11,11%	8	20,83%	5	11,43%	32
Arena Livre	12,50%	2	17,31%	9	13,04%	9	23,40%	11	13,89%	10	16,67%	4	16,07%	45
Frente e Verso	0,00%	0	3,85%	2	4,35%	3	6,38%	3	6,94%	5	0,00%	0	4,64%	13
nenhum deles	62,50%	10	55,77%	29	50,72%	35	34,04%	16	38,89%	28	20,83%	5	43,93%	123
não souberam responder	12,50%	2	1,92%	1	2,90%	2	6,38%	3	4,17%	3	16,67%	4	5,36%	15
total	100%	16	100%	52	100%	69	100%	47	100%	72	100%	24	100%	280

universo (entrevistas) 247

ATENÇÃO: As questões 22 e 23, apresentam a possibilidade de respostas múltiplas, por isso, verificaremos que haverá um estouro da barra, e os números que aparecem à frente das indicações correspondem ao número de respostas dadas.

-q.24 - Por que motivo você acha que as TVs Legislativas são importantes?

opções	16 e 17 anos		18 a 24 anos		25 a 34 anos		35 a 44 anos		45 a 59 anos		60 anos ou mais		total	
mostrar o trabalho dos deputados	25,00%	4	32,14%	18	28,95%	22	32,61%	15	38,03%	27	30,43%	7	32,29%	93
por ajudar a entender a política do Estado	12,50%	2	26,79%	15	30,26%	23	17,39%	8	25,35%	18	13,04%	3	23,96%	69
Por ser um espaço democrático de idéias	12,50%	2	19,64%	11	15,79%	12	19,57%	9	16,90%	12	30,43%	7	18,40%	53
não acho importante	6,25%	1	12,50%	7	9,21%	7	10,87%	5	4,23%	3	0,00%	0	7,99%	23
nenhuma das anteriores	25,00%	4	5,36%	3	11,84%	9	13,04%	6	9,86%	7	8,70%	2	10,76%	31
não souberam responder	18,75%	3	3,57%	2	3,95%	3	6,52%	3	5,63%	4	17,39%	4	6,60%	19
total	100%	16	100%	56	100%	76	100%	46	100%	71	100%	23	100%	288

universo (entrevistas)

247

Obs.: a pergunta apresenta a possibilidade de respostas múltiplas, por isso, verificaremos que haverá um estouro da barra, e os números que aparecem à frente das indicações correspondem ao número de respostas dadas.

q.25 - Que assunto você gostaria de ver numa TV Legislativa?

opções	16 e 17 anos		18 a 24 anos		25 a 34 anos		35 a 44 anos		45 a 59 anos		60 anos ou mais		total	
não souberam responder	37,50%	6	42,86%	21	31,75%	20	31,71%	13	31,58%	18	42,86%	9	35,22%	87
nenhuma	25,00%	4	14,29%	7	9,52%	6	7,32%	3	5,26%	3	0,00%	0	9,31%	23
prestação de contas/trabalho dos deputados	0,00%	0	6,12%	3	11,11%	7	26,83%	11	24,56%	14	9,52%	2	14,98%	37
notícias do cotidiano	12,50%	2	6,12%	3	6,35%	4	0,00%	0	7,02%	4	0,00%	0	5,26%	13
benefícios para a população	0,00%	0	4,08%	2	3,17%	2	7,32%	3	7,02%	4	28,57%	6	6,88%	17
mostrar leis e projetos	0,00%	0	0,00%	0	4,76%	3	7,32%	3	5,26%	3	4,76%	1	4,05%	10
outros	25,00%	4	26,53%	13	33,33%	21	19,51%	8	19,30%	11	14,29%	3	24,29%	60
total	100%	16	100%	49	100%	63	100%	41	100%	57	100%	21	100%	247

universo (entrevistas)

247

Obs.: a pergunta apresenta a possibilidade de respostas múltiplas, por isso, verificaremos que haverá um estouro da barra, e os números que aparecem à frente das indicações correspondem ao número de respostas dadas.

5.3. Sobre a percepção e os valores da população com relação à instituição

q.11 - A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, como instituição, contribui para o fortalecimento da democracia:

opções	16 e 17 anos		18 a 24 anos		25 a 34 anos		35 a 44 anos		45 a 59 anos		60 anos ou mais		total	
muito	15,22%	7	15,95%	37	14,43%	42	16,67%	43	22,58%	63	17,52%	24	17,38%	216
pouco	36,96%	17	38,79%	90	32,99%	96	35,66%	92	25,09%	70	28,47%	39	32,50%	404
muito pouco	28,26%	13	25,86%	60	34,71%	101	32,56%	84	33,69%	94	33,58%	46	32,02%	398
não contribui	17,39%	8	12,07%	28	13,75%	40	11,24%	29	13,62%	38	15,33%	21	13,19%	164
não souberam responder	2,17%	1	7,33%	17	4,12%	12	3,88%	10	5,02%	14	5,11%	7	4,91%	61
total	100%	46	100%	232	100%	291	100%	258	100%	279	100%	137	100%	1243

universo (entrevistas) 1243

q.12 - A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, como instituição, tem sua presença reconhecida pela população?

opções	16 e 17 anos		18 a 24 anos		25 a 34 anos		35 a 44 anos		45 a 59 anos		60 anos ou mais		total	
sim	36,96%	17	26,29%	61	30,58%	89	36,43%	94	39,78%	111	35,77%	49	33,87%	421
não	60,87%	28	71,12%	165	66,67%	194	61,24%	158	57,35%	160	59,12%	81	63,23%	786
não souberam responder	2,17%	1	2,59%	6	2,75%	8	2,33%	6	2,87%	8	5,11%	7	2,90%	36
total	100%	46	100%	232	100%	291	100%	258	100%	279	100%	137	100%	1243

universo (entrevistas) 1243

q.13 - Quanto à atuação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, você aprova ou não aprova?

opções	16 e 17 anos		18 a 24 anos		25 a 34 anos		35 a 44 anos		45 a 59 anos		60 anos ou mais		total	
aprova	41,30%	19	37,93%	88	37,11%	108	43,02%	111	40,14%	112	40,88%	56	39,74%	494
não aprova	52,17%	24	56,03%	130	54,64%	159	50,00%	129	46,95%	131	44,53%	61	51,01%	634
não souberam responder	6,52%	3	6,03%	14	8,25%	24	6,98%	18	12,90%	36	14,60%	20	9,25%	115
total	100%	46	100%	232	100%	291	100%	258	100%	279	100%	137	100%	1243

universo (entrevistas)

1243

q.14 - Em relação ao trabalho da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, você se sente:

opções	16 e 17 anos		18 a 24 anos		25 a 34 anos		35 a 44 anos		45 a 59 anos		60 anos ou mais		total	
muito satisfeito	2,17%	1	0,00%	0	2,06%	6	0,00%	0	1,43%	4	0,00%	0	0,88%	11
satisfeito	17,39%	8	10,78%	25	8,93%	26	13,18%	34	11,83%	33	14,60%	20	11,75%	146
parcialmente satisfeito	30,43%	14	37,50%	87	36,43%	106	37,60%	97	36,20%	101	30,66%	42	35,96%	447
insatisfeito	45,65%	21	43,53%	101	43,64%	127	43,41%	112	40,86%	114	42,34%	58	42,88%	533
não souberam responder	4,35%	2	8,19%	19	8,93%	26	5,81%	15	9,68%	27	12,41%	17	8,53%	106
total	100%	46	100%	232	100%	291	100%	258	100%	279	100%	137	100%	1243

universo (entrevistas)

1243

q.17 - Quanto ao conhecimento ou relacionamento com algum Deputado Estadual, ele é:

opções	16 e 17 anos		18 a 24 anos		25 a 34 anos		35 a 44 anos		45 a 59 anos		60 anos ou mais		total	
muito próximo	0,00%	0	0,86%	2	0,69%	2	1,16%	3	5,38%	15	0,73%	1	1,85%	23
próximo	6,52%	3	6,47%	15	7,22%	21	14,73%	38	14,34%	40	16,79%	23	11,26%	140
distante	8,70%	4	13,79%	32	14,78%	43	14,73%	38	20,07%	56	20,44%	28	16,17%	201
muito distante	4,35%	2	5,17%	12	4,12%	12	8,53%	22	10,39%	29	11,68%	16	7,48%	93
só de ouvir falar	26,09%	12	29,74%	69	28,18%	82	26,36%	68	21,51%	60	24,82%	34	26,15%	325
não conheço	52,17%	24	42,24%	98	43,99%	128	34,11%	88	26,88%	75	20,44%	28	35,48%	441
não souberam responder	2,17%	1	1,72%	4	1,03%	3	0,39%	1	1,43%	4	5,11%	7	1,61%	20
total	100%	46	100%	232	100%	291	100%	258	100%	279	100%	137	100%	1243

universo (entrevistas)

1243

q.26 - Você confia na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo?

opções	16 e 17 anos		18 a 24 anos		25 a 34 anos		35 a 44 anos		45 a 59 anos		60 anos ou mais		total	
sim	26,09%	12	22,41%	52	20,27%	59	27,52%	71	35,13%	98	35,04%	48	27,35%	340
não	73,91%	34	70,69%	164	72,85%	212	66,67%	172	57,35%	160	56,20%	77	65,89%	819
não souberam	0,00%	0	6,90%	16	6,87%	20	5,81%	15	7,53%	21	8,76%	12	6,76%	84
total	100%	46	100%	232	100%	291	100%	258	100%	279	100%	137	100%	1243

universo (entrevistas)

1243

EXCLUÍDA DA MINHA ANÁLISE

q.27 - Em relação à vida que você leva na sua cidade, nos últimos dois anos, ela:

opções	16 e 17 anos		18 a 24 anos		25 a 34 anos		35 a 44 anos		45 a 59 anos		60 anos ou mais		total	
melhorou muito	0,00%	0	1,72%	4	2,41%	7	3,10%	8	1,79%	5	3,65%	5	2,33%	29
melhorou	41,30%	19	33,19%	77	32,30%	94	27,13%	70	26,88%	75	21,90%	30	29,36%	365
ficou como estava	39,13%	18	44,40%	103	39,18%	114	41,47%	107	42,65%	119	45,26%	62	42,08%	523
piorou	17,39%	8	11,64%	27	19,24%	56	21,32%	55	23,66%	66	21,90%	30	19,47%	242
piorou muito	0,00%	0	9,05%	21	5,84%	17	6,20%	16	4,30%	12	6,57%	9	6,03%	75
não souberam responder	2,17%	1	0,00%	0	1,03%	3	0,78%	2	0,72%	2	0,73%	1	0,72%	9
total	100%	46	100%	232	100%	291	100%	258	100%	279	100%	137	100%	1243

universo (entrevistas)

1243